

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

BRUNO VIEIRA BRIXEL

**CIDADE AOS PEDAÇOS:
CRÔNICAS E ENSAIOS SOBRE UMA EXPERIÊNCIA URBANA EM CURITIBA**

CURITIBA

2017

BRUNO VIEIRA BRIXEL

**CIDADE AOS PEDAÇOS:
CRÔNICAS E ENSAIOS SOBRE UMA EXPERIÊNCIA URBANA EM CURITIBA**

Documento monográfico apresentado como requisito para conclusão da disciplina Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) do curso de Comunicação Social, habilitação em Jornalismo, Setor de Artes, Comunicação e Design da Universidade Federal do Paraná (Sacod - UFPR)

Orientação

Professor doutor José Carlos Fernandes

CURITIBA

2017

RESUMO

As únicas constantes quando se fala em cidade são a transformação e o fato de que esse ambiente proporciona uma experiência única aos que nele habitam. Se até os anos 1960, a cidade era entendida pela ótica moderna – que englobava a convivência nos espaços públicos, a possibilidade de se viver a cidade de maneira múltipla e orgânica – hoje se presencia a deterioração desse “modelo”. Mais do que isso, deteriora-se a experiência urbana (a possibilidade de experimentar a cidade de maneira espontânea), se valorizam os fluxos, os espaços vazios, em detrimento dos lugares de convivência. Esse processo se deve a inúmeros fatores, alguns deles mais gerais, outros específicos ao contexto de cada meio urbano. Essa deterioração interfere também na maneira de narrar a cidade. A crônica e o ensaio são dois dos gêneros – híbridos de jornalismo e literatura – que melhor executam essa tarefa. Ambos são frutos da experiência da cidade moderna, o que suscita a pergunta: ainda é possível utilizá-los para narrar a cidade hoje? Para responder essa questão, o presente trabalho propõe a produção de um livro de crônicas e ensaios que fale sobre a experiência urbana em Curitiba hoje. A capital paranaense é ideal para esse exercício pois traz particularidades e contradições interessantes no que se refere ao povo curitibano, planejamento e problemas urbanos.

Palavras-chave: Experiência urbana. Jornalismo e literatura. Crônica. Ensaio. Urbanismo. Curitiba.

ABSTRACT

The only constants when it comes to the city are the transformation and the fact that this environment provides a unique experience to those who inhabit it. If until the 1960s the city was understood by modern optics – what includes the coexistence in public spaces, the possibility of living a city in a multiple and organic way – today we are seeing the deterioration of this "model". More than that, the urban experience deteriorates (the possibility of experiencing the city in a spontaneous way), the empty spaces, became more common than the places of coexistence. This process is due to innumerable factors, some of them more general, others specific to the context of each urban environment. This deterioration also interferes with the manner which the city is narrated. The chronicle and the essay are two of the genres – hybrids of journalism and literature – that can perform this task. Both are linked to the experience of the modern city, which raises the question: it is still possible to use these genres to narrate the city today? To answer this question, this paper proposes the production of a book of chronicles and essays that talks about the urban experience in Curitiba today. The capital of Paraná is ideal for this exercise because it has interesting peculiarities and contradictions regarding the people of Curitiba, urban planning and urban problems.

Keywords: Urban experience. Journalism and literature. Chronicle. Essay. Urbanism. Curitiba.

LISTA DE SIGLAS

Appuc	-	Assessoria de Pesquisa e Planejamento Urbano de Curitiba
BRT	-	<i>Bus Rapid Transit</i>
CBL	-	Câmara Brasileira do Livro
CIAM	-	Congresso Internacional de Arquitetura Moderna
CIC	-	Cidade Industrial de Curitiba
Codepar	-	Companhia de Desenvolvimento do Paraná
Fipe	-	Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas
Ippuc	-	Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de Curitiba
OMS	-	Organização Mundial de Saúde
PIB	-	Produto Interno Bruto
PPU	-	Plano Preliminar de Urbanismo
RIT	-	Rede Integrada de Transporte
SAGMACS	-	Sociedade para Análise Gráfica e Mecanográfica Aplicada aos Complexos Sociais
Sesp	-	Segurança Pública e Administração Penitenciária do Paraná
SNEL	-	Sindicato Nacional dos Editores de Livros
UFPR	-	Universidade Federal do Paraná
UIP	-	Unidade de Interesse de Preservação

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

FIGURA 1 – DIVISÃO DOS CENTROS FUNCIONAIS DO PLANO AGACHE EM CURITIBA.....	43
FIGURA 2 – O PLANO AGACHE EM COMPARAÇÃO AO MAPA DE CURITIBA ATUAL.....	44
FIGURA 3 – CLASSIFICAÇÃO DE LIVROS POR ÁREA TEMÁTICA DE LIVROS VENDIDOS EM 2015 E 2016.....	82
FIGURA 4 – FATURAMENTO EXEMPLARES DE LIVROS VENDIDOS NO TOTAL.....	83

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	7
2	A CIDADE E O URBANO.....	14
2.1	O QUE É A CIDADE?.....	14
2.2	A EXPERIÊNCIA URBANA.....	19
2.3	FRAGMENTAÇÕES E RUPTURAS.....	22
2.3.1	Pós-urbanidade na América Latina.....	24
2.3.2	Estado e reorganização do espaço público.....	27
2.4	URBANISMO E FRAGMENTAÇÃO URBANA.....	30
3	CURITIBA: UMA CIDADE EM TRANSFORMAÇÃO.....	34
3.1	ENTRE O ESPETÁCULO E A PARANOIA.....	35
3.2	UMA CIDADE QUE SE PLANEJA.....	40
3.2.1	O Plano Agache.....	41
3.2.2	O Plano Wilhelm-Ippuc.....	45
3.2.3	Contrapontos e consequências.....	48
3.3	DEGRADAÇÃO NOS ESPAÇOS PÚBLICOS.....	49
3.4	O CURITIBANO.....	56
4	JORNALISMO E LITERATURA.....	62
4.1	GÊNEROS LIMÍTROFES.....	64
4.1.1	Crônica.....	65
4.1.2	Ensaio.....	68
4.2	NARRAR A CIDADE.....	71
5	CIDADE AOS PEDAÇOS.....	75
5.1	METODOLOGIA.....	76
5.2	DESCRITIVO.....	79
5.3	O MERCADO E O LEITOR.....	81
	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	86
	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	88

1 INTRODUÇÃO

Este trabalho é uma tentativa de narrar Curitiba. De buscar pequenos momentos que possam mostrar que tipo de cidade a capital paranaense é hoje, em que lugar ela se encaixa nas discussões sobre o meio urbano e se – de fato – ainda é possível narrá-la. Para narrar é preciso entender. É um princípio básico de qualquer processo criativo, ou processo de escrita. Como seria possível escrever sobre alguma coisa sem entendê-la? Não é. As páginas que seguem representam esse primeiro momento, um esforço de compreensão. São a discussão que dá fundamento ao objetivo final desse projeto: a realização de um livro de crônicas e ensaios que falem dessa Curitiba que se despedaça.

A cidade é um grande organismo, um mecanismo no qual todas as pequenas engrenagens são essenciais para o funcionamento do todo. Pequenas “disfunções” podem resultar tanto em problemas estruturais como em soluções surpreendentes e novas formas de se locomover, ocupar e viver esse espaço. Os que pensam a cidade e tomam como objetivo resolvê-la, organizá-la, praticam uma forma de “reflexologia” urbana. Há situações em que, para resolver uma dor no pescoço é preciso massagear um ponto lá no joelho. Com a cidade é a mesma coisa. Às vezes, a resolução de um problema específico não é óbvia, e pode vir dos lugares mais inesperados – ou ter desdobramentos que não estavam previstos. Ela é o lar de todos os problemas, mas também de todas as soluções.

A cidade é aquilo que as pessoas fazem dela. Se não há lugares para as pessoas viverem e ocuparem, não há cidade, não há nada. Esse é o princípio do conceito de experiência urbana (MONGIN, 2009), uma natureza que toda cidade “saudável” teoricamente compartilha. A cidade é uma mistura de físico e mental. É o espaço palpável no qual as pessoas habitam, vivem e transitam, mas também é uma ideia, um conceito.

Até o século XIX não se pensava nos espaços públicos das cidades. Para o lado de lá da porta de casa não havia nada a se fazer, era mero espaço de circulação – sempre um meio, nunca um fim. A casa, o espaço privado, era a base de tudo. A moradia dos burgueses funcionava como um útero seguro, no qual estavam a salvo das guerras, revoluções e pragas (SUTIL, 2009). É com a chegada da modernidade e os novos planos urbanos que, por acaso, na tentativa de melhorar os fluxos acabam surgindo esses espaços de encontro na malha urbana que os cidadãos podem ocupar livremente. É o caso do barão de Haussmann e o planejamento que faz para Paris. A princípio ele pensava em projetar grandes avenidas e

passagens de maneira a impedir que as ruas fossem barricadas – preocupação diretamente relacionada à Revolução Francesa – mas acaba criando esses espaços de encontro. A partir desse momento a rua passa a ter um sentido para existir. A ampliação das calçadas cria a possibilidade do passeio. As pessoas passam a sair de casa simplesmente para sair, frequentar os cafés e outros espaços que vão surgindo no qual se forma e acontece a vida pública.

Nesses espaços, cria-se um movimento de tensão e dialética entre os diferentes tipos de indivíduos que habitam a cidade, entre o público e o privado. Essa tensão entre polos opostos e o encontro com o inesperado, com o diferente, é o que caracteriza a cidade como passamos a conhecê-la, é o que define a experiência urbana. Para sumarizar, a experiência urbana seria a possibilidade de viver a cidade de maneira espontânea, de pertencer e construir uma identidade com esse meio. A cidade que garante a existência da experiência urbana seria, sim, uma cidade urbanizada, mas acima de tudo uma cidade orgânica. Uma cidade que não é pensada dentro de uma lógica de trajetos possíveis e pré-planejados e que de certa forma privam as pessoas de se perderem na malha urbana. É o oposto da cidade-museu (MONGIN, 2009). É a cidade que possibilita a vida pública, mas que também garante a existência da vida privada, que separa de maneira saudável uma da outra. É a urbe que incentiva a ocupação natural de espaços, que não se deixa dominar pela obsessão em facilitar os fluxos, na qual o valor de uso é mais importante que o valor de troca (LEFEBVRE, 2008).

Com os processos de globalização, essa característica que seria o pilar de sustentação da cidade, acaba se perdendo. Na tentativa de maquiar a urbe e pensá-la para o mercado, para a experiência global, o processo de fragmentação dessa experiência urbana ganha força (MONGIN, 2009). Mas mesmo esse processo não acontece de maneira homogênea ao redor do globo. Canclini (2004) localiza algumas especificidades na maneira como as cidades latino-americanas passam por essa fragmentação. Um dos aspectos mais marcantes é o do crescimento informal, um crescimento que extrapola o planejamento. Por um lado, representa uma espontaneidade na forma de se viver a cidade. Por outro, ele é sintomático de uma ausência do poder público como assegurador de uma cidade que abarque todos os seus moradores, como assegurador de uma vida digna. A informalidade, representada tanto em assentamentos irregulares como nos empregos extraoficiais (vide os camelôs e outros vendedores de rua), é diretamente relacionada a uma necessidade de sobrevivência. É uma tentativa de estabelecer uma relação de pertencimento com um ambiente urbano que parece hostil.

O vínculo entre cidadão e cidade se perde nesse vácuo que se forma no espaço onde poder público deveria estar. A relação de identidade e pertencimento se perde com o crescimento da violência (SARLO, 2001), quando o governo não pode oferecer segurança e uma vida digna, a noção de identidade se perde. O medo é o grande fator que contribui para essa desintegração da experiência urbana. É esse sentimento que contribui para o surgimento dos não-lugares (AUGÉ, 1994), espaços a-históricos, nos quais não há a possibilidade dessa relação de pertença. São os lugares voltados especialmente ao fluxo e ao consumo – nessa conta entram os condomínios fechados, shoppings e estações de metrô, por exemplo. O medo, a violência e o crescimento informal são típicos do que Canclini (2004) chama de cidades paranoicas. Elas são as urbes como São Paulo e a Cidade do México, que se expandem de forma caótica e reúnem uma variedade de problemas urbanos. Do outro lado da moeda estão as cidades-sexy, as cidades-espetáculo. Essas, por sua vez, são as grandes metrópoles globais que concentram uma ampla aparelhagem de serviços, cultura, indústrias e vida urbana – Londres, Nova York, para citar duas.

Se a compreensão do que é a cidade e como ela se configura muda ao se levar em conta o contexto da América Latina, para entender Curitiba outras tantas especificidades devem ser consideradas. A capital paranaense gravita entre os conceitos de cidade-espetáculo e cidade-paranoica. Mesmo que estes não sejam definitivos e fechados (um pode ter elementos do outro) é importante entender Curitiba como uma metrópole que surge da ideia de uma “cidade-modelo” ao mesmo tempo em que vive uma realidade na qual aumentam os problemas sociais urbanos.

O principal deles é a violência, a maneira com que ela é percebida e como muda os hábitos dos cidadãos. Este é um fator chave para entender o esvaziamento das calçadas e consequente processo de formação de “ilhas urbanas” no tecido da cidade – como os shopping centers e os condomínios fechados (tanto verticais quanto horizontais). A relação entre a população de uma cidade e suas calçadas é essencial para a manutenção dos espaços públicos e para que se estabeleça uma sensação de segurança nesses lugares (JACOBS, 2002). A má gestão e planejamento dos bairros e dos tipos de estabelecimento que se alternam nas regiões residenciais, por exemplo, contribui para essa situação. Além disso, a falta ou a dificuldade de mobilidade urbana também contribui para a deterioração da vida urbana. Cria-se um ciclo no qual a falta de interesse na manutenção de espaços públicos que garantam convivência social leva ao abandono das calçadas, o que aumenta a sensação de insegurança e acaba levando ao

crescimento da violência urbana propriamente dita.

A maneira como Curitiba foi pensada durante o século XX a partir de planos urbanísticos se relaciona também a esses fenômenos. Do começo do século passado, com seu caráter eclético – tentativa de buscar um legado histórico que a cidade não possuía e ao mesmo tempo construir uma identidade para a capital paranaense – passando pelo Plano Agache, a gestão de Ivo Arzua, o Plano Diretor e as gestões de Jaime Lerner, Curitiba modelou uma imagem própria e passou por transformações intensas. Esses marcos trouxeram aspectos positivos e negativos. No entanto, as soluções para os problemas anteriores envelheceram e levaram consigo a efervescência de determinados espaços públicos.

Essa degradação gradual de espaços que foram concebidos para o convívio social e manutenção de uma vida pública pode ser vista em três lugares: o calçadão da Rua XV, a região do São Francisco (especialmente as ruas Riachuelo e São Francisco) e o Passeio Público. O calçadão ainda é um dos cartões-postais de Curitiba, mas o que foi um dia o coração do comércio e lazer curitibano sofre com a degradação urbana. A concentração de cinemas e comércio nos shoppings é um dos fatores que levam ao esvaziamento da região especialmente durante a noite. A Riachuelo e a Rua São Francisco seguem um caminho inverso. Entre 2010 e 2016, passaram por uma revitalização, porém há pontos a serem questionados na maneira com que essas “reformas” foram executadas. Elas não resolveram o problema da violência na região pois foram feitas à custa de gentrificação e maquiagem urbana. Além disso, a busca por resultados instantâneos fez com que o projeto não incidisse sobre a diminuição dos índices de violência na região. Já o Passeio Público foi o primeiro espaço da cidade pensado especialmente para a ocupação pública – ele se encaixa nos ideais da Belle Époque, quando vicejavam os espaços públicos de lazer. Surgiu como forma de combater alagamentos na região e acabou virando outro dos cartões-postais da cidade. Se antes era convidativo pela variedade de atrações (zoológico, Bar do Pasquale, pedalinhos) hoje é evitado pela suposta falta de segurança que inspira e sofre o abandono. Mesmo que existam tentativas de apropriação e ocupação desses lugares, ainda são pontuais e com pouca adesão.

Um outro fator é a chave para decifrar Curitiba como cidade e onde se encontra no contexto de fragmentação urbana: o curitibano. Descrever o curitibano é uma tarefa impressionista que envolve lidar com mitos e famas, como a frieza dos habitantes da capital paranaense. Não há nenhum estudo que comprove “por a mais b” que essa fama toda procede.

Mas se acredita que a “sopa eslava” – nas palavras de Cristóvão Tezza (2003) – que rege a mistura de povos europeus que fizeram morada nessa região e ajudaram a construir Curitiba, explica certos comportamentos típicos. O maior registro que pode ser encontrado sobre a forma com que o curitibano se comporta, de onde vem esse *modus operandi* e como ele ocupa os espaços da cidade, está na literatura – especialmente em crônicas e ensaios, escritos tanto sob a ótica de escritores “estrangeiros” como os nativos da capital. São autores que, ao encarnarem a figura tipicamente moderna do *flâneur*, narraram a cidade até então.

Somente após passar por toda essa discussão – que nada mais é do que a ponta de um gigantesco iceberg, mas que ainda assim dá uma perspectiva sobre a problemática da cidade hoje – é possível fazer a pergunta: como narrar uma Curitiba que se despedaça – na qual a organicidade se quebra e os espaços vazios se espalham pela cidade? Numa perspectiva moderna, à Baudelaire, a crônica e o ensaio davam conta do recado.

Esses dois gêneros estão na confluência entre jornalismo e literatura. Têm raízes no jornal diário, no periodismo. Surgem a princípio nos folhetins e não demoram a se popularizar e legitimar de diferentes maneiras. A crônica se torna uma forma de narrar o cotidiano, de extrair grandeza daquilo que é banal. O ensaio se firma como um gênero que amplia as discussões suscitadas pela crônica, trazendo referências e um certo refinamento ao tratar de diferentes temas. Ambos podem falar uma ampla gama de assuntos, não há um limite estabelecido. Compartilham do mesmo DNA, completam-se e estabelecem uma meditação entre sujeito e cidade. A crônica é o momento de clareza, de olhar o cotidiano, o ordinário e dali extrair o fundamento de uma reflexão que, quando desenvolvida, germina no ensaio. Ambos são fruto da modernidade e da experiência do *flâneur*, do sujeito que se movimenta pelo corpo da cidade e dali extrai suas narrativas.

Mas em um momento no qual a cidade moderna, a cidade que prevê a existência de lugares nos quais as pessoas possam flunar e viver uma experiência urbana, se desfaz, pode-se questionar se esses gêneros ainda não adequados como formas de narrar a urbe. Pode-se afirmar que ainda se sustentam, justamente por também serem formas de escrita livres, meio indefinidas, que passam por constantes mudanças e não têm a pretensão de oferecer respostas definitivas sobre aquilo que tratam – apenas relances. São discursos fragmentários, assim como a cidade hoje. A escolha por fazer um livro que utilize esses dois gêneros para falar de Curitiba não é à toa. Não poderiam existir dois exercícios de escrita mais adequados para buscar a cidade que não está na vitrine para o resto do mundo, a cidade que se esconde

debaixo dos fragmentos.

Esse documento monográfico caracteriza a fundamentação teórica que embasa a produção de um livro de 13 crônicas e três ensaios sobre a experiência urbana em Curitiba. É o momento de entendimento e pesquisa sobre o tema por meio de três desdobramentos: a problemática das cidades e as questões urbanas (capítulo 2); a contradição entre a realidade urbana e o mito da cidade modelo, a história da urbanização de Curitiba e os efeitos disso sobre os espaços públicos da cidade e como os curitibanos se comportam em relação ao meio em que vivem (capítulo 3); a relação entre o jornalismo e a literatura, e como a crônica e o ensaio – frutos dessa relação, gêneros limítrofes que transitam entre os dois universos – têm relação direta com a narração do meio urbano, e se essa característica ainda se sustenta (capítulo 4).

Esses temas são tratados por meio de um trabalho de pesquisa baseado nas obras de autores como Olivier Mongin, Henri Lefebvre, Beatriz Sarlo e Néstor García Canclini (que tratam sobretudo das questões urbanas); Julio Cesar Botega do Carmo, Marcelo Sutil, Cristóvão Tezza e Andrei Mikhail Zaiatz Crestani (que evocam discussões sobre Curitiba como espaço urbano e seus habitantes); José Marques de Melo, Jorge Sá, Alexandre Eulalio e Aline da Silva Novaes (autores que discutem gêneros literários ligados ao jornalismo e sua relação com o meio urbano).

O último capítulo desse trabalho é dedicado à descrição do produto final. Todo o conteúdo que integra o livro *Curitiba aos pedaços* foi produzido seguindo a metodologia de observação participante (TRAVANCAS, 2011). O autor se insere no meio urbano e, com base na observação, flanaria e conversas cotidianas, constrói diferentes narrativas sobre a capital paranaense. Essas narrativas, quando mais descompromissadas, assumem a forma das crônicas. Enquanto isso, os ensaios representam um momento de se ampliar as discussões e reflexões suscitadas nas crônicas. No mesmo capítulo é feito um breve levantamento do mercado editorial e perfil do leitor brasileiro baseado nas pesquisas *Produção e vendas do setor editorial brasileiro* da Câmara Brasileira do Livro (CBL) e *Retratos da Leitura* do Instituto Pró-Livro, de forma que é possível fazer um panorama do cenário do livro no Brasil e quem tem o costume de comprá-los e lê-los.

É necessário tratar antes daquilo que fundamenta a cidade, depois do que fundamenta

Curitiba especificamente e como ela se situa no contexto dos problemas urbanos atuais para, aí sim, falar da possibilidade, ou não, de narração desse meio pelas crônicas e ensaios. Essa discussão é importante porque a cidade é o lugar em que se formam as identidades, os vínculos e relações humanas, é nela que acontece a vida social hoje de maneira mais intensa. A cidade está ligada intimamente com o jornalismo e a literatura – e por consequência os gêneros que decorrem dessas duas práticas de escrita. Narrar o ambiente urbano – seja da forma que for – é uma maneira de entendê-lo, de revelá-lo e trazer à superfície as dinâmicas que atuam nele, que o regem.

2 A CIDADE E O URBANO

Este primeiro capítulo tem como objetivo explorar a fragmentação da experiência urbana. Faz-se necessário esclarecer o que é essa experiência, como ela se forma, o que a constitui e por que é importante. Restam questões como a preservação ou renovação da experiência urbana, o que a ameaça e mesmo se ainda é possível falar de experiência urbana no contexto da pós-cidade.

A experiência urbana é múltipla, construída por dialéticas constantes e diferentes aspectos. Dentre os quais um dos mais importantes é seu aspecto físico, que remete à trajetória dos corpos individuais no corpo coletivo da cidade. É a experiência da *flanaria*, característica da cidade moderna, e que serve de berço para a *crônica*. No entanto, para que os indivíduos circulem e se apoderem da cidade, criando uma relação de identificação e pertencimento com o espaço urbano em que estão inseridos, são necessários lugares que proporcionem o encontro, que sirvam de palco para a dialética que constitui essa experiência própria da cidade.

Assegurar a existência desses espaços é papel do Estado e da ação dos urbanistas¹. No entanto, ambos seguem essencialmente a lógica do mercado e da prevalência dos fluxos, um processo que começa com a industrialização – culminando na pós-modernidade – e age como desintegrador do espaço urbano. Nessa perspectiva, é essencial compreender o que significa pertencer à cidade hoje. Deve-se identificar o que se perde e o que resta, o que sobrevive da cidade orgânica dentro da pós-cidade². É preciso entender como as pessoas tomam iniciativas e reorganizam os espaços públicos na tentativa de suturar uma cidade que se abre e se desfaz.

2.1 O QUE É A CIDADE?

Antes de definir a deterioração da experiência urbana como o foco das discussões sobre a cidade na passagem da modernidade para a pós-modernidade, é importante explorar as bases que fundamentam o conceito de cidade e urbano. Esse subcapítulo propõe uma

1 A sociedade civil também contribui para a manutenção e surgimento desses respiros na malha urbana, mesmo não sendo uma função delegada a eles.

2 Por pós-cidade aqui se entende a cidade fraturada, exemplificada pelas megacidades que crescem sem limites e põe em risco a experiência urbana como proposto por Canclini (2009) e Mongin (2009).

discussão sobre o que constitui a cidade em si. Em um primeiro momento são retomados alguns modelos históricos de cidade e a forma com a qual se organizam (a centralidade própria de cada um) para destacar as diferenças e transformações na própria concepção do que é a urbe. Uma vez estabelecidas essas diferenças, serão elencadas as semelhanças, os conceitos comuns em todos esses modelos. A constante encontrada é a definição da cidade como uma mistura de mental e construído, um espaço de dialética entre diferentes elementos que privilegia o valor de uso, não o valor de troca (LEFEBVRE, 2008). O que a caracteriza como um espaço que proporciona uma experiência única, a experiência urbana – foco principal desse trabalho e que será melhor explorado no decorrer do capítulo.

A princípio, pode-se elencar três modelos históricos para a cidade: 1) a cidade arcaica, grega e romana; 2) a cidade medieval; 3) a cidade capitalista. Essa separação conceitual é proposta por Lefebvre (2008) e se baseia no tipo de centralidade que cada uma propõe, na relação entre ação e espaço físico da cidade, no modelo econômico e político que propiciam – cada uma contribuindo a sua maneira para a construção de uma cultura e experiência urbana.

A cidade arcaica remete principalmente à invenção política, da *polis* grega, uma democracia na qual uma minoria de cidadãos livres – basicamente os homens – detém o poder sobre outros membros da cidade, sendo os únicos que exercem verdadeiramente uma participação ativa na construção política e cívica da comunidade em que se inserem. A cidade arcaica também estaria associada à forma de propriedade comunal – “propriedade privada comum” ou “apropriação primitiva”. Lefebvre (2008, p. 36) argumenta que esse modelo da cidade arcaica “constitui uma democracia, mas os elementos dessa democracia são estreitamente hierarquizados e submetidos às exigências da unidade da própria cidade. É a democracia da não-liberdade”.

Motivada pelo desejo de liberdade, a cidade medieval emerge como uma “emancipação comunal” (MONGIN, 2009), refletindo a ruptura com o modelo de mundo feudal composto por indivíduos, e não cidadãos. A partir do momento em que a vida urbana passa a se inscrever mais a fundo na sociedade, o homem medieval do Ocidente deixa de lado a simples oposição entre a cidade (*urbs*) e o campo (*rus*) – como era na Antiguidade. O que se opõe agora são os espaços cultivados (conjunto cidade-castelo-aldeia) e o que é propriamente selvagem (os espaços desabitados como o mar, floresta e deserto). A oposição entre cultura e natureza assume o protagonismo.

Mais tarde, o surgimento das cidades europeias mercantis e políticas do Renascimento marca o maior afastamento em relação à cidade arcaica. Essas repúblicas, que surgem com a ascensão da burguesia, passam a articular um território e uma capacidade de agir coletivamente no espaço da cidade – ao contrário da *polis* grega, na qual o espaço da cidade se dissocia da ação política por si própria. Tanto no Renascimento quanto na Idade Média, a “dimensão territorial da cidade, aquela que se inscreve num quadro geográfico, acompanha a colocação em cena da política” (MONGIN, 2009, p. 89-90) – uma característica que permanece e acompanha a subsequente transformação dos modelos de cidade e as discussões sobre o espaço público.

Deve-se destacar que cada modelo urbano ao longo da história propõe uma centralidade específica, como defende Lefebvre (2008). Na cidade arcaica, grega e romana, a centralidade se apegava a um espaço vazio: a ágora, o fórum – um lugar preparado e destinado à reunião. A cidade medieval integra os mercadores e as mercadorias instalando em seu centro: a praça do mercado. A centralidade urbana acolhe os produtos e as pessoas, mas proíbe seu acesso àqueles que ameaçam sua função essencial, que passa a ser econômica, anunciando e preparando o capitalismo.

Na cidade capitalista é criado o centro de consumo e se institui um duplo caráter a essa centralidade como “lugar de consumo e consumo de lugar”. Essa centralidade se instala com predileção nos antigos núcleos, nos espaços apropriados no decorrer da história anterior: os comércios se adensam especialmente no centro da cidade. Logo o espaço destinado ao valor de troca, às trocas mercantis, também adquire valor de uso³, no sentido de que o consumo acaba por promover encontros e reunir as pessoas nesse centro.

Ao longo desses processos a cidade modifica suas capacidades de integração e privilegia mecanismos de solidariedade para se preservar de conflitos e lutas sangrentas. Nas cidades europeias o medo do conflito, das turbas, das insurgências revolucionárias, dá lugar remodela a cidade. Constrói-se assim uma integração social que busca justamente evitar esses “problemas”. Essa “invenção do social” carrega um forte aspecto político, pois tem por finalidade evitar o atrito dos grupos sociais e classes. O esforço pela atenuação do conflito representa o primeiro passo na direção dos processos de separação e ruptura impulsionados hoje pela terceira globalização (MONGIN, 2009). Isso leva ao modelo de cidade da terceira

3 O valor de uso consiste no valor simbólico de algo, se refere a um uso qualitativo de algo, nesse caso a cidade. Já o valor de troca se refere ao uso quantitativo, a algo que se mede por um valor material. Essas são as definições que serão usadas ao longo desse trabalho, com base em Henri Lefebvre (2008).

globalização, do neocapitalismo, no qual o centro de decisão se sobrepõe ao centro de consumo. Não se reúne mais nem as pessoas, nem as coisas, mas sim as informações, os conhecimentos que se inscrevem em uma forma elaborada de simultaneidade.

Tendo em perspectiva esses diferentes modelos, para estudar a cidade como um todo, deve se elencar as experiências comuns que ligam e dão base aos modelos urbanos expostos aqui.

Parte-se do princípio de cidade como um espaço de dialética, em que termos opostos são colocados em diálogo, no qual se cadencia uma multiplicidade de camadas históricas e tempos precedentes inscritos em um espaço físico.

A cidade valoriza a *vita activa* (MONGIN, 2009), a práxis e participação em contrapartida da vida contemplativa, e abrange várias linguagens que vão muito além da visão do urbanista e da poética. A experiência urbana passa por uma encenação que permite aos urbanos “se expor” e se exteriorizar. Essa característica vem acompanhada do surgimento das praças que começam a colocar em diálogo o público e o privado dentro da cidade: a inscrição em um espaço público exige encontrar um ritmo, o melhor possível, entre privado e público, interior e exterior, dois “opostos” que nunca estão radicalmente separados.

A cidade, muito rapidamente transformada em um sinônimo de democracia, representa um desafio: fazer com que permaneçam juntos num espaço unificado (graças a regras, a uma identidade, a um pertencimento histórico) indivíduos naturalmente diferentes e todos vindos de lugares diversos. A cidade tem por missão espacial conciliar concordância e discordância, discórdia e consenso. Longe da sociedade tradicional onde cada um pertence a um corpo hierarquizado, a cidade moderna é inseparável das interrogações sociológicas do fim do século XIX a respeito da relação social. (MONGIN, 2009, p. 77)

Como elenca Lefebvre (2008), pode-se considerar a cidade como uma “mediação entre as mediações”. Ela contém, sustenta e é local da reprodução da “ordem próxima” – as relações dos indivíduos dentro de grupos mais ou menos amplos, organizados e estruturados, e a relação de um grupo com o outro. Assim como se encontra contida na “ordem distante” – correspondente à ordem da sociedade, regida por grandes e poderosas instituições – sustentando-a, encarnando e a projetando sobre um espaço físico, sobre o “plano da vida imediata”. A cidade contém em si e reproduz as relações sociais dos indivíduos, mas também representa e se insere em uma sociedade regida por grandes instituições.

Desta forma, a cidade é obra a ser associada mais com a obra de arte do que com o simples produto material. Se há uma produção da cidade, e das relações sociais na cidade, é uma produção e reprodução de seres humanos por seres humanos, mais do que uma produção de objetos. A cidade tem uma história; ela é a obra de uma história, isto é, de pessoas e de grupos bem determinados que realizam essa obra nas condições históricas. (LEFEBVRE, 2008, p. 52)

A cidade é uma mistura de mental e construído, constituída por forma, funções (internas à cidade, as funções da cidade em relação ao território e as funções da cidade no conjunto social) e estruturas (da cidade, estrutura urbana da sociedade e estrutura social das relações cidade-campo). A imagem mental, ou a forma da cidade (MONGIN, 2009) é uma junção de elementos heterogêneos – lugares, percursos, uma ideia de cidade – que fazem eco ao nome próprio da cidade, mas também a todos os nomes que contam a sua história (como os nomes de ruas, de escolas e de museus). Essa imagem mental é uma referência simbólica a um espaço urbano determinado, o sentimento de pertencimento que não se desfaz (ou custa muito a se desfazer) mesmo em cidades que estão em processo de fragmentação.

Um dos primeiros critérios relativos à “forma” da cidade é a sua capacidade de possibilitar que os corpos que nela transitam tracem trajetórias em todos os sentidos e níveis, que um corpo individual possa se mover ao infinito. A cidade é um espaço finito no qual as trajetórias possíveis são infinitas. A cidade só existe quando as pessoas conseguem criar vínculos dentro desse espaço e sentem verdadeiramente cidadãos. É singular e ao mesmo tempo plural, plena de diferentes cadências, favorecendo os desequilíbrios e descentramentos sem os quais não se habita uma cidade. (MONGIN, 2009)

A cidade, não importa a época em que está inserida, é uma narração, uma convivência vicinal de elementos descontínuos que não aparece como produto do acaso. Jamais redutível a um tempo (passado, presente, futuro) idealizado ou assimilada a um centro ou periferia. Alimenta-se tanto da continuidade como descontinuidade e se encontra sempre em formação e constante reestruturação. Ter esse cenário em mente é essencial não só para entender as transformações pelas quais a cidade passou ao longo da história, mas para compreendê-la como uma estrutura dinâmica que possibilita uma experiência própria, a experiência urbana.

2.2 A EXPERIÊNCIA URBANA

A experiência se relaciona diretamente à realidade imediata da urbe. Nesse subcapítulo se estabelece a experiência urbana como imperativo para a existência da cidade. O primeiro fator abordado é a multiplicidade de visões e linguagens que são contempladas pela experiência urbana (que existe como experiência física, como espaço público e como construção). Daí a importância de não selecionar apenas um desses aspectos, de respeitar essa multiplicidade, para que se possa compreender o fenômeno como um todo. Ainda em 2.2 é destacada a relação entre o aspecto físico da experiência urbana e seu aspecto político (espaço público). A experiência urbana é praticada na ocupação dos espaços públicos da cidade. É importante que se preservem os lugares de encontro, de “fricção”, pois é a trajetória dos corpos individuais no corpo coletivo da cidade que a dá forma, que a define como espaço que garante o pertencimento e manutenção das identidades no meio urbano.

Se a cidade é uma realidade presente e imediata, um dado prático sensível e arquitetônico, o urbano – ao menos conceitualmente – pode ser encarado como uma “realidade social composta de relações a serem concebidas, construídas ou reconstruídas pelo pensamento” (LEFEBVRE, 2008, p. 48). O tecido urbano seria o suporte para a sociedade urbana, considerada um modo de viver mais ou menos intenso ou degradado. A vida urbana não se sustenta sem a base da cidade como dado prático sensível (LEFEBVRE, 2008). O “urbano” não é uma entidade filosófica independente que existe por si só. Está diretamente conectado a um espaço físico e só pode ser realizado plenamente quando inscrito na cidade. Não se realiza como mera reflexão, mas como ação direta.

O conceito de “urbano” de Lefebvre encontra eco na obra de Mongin (2009), ao se debater a questão da condição e experiência urbana, da vivência e possibilidades que a cidade proporciona aos seus habitantes para que, segundo a Carta de Atenas⁴ (1943) se cumpram as quatro funções urbanas essenciais: habitar, trabalhar, cultivar o corpo e o espírito, circular.

A condição urbana designa tanto um território específico quanto um tipo de experiência da qual a cidade é a condição de possibilidade. A cidade como experiência urbana existe como experiência física (o sujeito que se locomove dentro da cidade), como espaço

4 A Carta de Atenas é o manifesto urbanístico resultante do IV Congresso Internacional de Arquitetura Moderna (CIAM), realizado em Atenas em 1933. Sob forte influência de Le Corbusier, e outros arquitetos franceses, essa edição do CIAM teve como tema a “cidade funcional” e praticamente definiu o conceito de urbanismo moderno – traçando diretrizes e fórmulas urbanísticas que seriam aplicáveis internacionalmente.

público (aspecto político) e como um “objeto que se observa”, ou seja, como construção (aspecto do urbanismo). Como essa experiência urbana é múltipla, ela instiga também diferentes olhares sobre a cidade, olhares que muitas vezes divergem ao tratar de um mesmo objeto. Um exemplo é a relação do escritor⁵ e do urbanista com a cidade. A experiência da cidade está entranhada na literatura moderna, mesmo quando essa relação não é evidente.

O escritor vivencia a cidade “de dentro”, entende a sua poética e, por andar de corpo e alma em suas ruas, constrói o imaginário da relação dos transeuntes com o urbano, é o que caracteriza a definição de cidade-sujeito. Noutra ponta o urbanista tem uma visão que vai na direção contrária, pois vê a cidade de “fora”, com um olhar macroscópico voltado ao planejamento, um olhar distante, das políticas urbanísticas e planos diretores, o urbanista a vê como cidade-objeto. Essas visões remetem a duas concepções de “lugar”: o lugar próprio, do urbanista, no qual tudo tem seu espaço adequado, estático e definido; e o lugar do homem da cidade, um lugar praticado e dinâmico onde móveis se cruzam e coexistem. (MONGIN, 2009)

Esse lugar em que os cidadãos se encontram, confrontam-se em suas diferenças, nas quais reconhecem os modos de viver que coexistem na cidade – um pressuposto da vida urbana – é configurado como o espaço público. O que remete à dimensão pública que é condicionada e possibilitada pela experiência urbana. O espaço público é incerto, na medida em que não dá uma garantia ao sujeito indeciso que se aventura fora de seu mundo privado, de que ele vá se beneficiar de uma “felicidade pública”. Isso explicita e justifica a relação primordial do surgimento do espaço público com a teatralidade. Visto que quem se insere e nele se arrisca, assume um papel social, valendo-se de diferentes máscaras para o representar nesse espaço. A função primeira da “máscara” é garantir de alguma forma que o sujeito não se perca na turba; é uma maneira de preservar a individualidade em meio à multidão. Essa dialética entre público e privado, que está no cerne da discussão da cidade e suas implicações se resume bem nos estudos urbanos da ensaísta Beatriz Sarlo:

O espaço público não é uma coisa definida de maneira estável, mas sim um lugar de conflito. Os ocupantes tentam avançar (por razões legítimas ou ilegítimas, de acordo com as leis ou sem elas) e outros procuram impedi-los. O espaço público é um lugar de direitos e, por isso, também é um lugar de obrigações. Formas legítimas de ocupação deveriam afetar o menos possível outras formas legítimas de desfrute. E digo o menos possível porque é normal que o exercício de um direito afete outros direitos. Este conflito não pode ser anulado de uma vez para sempre, mas deve ser conduzido de maneira mais ou menos satisfatória. (SARLO, 2001. p. 71)

5 O escritor aqui se refere ao cronista, visto que nem todo escritor terá essa relação específica com o espaço urbano.

Em um contexto no qual a política dos fluxos domina o pensamento urbanístico, deve ser resgatada e entendida a importância dos “lugares” para a construção do espaço público e sentimento de pertencimento às cidades. Se, a princípio, esse pertencimento se mostrava apenas mental, sem identificação direta com um território, pouco a pouco ele passa a ser reforçado pelo quadro geográfico e arquitetônico. A ágora, na Grécia Antiga, reflete isso na medida em que centraliza o poder no espaço coletivo, ou melhor, na ocupação coletiva de um “espaço vazio” equidistante a todos.

Os lugares, que passam a se distribuir pelas cidades não se limitando a uma praça pública como no caso da Grécia, são diretamente associados ao ritmo urbano. Constituem uma oscilação em nossas trajetórias urbanas e garantem que a cidade seja realmente um espaço finito que engloba possibilidades infinitas, ou seja, que nós possamos nos locomover pela cidade sem passar de um espaço a outro de maneira lógica ou mecânica, que o imprevisível, o inesperado, ainda seja possível. Segundo Mongin (2009, p. 53) “se a cidade é essa unidade simbólica que evoca uma memória e antecipa um futuro, ela exige simultaneamente lugares-limiares, entremeios que permitem às descontinuidades tomar forma.”

Esses lugares fornecem a base para a dimensão corporal da experiência urbana evocada pelos escritores. É a linguagem deles que mais se aproxima do ritmo urbano, visto que são eles que trabalham com a seguinte questão: “O que fazer do meu corpo dentro de um corpo coletivo?”. A trajetória dos corpos individuais no corpo da cidade está ligada diretamente à forma, à imagem mental que se constrói dela. A imagem do *flâneur*, o indivíduo que transita sempre entre o público e o privado, que no exercício de se deixar caminhar e se perder em meio à turba encontra o inesperado, exemplifica a importância dessa trajetória corporal, de se inserir na realidade sensível da cidade, na construção de sua forma coletiva.

Se a prevalência dos fluxos coloca em ameaça essa dimensão corporal, deve-se ter em mente que o urbano não é um espaço essencialmente destinado a contrariá-los. Tanto que a potência dos fluxos não impede que as práticas urbanas continuem sendo possíveis, mesmo que estejam fragilizadas. Tal pensamento vai de encontro a Lefebvre (2008) quando pontua que nesse contexto de oposição entre fluxos e lugares nasce justamente uma contradição crítica: a tendência para a destruição da cidade coexiste com uma tendência para a intensificação do urbano e da problemática urbana.

2.3 FRAGMENTAÇÕES E RUPTURAS

Se a experiência urbana é o coração da cidade, a fragmentação que a ameaça em todos os seus aspectos, é o problema principal na discussão do pós-urbano. Nesse subcapítulo serão expostos os diferentes processos e momentos que levam à cidade fragmentada, especialmente no que se refere ao processo de industrialização-urbanização da modernidade. Nesse período em específico a urbanização passa a ser pensada em favor da industrialização e seus desdobramentos, alterando, reconfigurando e até mesmo excluindo a centralidade da cidade. O Estado não age de maneira que se altere o *status quo*, apenas toma pequenas medidas que remediam problemas pontuais. Se o poder público não consegue assegurar uma vida digna e segurança aos moradores de uma cidade, aspectos que também são essenciais na manutenção da cidade como experiência⁶ e constituem projetos de urbanização, isso se reflete na relação dos cidadãos com o meio urbano. A fragmentação da experiência urbana resulta na dissolução das identidades e na própria perda de forma da cidade.

A fragmentação urbana, tanto mental quanto física, não aconteceu da noite para o dia. É um processo que se inicia com a industrialização e passa por diferentes estágios a partir desse momento – são três os períodos que a caracterizam (LEFEBVRE, 2008). Primeiro, a industrialização “saqueia e extirpa” a consciência urbana pré-existente até a destruir – é importante ressaltar que, para o autor, a industrialização consiste no poder negativo da realidade urbana conduzido segundo uma estratégia de classe na qual o social-urbano é negado pelo econômico-industrial. Em um segundo momento a urbanização se amplia e se descobre que a sociedade inteira corre o risco de se decompor se lhe faltar a cidade e a centralidade (dispositivo essencial para a organização planejada da produção e do consumo). Em seguida, tenta-se restituir a centralidade, as centralidades antigas são substituídas pelo centro de decisão, assim nasce a reflexão urbanística que sucede o urbanismo sem reflexão.

Para exemplificar um pouco desse processo, Lefebvre usa a Paris do Barão de Haussmann⁷ e os projetos urbanísticos que se sucedem, elencando, assim, três atos da cidade

6 A experiência urbana não é somente a possibilidade se locomover e experimentar a cidade pela sola dos pés, mas também engloba a questão do acesso a serviços, lazer, mobilidade, aparelhagem cultural... Enfim, aspectos que asseguram uma vida digna e plena na cidade.

7 Georges-Eugène Haussmann (Paris, 27 de Março de 1809 — Paris, 11 de Janeiro de 1891), conhecido como Barão de Haussmann foi prefeito do antigo departamento do Sena, entre 1853 e 1870. Durante aquele período foi responsável pela reforma urbana de Paris, determinada por Napoleão III, e tornou-se muito conhecido na história do urbanismo e das cidades. O Barão de Haussmann foi encarregado de modernizar a cidade. Ele demoliu antigas ruas, pequenos comércios e moradias da cidade, criando uma capital ordenada sob a geometria de grandes

– que não necessariamente coincidem com os três períodos tratados anteriormente. O primeiro ato corresponde ao projeto de Haussmann em si, que consistia em diminuir o contato entre as pessoas na cidade, abrindo longas avenidas e dando um primeiro aceno ao domínio dos fluxos que se vê hoje. O segundo ato se refere ao surgimento dos subúrbios. Estes respondem a um impulso da industrialização, se destinando aos camponeses levados aos centros urbanos pelo êxodo rural. Esse é o princípio do processo de descentralização da cidade. Ao se afastar os moradores do subúrbio – em grande parte formado por proletários – dos locais de produção, a sua consciência urbana, sua capacidade criadora, começa a se dissipar. A periferia cresce desurbanizada e mesmo assim dependente da cidade ao seu redor.

Por fim, o terceiro ato da cidade é a passagem do habitar (o ato de participar de uma vida social, de uma vida urbana) para o *habitat* (a vivência desurbanizada, sem consciência urbana). A partir do momento que ter um lar se torna direito básico, o governo resolve, então, apenas construir casas atrás de casas sem pensar no caráter urbanístico disso, sem um planejamento voltado à vivência urbana. Esse último ato exemplifica a maneira com a qual a sociedade moderna acaba pensando o urbanismo e o planejamento das cidades. Não se fornecem soluções que abranjam um quadro geral, que busquem preservar uma consciência urbana. Ao contrário, o Estado acaba agindo por meio de pequenas medidas técnicas e pontuais, que contribuem para manter o *status quo* da cidade.

Modelos diferentes surgem e vão convivendo até um vigorar por sobre o outro, a cidade política é sobreposta pela cidade comercial e esta pela cidade industrial (na qual se estabelece um duplo processo de industrialização-urbanização) – até que chega a um ponto crítico no qual a expansão urbana desenfreada leva a um movimento de explosão-implosão da cidade. Uma expansão caracterizada pela globalização e desterritorialização das culturas, que coloca em questão a própria ideia da comunidade circunscrita a um território, a uma língua e a determinadas tradições (SARLO, 2001).

O mundo pós-urbano, a cidade pós-urbana, se caracteriza pela falta de formas e limites. A cidade desposa formas extremas: ou se estende sem limites como uma megacidade, ou se contrai e se recolhe sobre si mesma para se conectar melhor às redes mundiais do sucesso, como a cidade global. As cidades são remanejadas como se fossem apenas uma combinação de elementos e, mesmo cada uma possuindo uma diversidade de características

avenidas e bulevares, uma nova disposição que também iria colaborar com o fim dos levantes populares, as barricadas de Paris.

e sujeitos diferentes, essa miríade acaba sendo encoberta por uma impressão de monotonia.

2.3.1 Pós-urbanidade na América Latina

O subcapítulo que segue identifica a especificidade da fragmentação urbana na América Latina e como ela é percebida e estudada pelos cientistas sociais da região. Coloca-se aqui em diálogo as teorias de autores europeus e latinos ressaltando os pontos em que eles convergem e divergem. A discussão orbita em torno dos conceitos de cidade-paranoica, cidade-sexy e informalidade (CANCLINI, 2004). A cidade-sexy representa as megacidades “desenvolvidas” pensadas como um produto, como a vitrine de seus países, dentro do contexto da terceira globalização. A cidade-paranoica, por outro lado, representa a urbe que se desintegra em diferentes níveis, crescendo desordenada e informalmente. Esse crescimento informal remete a todo o desenvolvimento não planejado dentro do espaço urbano – informalidade que pode ser vista tanto de maneira negativa, quanto positiva.

Quando Lefebvre (2008) diz que “a imagem do inferno urbano que se prepara não é menos fascinante, e as pessoas se precipitam em direção às ruínas das cidades antigas a fim de consumi-las turisticamente, acreditando assim curar a saudade que sentem” (p. 101), ele se refere especialmente à Europa. No entanto, é na América Latina que autores como Nestor García Canclini identificam uma maior intensidade no processo de fragmentação urbana – ou ao menos, uma fragmentação mais “negativa”. Em “Consumidores e cidadãos: conflitos multiculturais da globalização” (1997), Canclini toma a Cidade do México como modelo de destruturação urbana, e a toma como objeto de estudo para tentar entender como se formam as identidades nesse contexto urbano fragmentário, e o que realmente significa pertencer a uma megacidade especialmente na América Latina.

Em Buenos Aires, Santiago do Chile, São Paulo e México, encontramos uma destruturação das experiências cidadinas. Sobre tudo nas duas últimas cidades, onde a mancha urbana se disseminou num ritmo muito mais veloz do que a expansão dos equipamentos culturais públicos, observa-se uma atomização das práticas simbólicas e uma baixa assiduidade, e em declive, nos centros comuns de consumo: cinemas, teatros e espetáculos musicais. Esta desagregação se manifesta também nos movimentos culturais e políticos populares, que se caracterizam por ter visões locais e parciais. (CANCLINI, 1997, p. 105)

Para Canclini (2004), duas figuras sintetizam o que acontece na América Latina: as cidades-espetáculo e as cidades-paranoicas. As primeiras consistem nas cidades globais, que são tomadas como símbolo da globalização. São as “cidades sexys”, que condensam as

inovações urbanísticas e se tornam núcleos do que as nações em que elas se inserem podem oferecer ao mundo. São a vitrine de suas nações e ganham esse status graças ao intenso papel das empresas transnacionais que nelas atuam, a sua mistura de culturas, a concentração de elites da arte e da ciência, e por concentrarem a circulação de um alto número de turistas. “São as cidades que conseguem se reinventar” (2004, p. 186).

Elas podem ser caracterizadas também como “cidades mercadoria” em competição com as outras “cidades-produto”. Essas cidades que se expõem ao mundo se desvinculam da desordem, do descontentamento e da insegurança que cresce nas estatísticas e na experiência cotidiana dos cidadãos que nelas circulam. As múltiplas manifestações de colapso da modernização são controladas e limitadas pela elite por meio da criação de “seus bairros entricheirados, suas zonas reabilitáveis, recicladas ou absolutamente novas” (CANCLINI, 2004, p. 187). Essas cidades são encontradas principalmente na Europa e Estados Unidos, os exemplos mais claros seriam Barcelona, Paris e Nova York.

As cidades paranoicas são as urbes da violência e do medo e algumas delas possuem um contraste perceptível quando se compara seu estado atual com o momento em que foram criadas. Como Buenos Aires, que surgiu como a “capital europeia” da América Latina e acabou se degradando, “latinizando-se” como alguns apontam – o que demonstra a polarização norte-próspero e sul-subdesenvolvido também presente na distinção entre as cidades espetáculo e paranoicas.

Um dos fatores-chave para a desintegração das cidades na América Latina – e que se soma a outros como a desigualdade, violência e falta de permeabilidade urbana – é o da informalidade (CANCLINI, 2004): o crescimento fora do planejado, ou mesmo da legalidade, como no caso de ocupações e construções em zonas não apropriados ou de risco, por exemplo. A informalidade se refere a um desenvolvimento não planejado em todas as suas esferas, na qual entrariam também os subempregos como característica de uma forma de sobrevivência por meio do informal, do que foge à regulamentação estratégica da cidade (ambulantes, cambistas, e outros trabalhadores do gênero). A informalidade cresce na ausência de uma organização da cidade. É um fenômeno que se nutre justamente da ausência do poder público como assegurador de uma vida digna. É um modo de sobrevivência e maneira de remediar a falta de serviços urbanos básicos.

Duas tentações estão presentes desde o princípio até hoje ante estes fenômenos: a) julgar a informalidade como contraditória com a modernidade pedida às cidades e propor-se a eliminá-la, ou pelo menos limitar seu peso econômico e seus efeitos sociais desintegradores; b) celebrar a criatividade social e a imaginação cotidiana mostradas por estas atividades, e destacar sua utilidade para a sobrevivência dos setores populares e excluídos. (CANCLINI, 2004, p. 190)

Essas duas posições representariam o olhar modernizador (defendido por cientistas sociais duros e planejadores políticos de direita) e o olhar populista (representado pelas ONGs, antropólogos, trabalhadores sociais, políticos de esquerda, artistas), respectivamente. No entanto, essa distinção vai além, e pode ser vista na maneira com que os intelectuais dos Estados Unidos e Europa, e os intelectuais da América Latina encaram o pós-urbano. O pensamento pós-moderno, presenciado especialmente nos primeiros – no entanto, muito criticado por Lefebvre –, celebra o pós-urbano, demonstrando uma despreocupação com o crescimento descontrolado das cidades.

Para essa linha de pensamento, até mesmo a desordem do espaço hiperurbanizado é festejada se ele permite se dedicar a desfrutar os avanços tecnológicos, os fluxos e signos efêmeros. Contudo, a pós-urbanidade se dá de maneira diferente na América Latina e nos países metropolitanos. Lá ele é visto de maneira positiva, como algo a ser celebrado, mas no “sul do mundo” se percebe que ele é fruto de um crescimento desordenado, criando falta de condições em um contexto de exploração (CANCLINI, 2004).

Essa discussão se aproxima da problemática da inserção das novas tecnologias de informação, como a internet, na América Latina, exposta por Wolton (2003). Segundo o autor, não é possível deixar de lado os grandes meios de massa – especialmente a televisão – em detrimento dessas novas tecnologias. A televisão é um meio essencial para a construção de uma identidade nacional – que justamente se encontra em processo de formação na América Latina – e por isso o caráter fragmentário da internet e suas “solidões interativas” seria prejudicial à construção da identidade latina. De certa forma isso se relaciona realmente ao processo de ruptura da experiência urbana, especialmente no contexto da terceira globalização (WOLTON, 2003).

Entender os conceitos aqui expostos é necessário para entender o contexto que Curitiba, por exemplo, está inserida. Visto que, assim como Buenos Aires, é uma cidade que é pensada a princípio de uma perspectiva europeia que vai de encontro à ideia da cidade-sexy

mas, entendida no contexto latino, está sujeita também ao processo da informalidade. A discussão do crescimento informal abre portas para outras reflexões. As ocupações urbanas, apropriações criativas e criações de lugares de encontro no espaço público por iniciativa da população também poderiam ser consideradas um crescimento informal? A informalidade necessariamente deteriora a experiência urbana? Mesmo não havendo uma resposta pronta para essas questões, elas podem servir mesmo como uma provocação a ser utilizada no momento de produção do livro aqui proposto.

2.3.2 Estado e reorganização do espaço público

Até aqui já foram tratados alguns dos elementos que contribuem para a fragmentação da experiência urbana. Esse subcapítulo se dedica a explorar a relação entre o papel do Estado e as reorganizações no espaço público. A discussão acontece em dois momentos. Primeiro é defendido que o interesse do mercado absorve as políticas de Estado voltadas à cidade. Quando esse predomínio de interesses mercadológicos prevalece, ou quando o Estado se ausenta de sua função principal de garantir direitos básicos, a possibilidade de pertencimento dos cidadãos é prejudicada. Nessa ausência, abre-se espaço para o aumento da violência e crescimento informal, por exemplo, e o urbano perde, assim, a forma, os limites e o sentido. O que leva ao segundo momento da discussão, pois nesse contexto os não-lugares (espaços a-históricos voltados ao fluxo e consumo) predominam. É necessário que o espaço público seja preservado para que a experiência urbana seja possível, mas se o Estado se ausenta são as ações “de baixo para cima” que tentam remediar a situação.

Para Lefebvre (2008), o Estado e a figura da “empresa” buscam absorver e suprimir a cidade por meio de uma ideologia “humanista e demagoga”, uma vez que não podem simplesmente decretar abertamente a segregação como tal. O poder estatal e os grandes poderes econômicos veem a cidade como centro de agitação, logo buscam desvalorizar, degradar, a sociedade urbana. A ideologia “humanista e demagoga” ao qual o autor se refere, seria uma política de integração sem objetivo e objetividade, que busca incessantemente estabelecer uma “coerência”, mas que acaba resultando em fenômenos paradoxais de “integração desintegrante” que incidem especialmente sobre a realidade urbana.

Mas o Estado não é agente da fragmentação somente por causa dessas políticas urbanísticas “demagogas”. Quando se omite, ou falha com a sua função primordial de

assegurar direitos básicos, a informalidade e a desintegração crescem e ganham espaço em sua ausência. Isso afeta diretamente a própria questão do pertencimento à cidade abordada por Canclini (1997), visto que a nacionalidade, o pertencer a uma nação, é diretamente relacionado a símbolos concretos de um acordo entre cidadão e Estado, no qual o Estado é responsável por suprir os direitos básicos de cidadania. A reivindicação da nacionalidade é a “liquidação de uma dívida, pagamento que é condição básica para a existência de uma sociedade à qual entregamos parte de nossas liberdades para que ela possa existir e para que nós possamos existir nela como cidadãos.” (SARLO, 2001, p. 17). Desse modo, a violência nas cidades também contribui para a desintegração da experiência urbana, visto que essa violência impulsiona a ideia de que o Estado não pode garantir a paz entre os membros da sociedade e o medo gerado pela falta de segurança desorganiza as relações com o espaço público.

Quem mais sai perdendo com essa crise de segurança são os que moram em bairros populares, pois se veem obrigados a não deixar suas casas vazias para evitar roubos e acabam isolados em conjuntos habitacionais com um mínimo equipamento cultural. Além disso, têm sua mobilidade reduzida especialmente nos momentos de lazer e com isso acabam sumindo as possibilidades de contato com outros níveis e consumos sociais (SARLO, 2001) – o que remete novamente a Mongin, e sua defesa de que a integração “social”, visando diminuir o conflito e os encontros, acaba dando as bases para uma desintegração da cidade.

Tanto as cidades reais retratadas na literatura, como as inteiramente ficcionais sempre delimitaram o “dentro” e o “fora” da cidade. Mas hoje, as cidades do tempo da informalidade fogem ao conceito da cidade delimitada, que doa identidade, proteção e sentido

Além disso, surgiram novos atores para representar estas cidades esfumadas. Agora, mais do que na literatura, as cidades são imaginadas pelas crônicas jornalísticas, pelo rádio e pela televisão. São estes os principais agentes de construção do sentido urbano. Fazem alguns participarem do debate sobre o que a cidade é ou pode ser, e propõem aos demais essas opiniões como chaves do que podem fazer ou se expressar como cidadãos. (CANCLINI, 2004, p. 191)

A passagem da cidade letrada, que fundava e interpretava a literatura, para a cidade calcada no audiovisual, na qual as identidades se constroem por meio de nebulosas afetivas (SARLO, 2001), coincide com a dissolução dos limites e sentido urbano. A tendência a celebrar espaços em extinção ou resgatá-los, ou recorrer à espetacularização publicitária ou artística como recursos construtores do imaginário urbano, acaba ganhando mais peso

(RAMA, 1984). Assim, especialmente entre os jovens, os não lugares⁸ assumem protagonismo. Esses espaços, como os shoppings e estações de metrô, revelam uma “deslocalização das concentrações urbanas, uma diminuição (não um desaparecimento) do distintivo em benefício do desterritorializado e des-historicizado” (CANCLINI, 1997).

Segundo Sarlo (2001), o shopping oferece um modelo de cidade miniaturizada desvinculado, indiferente e que se torna independente das tradições e do seu entorno, da cidade em que ele se insere. O shopping é esse lugar neutro e a-histórico, construído e difundido segundo a lógica de expansão irrestrita do mercado, que reorganiza uma hierarquia de espaços da cidade. Alguns dos motivos que favorecem essa ascensão do shopping como “não lugar” é a decadência dos espaços públicos (abandonados por desinteresse do Estado em mantê-los e atualizá-los culturalmente); o sentimento de insegurança que faz com que a classe média se refugie em espaços privados em que há uma garantia de ordem e certa homogeneidade social; e a própria vitória do imaginário oferecido pelo mercado.

Mais importante do que celebrar ou resgatar pontualmente espaços em extinção, como os pitorescos carrosséis de rua de Buenos Aires evocados por Beatriz Sarlo, é a própria preservação do próprio espaço público. Para isso, é necessário que seja cobrado do Estado que políticas públicas que façam frente à lógica e controle as forças do mercado. É necessário que o Estado apresente outras propostas para a manutenção de uma experiência urbana sem se converter em um “protetor preservacionista dos carrosséis”. A cidade não pode se tornar apenas o ambiente do valor de troca, dominado pela lógica mercantil. É essencial que se retome o valor de uso da vida urbana, que haja esses locais e momentos de encontro nos quais é possível se libertar das coações do mercado, em que impere o imprevisível, pois é a vida social, a relação entre os indivíduos, que pode construir a nova cidade (LEFEBVRE, 2008).

Todos os autores aqui citados reconhecem o abandono das ruas como algo sintomático da desurbanização e esquecimento dos ideais modernos de solidariedade, abertura e comunidade. No entanto, mesmo que a pós-cidade da terceira globalização não coloque mais os sujeitos em relação, apenas organizando logicamente tipos de agrupamento e de agregação homogêneos nos quais a experiência urbana ritmada pelo inesperado vai

8 “O não-lugar é diametralmente oposto ao lar, à residência, ao espaço personalizado. É representado pelos espaços públicos de rápida circulação - como aeroportos, estações de metrô e pelas grandes cadeias de hotéis e supermercados. Só, mas junto com outros, o habitante do não-lugar mantém com este uma relação contratual representada por símbolos da supermodernidade; cartões de crédito, cartão telefônico, passaporte, carteira de motorista, enfim, por símbolos que permitem o acesso, comprovam a identidade, autorizam deslocamentos impessoais.” (AUGÉ, 1994)

desaparecendo (CANCLINI, 2009), ainda há escapatória.

Mesmo Lefebvre, que assume uma posição mais crítica em relação às possibilidades para se preservar e renovar a experiência urbana, afirma que “a forma do urbano, sua razão suprema, a saber a simultaneidade e o encontro não podem desaparecer. A realidade urbana, no próprio âmago de sua deslocação, persiste e se densifica nos centros de decisão e de informação” (2008, p. 84). O fato de que a sociedade, a realidade urbana e “urbano” em si persistem por meio de ações que surgem “de baixo para cima” (como quando os habitantes das cidades utilizam certos locais para tentar restituir de alguma forma os encontros) é uma das muitas contradições que a fragmentação urbana gera. Para que essas iniciativas que vão se desenhando como maneira de se reapropriar da cidade como valor de uso germinem e se tornem uma realidade concreta, é necessário que haja espaços para isso. E é nesse ponto que o urbanismo entra como um possível agente de manutenção ou degradação da sociedade urbana.

2.4 URBANISMO E FRAGMENTAÇÃO URBANA

O urbanismo pensa e projeta as cidades do moderno ao pós-moderno, entender as diferentes funções do urbanismo, é necessário para compreender os processos de fragmentação da experiência urbana. O subcapítulo que segue recapitula algumas definições e formas de urbanismo, como a escola Haussmaniana⁹ e o urbanismo utópico. Através da distinção entre arquitetos e urbanistas se aborda a questão da privatização do espaço público e a valorização dos fluxos em detrimento dos lugares. Essa reflexão leva a uma pergunta final: como o urbanismo, sendo também parte do problema, pode frear esse movimento de desintegração urbana?

O urbanismo evoluiu junto com a cidade, acompanhando suas dinâmicas, moldando-a ao mesmo tempo que tentava entendê-la. Já foram designadas inúmeras funções à cidade, assim como o urbanismo foi entendido de diversas maneiras ao longo da história, indo de uma ciência da cidade a uma ideologia em si, da utopia do “bom lugar” à primazia dos fluxos. Três figuras dão base ao urbanismo moderno: Alberti, Cerdà e Haussmann (MONGIN, 2009). Alberti¹⁰ (1452) pensava a edificação de acordo com três aspectos, a necessidade, a

⁹ Haussmaniana é expressão referente às escolas urbanísticas que se inspiram no Barão de Haussmann.

¹⁰ Leon Battista Alberti (Genova, 18 de fevereiro de 1404 — Roma, 25 de abril de 1472) foi um arquiteto, teórico de arte e humanista italiano. Alberti se estabeleceu em Roma a partir de 1443, onde se concentrou no estudo do legado clássico da cidade, estudo que resultou no livro *Descriptio urbis Roma* (Descrição da cidade de

comodidade (que consiste no aspecto dialógico da exigência do cliente) e o prazer estético. Cerdà¹¹ (1867) considerava apenas a esfera da necessidade, privilegiando as leis científicas da urbanização. Haussmann, por sua vez, busca regularizar o espaço urbano mais do que criar uma cidade específica.

Essa regularização deve ser pensada dentro do contexto da industrialização no qual o urbanista era visto como o médico que aplicava um urbanismo cirúrgico no “corpo doente” da cidade. O urbanismo que tem Haussmann como símbolo, nasce como consequência da industrialização – fenômeno que transforma a cidade em um conjunto de redes interconectadas (as vias de circulação, sistema de adução de água, esgotos, etc.). Esse urbanismo que desdensifica o centro e privilegia um corpo global irrigado, seguindo a “lei do primado da circulação”, é uma das marcas da idade moderna e do início da relação entre urbanismo e a fragmentação da condição urbana.

A “escola haussmanianna” constitui apenas uma das facetas do urbanismo. Por questões conceituais, Lefebvre (2008) elenca três urbanismos distintos entre si: o urbanismo dos promotores de venda, o urbanismo dos homens de boa vontade e o urbanismo dos homens ligados ao setor público. O primeiro é o urbanismo pensado a partir do mercado, que compreende a cidade como valor de troca, como espaço para vender a ideia de perfeição, felicidade e harmonia desvinculada da realidade urbana propriamente dita. O segundo corresponde à maneira que o arquiteto e os escritores compreendem a cidade. Tem um caráter nostálgico e se vincula ao antigo humanismo clássico e liberal. Esse urbanismo é essencialmente idealista, não levando em conta a mudança de escala do próprio homem no mundo moderno, o que acaba resultando em modelos de cidade formalistas (modelos sem conteúdo ou sentido) ou esteticistas (LEFEBVRE, 2008). Por sua vez, o urbanismo dos homens ligados ao setor público, ou urbanismo estatal, se pretende científico e opera com um racionalismo que negligencia o “fator humano”. É o urbanismo tecnocrático e sistematizado que preza pelos fluxos em detrimento dos lugares.

Com essa divisão fica clara a separação entre a produção dos urbanistas e a ideia

Roma). Ainda em Roma, em 1452, completou seu principal trabalho teórico, *De re aedificatoria libri decem*, ou “Dez livros sobre arquitetura”, o primeiro grande tratado moderno da arquitetura.

¹¹ Ildefons Cerdà (Sant Martí de Centelles, 23 de dezembro de 1815 — Caldas de Besaya, 21 de agosto de 1876) foi um engenheiro urbanista e político catalão responsável pelo plano de extensão e reforma (Plan de Ensanche) da cidade de Barcelona. Ele se forma engenheiro de caminhos em Madrid no ano de 1841, e em 1867 publica sua Teoria Geral da Urbanização, onde reformula e aperfeiçoa suas teorias anteriores. Cerdà é considerado um dos fundadores do urbanismo moderno.

mais “romântica” que permeia as realizações dos arquitetos. Enquanto aqueles pensam em “conjuntos edificados”, esses criam objetos solitários, fechados em si mesmos, que não possuem uma relação obrigatória com outros elementos da cidade.

O urbanismo do movimento moderno e dos CIAM [Congresso Internacional de Arquitetura Moderna] separa as edificações construídas e as unidades arquiteturais do espaço urbano tradicional, o que está na origem de um urbanismo que privilegia simultaneamente separação, zoneamento e circulação: “Dito de outra forma, um tipo de espaço do qual a arquitetura era parte integrante parece prestes a desaparecer”. Entre a constatação de uma inventividade espacial no plano arquitetônico e a compressão do espaço urbano, o divórcio é total. A criação arquitetural do movimento moderno está em contradição com o desenvolvimento do urbanismo progressista, o que condena o arquiteto a assumir a figura do artista. (MONGIN, 2009, p. 117)

O próprio Mongin pontua que essa distinção entre arquiteto e urbanista acaba sendo contraditória apenas em aparência – visto que ambos participam de uma mesma história, um realizando em escala micro o que o outro projeta em escala macro. Isso está representado no urbanismo da antichidade, que capta os fluxos em um único lugar contraído e fechado em si mesmo modificando as relações entre público e privado. É uma cidade-imóvel, uma “máquina celibatária” (MONGIN, 2009) em grande escala, uma obra de arte que se fecha em si porque não tem necessidade de estar ligada a outra coisa. O urbanismo contemporâneo privatiza e fragmenta, ao mesmo tempo que interconecta os lugares privilegiados. Calcado na inversão haussmanniana ele mostra um desinteresse pelo espaço público da rua, visto como espaço de rejeição, e caminha em direção ao privado. O espaço público se privatiza e criam-se cisões entre o “dentro” e o “fora”.

Mais do que tentar identificar as semelhanças e diferenças na maneira como os urbanistas e arquitetos agem – discussão pouco fértil nesse contexto –, o que deve ser colocado em questão é como o urbanismo pode reprimir essa prevalência dos fluxos sobre os lugares? Como ele pode impedir esse movimento de desvalorização do público e domínio do privado? Como trocar a dinâmica da separação pela da conflitualidade?

Lefebvre (2008) defende que o urbanismo é uma ideologia, sugerindo que ele passou de seu estágio inicial de discussão e se tornou uma prática social sem atingir um nível de elaboração e de ação necessário para ser validado – e que não pode atingir sem que haja um confronto de estratégias políticas. Segundo o autor, o urbanismo se disfarça de ciência, pois, mesmo que estudar os problemas de circulação e comunicação nas grandes cidades moderna leve a conhecimentos reais e técnicas de aplicação, dizer que a cidade se resume a uma rede

de circulação e consumo consiste numa ideologia absoluta e dogmática que leva a predominância e valorização dos fluxos na cidade. Esse urbanismo “formula todos os problemas da sociedade em questões de espaço e transpõe para termos espaciais tudo que provém da história, da consciência” (LEFEBVRE, 2008, p. 49), ou seja, se esvazia a dimensão histórica da cidade.

Resta se perguntar como o urbanismo pode contribuir para frear a fragmentação das cidades. Não se trata de seguir à risca a matriz utópica, que se define pelo desejo de adotar as regras de uma disciplina (Cerdà) e de regularizar um espaço (Hausmann), nem “de celebrar o bom lugar, mas de desenhar um tipo de espaço que torna possível um tipo de relações humanas que correspondem justamente à experiência urbana” (MONGIN, 2009, p. 124). Deve-se rejeitar o bloco urbano, os espaços autônomos que reúnem em seu interior tudo que a cidade colocava em tensão no exterior, homogeneizando-a.

A cidade é geradora natural de diversidade. Incuba uma miríade de novos projetos e empreendimentos, por isso não há nada mais fatal do que tornar os lugares monótonos (JACOBS, 2000). A antropóloga e urbanista Jane Jacobs defende que as pessoas devem ser incentivadas a ocupar os espaços da cidade, de maneiras e em momentos diferentes, ressaltando a importância, por exemplo, de que as quadras se mantenham curtas para que existam mais esquinas – incentivando os cidadãos a tomar outros caminhos, a explorar a cidade. Às necessidades firmadas na antropologia, hoje se somam as necessidades específicas do urbano. Ou seja, a necessidade de atividades lúdicas, de criar, de interagir em espaços qualificados, lugares de simultaneidade e encontro, nos quais o valor de uso rege as relações sociais. Se o Estado não supre a demanda por esses tipos de espaço ou apenas assume um papel preservacionista e demagogo com a questão do espaço público, as pessoas surgem com iniciativas que podem funcionar como maneira de garantir e renovar uma experiência urbana. Cabe a elas construir a nova cidade.

3 CURITIBA: UMA CIDADE EM TRANSFORMAÇÃO

Tomando como base as discussões sobre cidade e fragmentação urbana do capítulo anterior é necessário entender como essa problemática se relaciona com Curitiba. A capital paranaense gravita entre os conceitos de cidade-espetáculo e cidade-paranoica. Mesmo que estes não sejam definitivos e fechados (um pode ter elementos do outro) é importante entender Curitiba como uma metrópole que surge da ideia de uma “cidade-modelo” ao mesmo tempo em que vive uma realidade na qual aumentam os problemas sociais urbanos.

O principal é a violência, a maneira com que ela é percebida e como ela muda os hábitos dos cidadãos. Este é um fator chave para entender o esvaziamento das calçadas e consequente processo de formação de “ilhas urbanas” no tecido da cidade – como os shopping centers e os condomínios fechados (tanto verticais quanto horizontais). A relação entre a população de uma cidade e suas calçadas é essencial para a manutenção dos espaços públicos e para que se estabeleça uma sensação de segurança nesses lugares. A má gestão e planejamento dos bairros e dos tipos de estabelecimento que se alternam nas regiões residenciais, por exemplo, contribui para essa situação. Além disso, a falta ou a dificuldade de mobilidade urbana também contribui para a deterioração da vida urbana. Cria-se um ciclo no qual a falta de interesse na manutenção de espaços públicos que garantam convivência social leva ao abandono das calçadas, o que aumenta a sensação de insegurança e acaba levando ao crescimento da violência urbana propriamente dita.

A maneira como Curitiba foi pensada durante o século XX a partir de planos urbanísticos se relaciona também a esses fenômenos. Do começo do século passado, com seu caráter eclético – tentativa de buscar um legado histórico que a cidade não possuía e ao mesmo tempo construir uma identidade para a capital paranaense – passando pelo Plano Agache, a gestão de Ivo Arzua, o Plano Diretor e as gestões de Jaime Lerner, Curitiba modelou uma imagem própria e passou por transformações intensas. Todos esses marcos trouxeram aspectos positivos e negativos. No entanto, as soluções para os problemas anteriores envelheceram e levaram consigo a efervescência de determinados espaços públicos.

Para exemplificar essa degradação gradual de espaços que foram concebidos para o

convívio social e manutenção de uma vida pública, foram escolhidos três casos principais: o calçadão da Rua XV, a região do São Francisco (especialmente as ruas Riachuelo e São Francisco) e o Passeio Público. O calçadão ainda é um dos cartões-postais de Curitiba, mas o que foi um dia o coração do comércio e lazer curitibano sofre com a desintegração urbana. A concentração de cinemas e comércio nos shoppings é um dos fatores que levam ao esvaziamento da região especialmente durante a noite. A Riachuelo e a Rua São Francisco seguem um caminho inverso. Recentemente, passaram por uma revitalização, porém há pontos a serem questionados na maneira com que essas “reformas” foram executadas – elas não resolveram necessariamente o problema da violência nessa região. Já o Passeio Público foi o primeiro espaço da cidade pensado para a ocupação pública. Surgiu como forma de combater alagamentos na região e acabou virando outro dos cartões-postais da cidade. Se antes era convidativo pela variedade de atrações (zoológico, bar do Pasquale, pedalinhos) hoje é evitado pela suposta falta de segurança do local e sofre o abandono. Mesmo que existam tentativas de apropriação e ocupação desses lugares, ainda são pontuais e com pouca adesão.

Como a cidade é feita de pessoas, para encerrar a discussão sobre essas questões urbanas aplicadas a Curitiba, a última parte deste capítulo é destinada a entender o comportamento do curitibano. Como ele ocupa os espaços públicos? Quais foram as mudanças nas demandas, necessidades e formas de viver a cidade dos curitibanos ao longo do século XX? Vários fatores influenciam a maneira com que se planeja uma cidade – muitos aspectos devem ser levados em conta. Mas, como Jane Jacobs já avisava na década de 1960, as necessidades reais da população devem ser priorizadas, é preciso que os urbanistas tenham contato com a rua, com essas demandas. Caso contrário, a violência, a gentrificação¹² e outros destes fantasmas urbanos continuarão a assombrar as cidades.

3.1 ENTRE O ESPETÁCULO E A PARANOIA

12 É um fenômeno diretamente associado aos processos de revitalização urbana. O termo designa uma situação na qual se altera a dinâmica da composição de um bairro, ou uma rua, por meio da construção de novos edifícios ou surgimento de novos pontos comerciais que valorizam a região e afetam a população de baixa renda local. Essa mudança acaba fazendo com que haja um aumento de custos de bens e serviços, o que acaba tornando insustentável a permanência dos antigos moradores na região. Normalmente a gentrificação ocorre sob o pretexto de ser uma melhora, uma valorização de ambientes urbanos degradados.

Curitiba é o embate constante entre a fama da cidade-modelo e as contradições que o mito carrega quando visto a olhos nus. A capital paranaense não se caracteriza como cidade-espetáculo nem como cidade-paranoica, ela flutua entre os dois conceitos. Se a oferta cultural, a consciência ambiental e os projetos urbanísticos passados remetem ao “espetáculo”, o aumento nos problemas urbanos – especialmente a questão da segurança e transporte – é típico da “paranoia”.

A cidade-modelo foi assim apelidada principalmente graças ao projeto de urbanização do prefeito Jaime Lerner, nos anos 1970, e as técnicas de *city marketing* usadas para promover uma nova imagem da cidade e estabelecer um sentimento de pertença dos curitibanos. Lerner tinha como maior objetivo tornar a capital mais humana, priorizando ações que promovessem a ocupação da cidade pelos pedestres e que possibilitassem a locomoção sem a necessidade de carros. Entre seus feitos mais conhecidos está a criação do calçadão da Rua XV e da Rede Integrada de Transporte (RIT) – esses e demais pontos do Plano Diretor de 1966 serão retomados no próximo subcapítulo. Esse sistema de integração e vias exclusivas expressas chamado de Transporte Rápido por Ônibus (da sigla BRT em inglês) se popularizou rapidamente e, atualmente, por volta de 300 cidades utilizam esse mesmo modelo BRT. Em Curitiba, aproximadamente 45% da população utiliza o transporte coletivo, são mais de 1,5 milhão de passageiros por dia.

Ironicamente, Curitiba é a capital que possui a maior frota de veículos do país. A proporção é de 1,8 habitantes por carro¹³, o que equivale a aproximadamente 1,4 milhão de veículos em circulação na cidade. Esses números se devem em parte ao PIB e potencial de consumo dos curitibanos, que desde os anos 2000 são um grande atrativo para a indústria - em 2013 o PIB per capita da cidade era de R\$ 42.900 contra a média nacional de R\$ 28.800. A proporção de metragem de área verde por habitante também destoa de outras cidades. São 64,5 metros quadrados de vegetação por pessoa – em São Paulo a média fica em 14 metros quadrados.

A imagem de cidade inovadora que se construiu não rendeu apenas apelidos e slogans (Cidade Humana, Cidade Sorriso, Capital Ecológica), mas também prêmios e reconhecimento. Mais recentemente, em 2015, Curitiba ficou na primeira colocação do ranking IstoÉ/Austin Ratings feito para o anuário As Melhores Cidades do Brasil.

13 Disponível em: <<https://www.nexojornal.com.br/grafico/2016/01/29/A-proporção-de-habitantes-por-carro-nas-capitais>>

A capital paranaense também figura nos rankings das cidades mais violentas do Brasil e do mundo. Nos últimos dois anos a taxa de homicídios ficou na média de 30 pessoas a cada 100 mil habitantes. A Organização Mundial de Saúde (OMS) prevê que taxas que ultrapassam os 10 homicídios já podem ser consideradas como epidêmicas. Desde 2007 o nível mais baixo de violência que Curitiba alcançou, de acordo com indicativos da Secretaria de Estado da Segurança Pública e Administração Penitenciária do Paraná (Sesp), foi de 24 homicídios por 100 mil habitantes. O transporte público também passa por um momento de crise. O preço da tarifa – R\$4,25, o mais caro entre as capitais brasileiras –, o incentivo ao transporte individual, a falta de diferentes modais e de integração com a região metropolitana são alguns dos motivos para o esvaziamento de um sistema que já foi referência.

Inserida em um contexto no qual a experiência urbana está se degradando nas cidades mundo afora, Curitiba sofre ainda mais com esses problemas pontuados. A segurança e a mobilidade são dois fatores-chave para que a vida urbana seja mantida. Como visto no capítulo anterior, a violência é essencialmente um fator de fragmentação urbana que desorganiza as relações no espaço público (SARLO, 2004). Não é tanto a violência vivida individualmente pelos cidadãos, mas sensação de insegurança e medo que a acompanham que desempenha esse papel desintegrador. A segurança surge da calçada, de quão seguros os habitantes de uma cidade se sentem ao andarem por ela (JACOBS, 2007). A crise na mobilidade, por sua vez, desestimula que os habitantes se insiram nos espaços públicos – locomover-se dentro da cidade além dos trajetos cotidianos entre residência e local de trabalho se torna um desafio, ou um fardo.

Esses dois fatores aliados estimulam a criação de ilhas antiurbanas dentro da cidade. Por antiurbano se entende os lugares que não permitem que haja um encontro com o inesperado. São lugares que não estabelecem uma tensão, uma dialética entre polos opostos – coração da experiência urbana (MONGIN, 2009). Assim a cidade acaba impondo aos seus moradores um leque limitado de possibilidades de vivê-la, percursos definidos, uma cidade-museu.

Essas “ilhas” traduzem certa “ecologia do medo”, uma cidade que perdeu as muralhas que a separavam do espaço rural envolvente, mas que, ao mesmo tempo, ergueu novas fortalezas internas de desconfiança contra perigos reais e imaginados, a favor de um ambiente acéptico e normalizado, constituído por espaços vigiados e confortáveis. (ALVES. FERNANDES, 2014, p. 23)

Em Curitiba os maiores exemplos dessas “ilhas” são os shoppings centers e os condomínios fechados. A capital conta atualmente com 12 shoppings, sendo que mais três estão em construção – nos bairros do Tarumã, Xaxim e Santa Cândida. A maior concentração está no centro da cidade e ao menos dois são edificações históricas industriais que foram convertidas em shoppings como forma de revitalização. A estação ferroviária da cidade e seu entorno passaram por um processo de esvaziamento a partir da década de 1950, com o aumento do uso das rodovias para o transporte de cargas, sendo desativada oficialmente em 1972. Em 1996, foi inaugurado no local o shopping de lazer Estação Plaza que logo fracassou e foi reformulado no que hoje é o Shopping Estação, inaugurado em 2002. O edifício que abrigava a metalúrgica dos irmãos Mueller também passou por uma reconversão. Após os planos diretores de 1943 e 1966 determinarem áreas industriais específicas longe do centro da cidade, a antiga metalúrgica foi vendida e em 1983 foi reinaugurada como Shopping Mueller – o primeiro da capital.

Estudos apontam que essa reconversão de espaços causou mudanças também no entorno dos locais (YAMAWAKI, DUARTE, 2010). Os shoppings incentivam uma dinamização imobiliária nessas regiões e também aumentam o fluxo de pessoas circulando nos arredores. Por outro lado, além de não garantirem necessariamente uma melhora no relacionamento com o seu entorno e se destinarem a uma faixa socioeconômica específica (o que resulta em segregação de grupos), os shoppings representam competição para o comércio local – que pode dificultar a existência desses estabelecimentos menores.

Enormes condomínios fechados que oferecem todo tipo de serviço aos seus moradores – muitas vezes por um custo extra – se multiplicam não só em Curitiba, mas em nível nacional. Há tanto condomínios voltados aos apartamentos de alto padrão como os mais populares. A questão é que a essência de ambos é a mesma, a do isolamento do espaço público. O conjunto Vida Bella Praças Residenciais, inaugurado em 2011, na região metropolitana, é um exemplo. São cerca de 2,7 mil moradores distribuídos em 45 torres. Os apartamentos são do segmento popular e variam entre 52 m² e 66 m². As opções de lazer incluem área *fitness*, *playground*, brinquedoteca, piscinas, pista de skate, quadra esportiva, salão de jogos, quadra poliesportiva e quadra de areia.

Há também exemplos mais extremos do que esses condomínios podem se tornar. Um

conjunto no Tatuapé, zona leste de São Paulo, oferece aos seus 1,6 mil moradores feira livre toda quarta-feira, aulas de yoga e escola de idiomas. Além disso, dentro do condomínio há uma torre comercial e um *mall* com 18 lojas. Outros desses “feudos” também possuem serviços como lava a seco de carros, *food trucks*, salão de beleza e *pet shop*.

É necessário pontuar que esses estabelecimentos e serviços não só são acordados com os condôminos, mas, por vezes, são ideias propostas pelos moradores. Há uma busca por atender as necessidades de quem mora ali. Isso é sintomático de um desinteresse pela rua que vem de diversas razões, mas especialmente dos dois motivos já citados. Esse menosprezo se revela como uma tentativa de mimetização, pois “entre muros, constrói-se habitação, equipam-se espaços desportivos, organizam-se áreas ajardinadas, desenham-se parques infantis, praças e avenidas. Dentro da muralha, encena-se o espaço público que não se reconhece lá fora.” (ALVES. FERNANDES, p. 26)

No editorial do jornal Gazeta do Povo, “Procura-se um slogan”, de 2011, a mudança de rumo na maneira com que Curitiba é pensada como cidade é sintetizada em um parágrafo:

É como se a cidade estivesse desistindo de parecer com Paris para parecer com Cingapura, arranhando os céus e fazendo das torres de espelhos seu patrimônio para o futuro [...] Era Capital Social. Era Cidade Ecológica. Agora, prepara-se para ser um centro pirotécnico, com economia vibrante, alto poder de consumo, onde se pode andar de carro como se fosse Los Angeles, olhando pelo retrovisor a vitória de uma arquitetura autista, incapaz da mais simples tarefa: dialogar com as calçadas. (GAZETA DO POVO, 2011, p. 2)

Esses movimentos e iniciativas aqui pontuados geram um ciclo vicioso. As pessoas não se sentem seguras nos espaços públicos. Não há motivação nem recursos para que cidadãos de todas as classes econômicas se locomovam livremente pela cidade. Assim a vida urbana se esvazia, os espaços públicos se deterioram e se tornam menos atrativos ainda para a população. Os urbanistas ensaiam revitalizações que mais gentrificam do que compreendem as necessidades reais dos cidadãos. Enquanto isso, os condomínios buscam entender o interesse dos condôminos antes de oferecer determinados serviços dentro dessas ilhas antiurbanas. O que síndicos e urbanistas compartilham é o fato de que suas ações buscam remediar os problemas urbanos, mas não os resolvem – e no final contribuem para a deterioração da vida na cidade.

3.2 UMA CIDADE QUE SE PLANEJA

A Curitiba como cidade-modelo é um discurso diretamente ligado às transformações urbanísticas pelas quais passou ao longo do século XX. Entender como a cidade que vemos hoje foi pensada e organizada é essencial para compreender como a experiência urbana se manifesta na capital paranaense. A busca por personalidade foi um dos pontos cardeais que guiou essa estruturação. Começando na passagem do século XIX para o XX, período no qual o ecletismo na arquitetura era uma forte característica na paisagem curitibana e surgia o Código de Posturas de Curitiba, indo até o Plano Agache (1943) e o Plano Wilhelm-IPPUC (1966).

As intervenções urbanas em Curitiba, até a primeira metade do século XX, resumiam-se a pequenos projetos e não um estudo de desenvolvimento da cidade {...} a despeito de serem as primeiras modificações feitas de forma racional e técnica, estas intervenções não podem ser consideradas planos urbanos, pois não planejavam a cidade e seu futuro, somente legislavam sobre a abertura e fechamento de vias e das testadas e características das construções, entre outras obras de menor porte. (CARMO, 2011, p. 60-61)

A arquitetura eclética que reinou em Curitiba até o começo do século passado, consistia em uma variedade de estilos de edificações que evocam escolas clássicas internacionais, especialmente as francesas. Essa arquitetura representava uma busca, especialmente das classes mais altas, por uma personalidade, uma individualidade. Nessa tentativa de demonstrar poder econômico e se assemelhar às elites vanguardistas do exterior se evocava uma temporalidade histórica, uma memória, que não foi vivida pelos curitibanos (SUTIL, 2009). A presença dos imigrantes europeus também desempenhava um papel essencial na manutenção dessa paisagem urbana eclética. Essa tendência em evocar a cultura europeia demonstra como o fascínio do brasileiro em relação a países como a França, nutriu a maneira com que Curitiba – e outros municípios – passam a ser pensados como cidade. O ambiente urbano é uma extensão da cultura e da sociedade.

O ecletismo surge em um momento no qual a cidade dava seus primeiros passos em direção à urbanização e a discussão da higienização dos espaços privados ganha protagonismo. Com o nascimento e ascensão do urbanismo no século XIX a cidade se torna objeto de observação e reflexão. Essa nova forma de encarar o urbano é impulsionada pelas transforma-

ções tecnológicas, econômicas e demográficas desencadeadas pela Revolução Industrial. Em Londres ou Paris, por exemplo, reestruturar a cidade para comportar o afluxo de massas migratórias era uma questão de necessidade básica. Nesse mesmo momento a insalubridade do ambiente urbano revelava a necessidade de reformas em relação à higiene pública (SUTIL, 2009).

Lugares menores que não tinham sido atingidos por problemas semelhantes, como Curitiba, adotam posturas urbanas mais rígidas para evitar que o mesmo acontecesse. Propõem-se novos arruamentos e cresce a preocupação com o desenho das praças e manutenção das áreas verdes. Técnicos, higienistas e engenheiros passam a ajudar diretamente na legislação – são os essenciais para tratar de um meio considerado doente (MONGIN, 2009).

Depositou-se na técnica, direcionada para atingir a salubridade, a expectativa da solução de todos os males da urbe, que passou a ser planejada de forma a superar os obstáculos materiais. O urbano instaurou-se onde antes era a cidade, o espaço público se transformou em puro espaço de circulação [...] A rua ficou restrita às esferas do consumo e do trabalho; a casa, à vida privada e à felicidade (SUTIL, 2009, p. 24-25)

O ecletismo é o anúncio de uma modernidade que chega antes para as classes mais altas – os barões que querem exaltar seu poder econômico e os intelectuais entusiastas das vanguardas europeias – e depois se espalha para o restante da população. A rua ainda representa a cidade como valor de troca, não de uso (LEFEBVRE, 2008). A forma de se encarar o espaço público e seu planejamento se firma em Curitiba com o desenvolvimento do plano Agache (1943).

3.2.1 O Plano Agache

Encomendado pelo prefeito Rozaldo de Mello Leitão em 1940, o primeiro plano diretor da cidade foi desenvolvido durante três anos pelo urbanista francês Alfred Agache, responsável pelo plano diretor do Rio de Janeiro e de Chicago. Ele elenca essencialmente três pontos para repensar Curitiba: saneamento, descongestionamento das vias urbanas e setorização do espaço urbano (SANTOS, 2015).

Para o saneamento ele previa a drenagem dos banhados e a canalização dos rios e ri-

beirões como formas de conter as constantes enchentes na cidade. Também nasce desse plano a construção das redes de abastecimento de água e de coleta dos esgotos. Na época Curitiba tinha em torno de 120 mil habitantes e um centro completamente bloqueado. A única entrada e saída da região era a Rua Visconde de Nacar. Todas as demais vias centrais eram bloqueadas pelas principais praças da cidade (Rui Barbosa, Osório, Tiradentes, Ouvidor Pardinho, Santos Andrade, São Francisco e Passeio Público com a praça do Círculo Militar) e pela ferrovia da Rua Barão do Rio Branco. Como solução para furar esse bloqueio e desafogar o congestionamento do centro, Agache propõe o que ficaria conhecido como Plano de Avenidas da Cidade. Inspirado no Plano para Paris (1850) de Haussmann (1809-1891) – tomando referências da Belle Époque “haussmanniana” para construir a cidade moderna – Agache projeta avenidas concêntricas, dividindo a cidade em quatro avenidas perimetrais, quatro radiais principais e dez radiais secundárias. É a cidade pensada a partir do controle dos fluxos (MONGIN, 2009). Esse plano se assemelha aos das cidades do século XIX e nunca chegou a ser aplicado em sua totalidade por diversos fatores – inclusive a intervenção de governantes como o Capitão Ney Braga¹⁴ que ao implantar o terminal rodoviário do Guadalupe acaba carregando ainda mais o trânsito da região.

Agache também prevê a setorização do espaço urbano em órgãos e centros funcionais, um sistema conhecido como *zoning*. O urbanista propõe a criação do Centro Cívico (administrativo); Centro Comercial e Social; Centros de Abastecimento (Mercado Municipal); Zona Industrial (Rebouças); Centro Esportivo (Tarumã); Estação Rodoviária; Centro de Instrução (Politécnico) e o Centro Militar (Bacacheri). Esse modelo é herança direta das ideias funcionalistas da Carta de Atenas (1933), que estabelece funções básicas para a cidade que extrapolam especificidades culturais – e décadas mais tarde é amplamente criticado por autores como Jane Jacobs que defendem a multifuncionalidade da rua.

¹⁴ O Capitão Ney Braga foi o 55º prefeito de Curitiba, exerceu o mandato de 1954 a 1958, anos mais tarde também seria governador do Paraná durante dois mandatos.

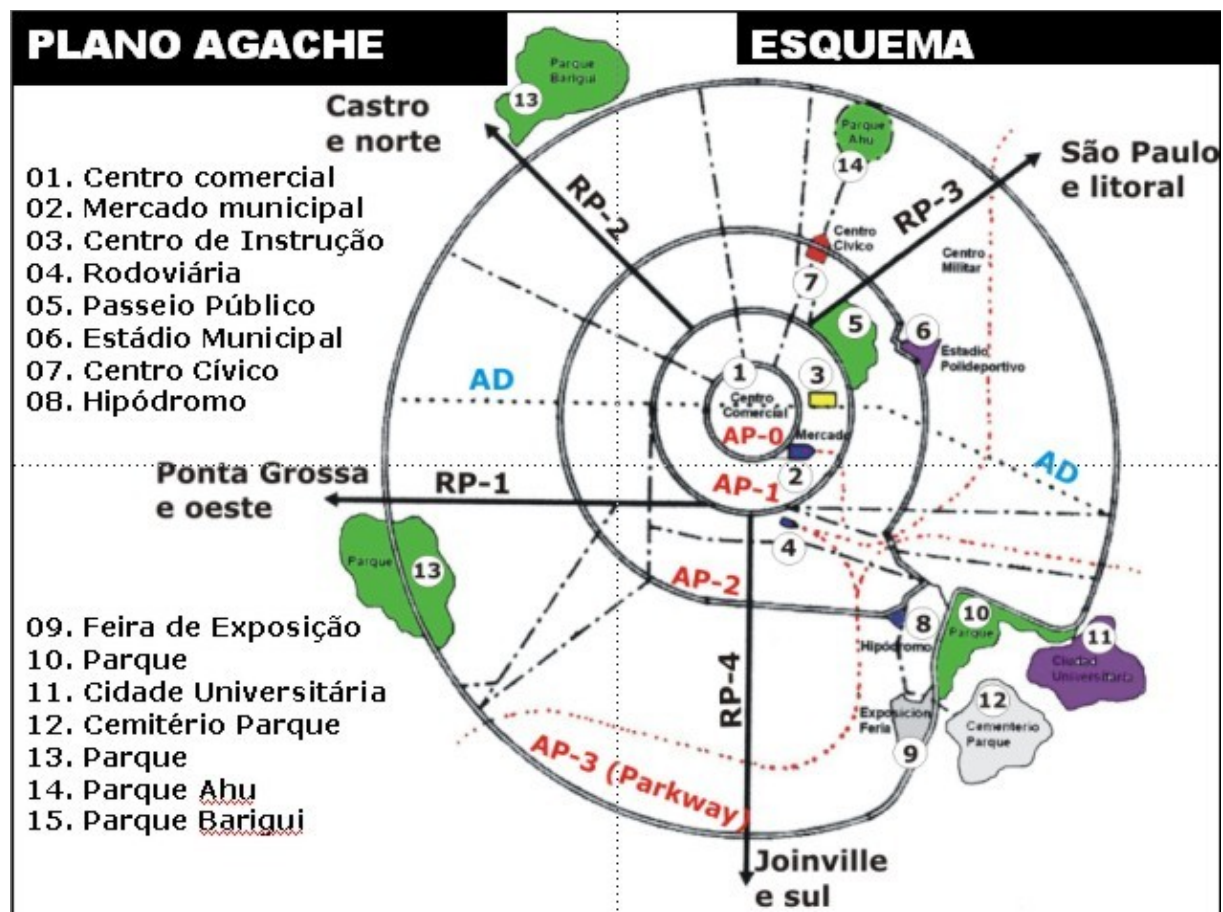


Figura 1: Divisão dos centros funcionais do Plano Agache em Curitiba
Fonte: Fundação Ayrton Lolô Cornelsen

trais e a realização de alguns dos Centros Funcionais como o Centro Cívico e o Mercado Municipal. Fica como maior legado de Agache para Curitiba o estabelecimento de um ambiente de discussão sobre o planejamento urbano da cidade (GNOATO, 2006)

3.2.2 O Plano Wilhelm-Ippuc

A arquitetura moderna já mostrava sinais de cansaço na Europa durante os anos 1950, mas a influência desse movimento ainda ressoaria no Brasil durante as décadas de 1960 e 1970. Mesmo seguindo as tendências do chamado pós-modernismo, o Plano Diretor de 1966 simboliza mais uma transição lenta do que uma ruptura com o que foi proposto por Alfred Agache (RODRIGUES, 2010).

A década de 1960 marca um momento fértil para a arquitetura e urbanismo em Curitiba. Em 1962, tem início a primeira turma do curso de Arquitetura da Universidade Federal do Paraná (UFPR) e também a gestão do engenheiro Ivo Arzua como prefeito. Com recursos cedidos pela Companhia de Desenvolvimento do Paraná (Codepar), mesmo órgão que havia constatado a necessidade de um novo planejamento urbano para Curitiba (SANTOS, 2015), a prefeitura abre um edital para escolher a empresa responsável por esse novo plano diretor. A Sociedade Serete de Estudos e Projetos Ltda (Serete) sai vitoriosa e se encarrega dos novos diagnósticos sobre a cidade que são usados como base para o desenvolvimento desse plano. Da parceria entre essa empresa e o arquiteto paulista Jorge Wilhelm nasce o Plano Preliminar de Urbanismo (PPU). Esse pré-plano é concebido sob a tutela de um “grupo de acompanhamento local” formado por especialistas curitibanos, entre eles Jaime Lerner – que em 1971 viria a se tornar prefeito de Curitiba.

Lerner fez parte da primeira turma de Arquitetura da UFPR, mas antes disso estagiou na França, após se formar engenheiro civil, em um projeto junto com alguns integrantes *Team X* – um grupo de arquitetos renomados encarregado de organizar o último Congresso Internacional de Arquitetura Moderna (CIAM), em 1956. O *Team X* se propõe a rever os conceitos mecanicistas e funcionalistas que marcavam o urbanismo até então. Não se trata de uma negação das funções básicas urbanas de habitar, recrear, circular e trabalhar, mas de ampliar esses conceitos os contextualizando e fazendo com que abarcassem também uma gama de fatores

humanos e ambientais. A ideia principal do projeto no qual Lerner estava envolvido era a concentração de atividades urbanas como forma de revalorizar a rua como função primordial da vida em comunidade (GNOATO, 2006).

Essa ideia guarda algumas semelhanças com as propostas para os Eixos Estruturais de Curitiba, que surgem como a resposta para a principal discussão do PPU: qual seria a forma de crescimento mais adequada para o futuro da capital paranaense. A proposta de crescimento concêntrico de Agache se provou antiquada, por isso é escolhido o desenvolvimento a partir de eixos lineares. Esses eixos são longas vias que ligam as demais regiões da cidade ao centro, nas quais se concentrariam as principais linhas de transporte público. Incentiva-se um adensamento populacional baseado na verticalização nesses eixos. Essa foi a maneira encontrada para “desafogar” o centro de Curitiba, tanto na questão do trânsito como da habitação. Promove-se a ocupação de outros espaços pela população e se facilita o acesso ao centro por outros meios que não os automóveis. O transporte público orienta e organiza o crescimento de Curitiba (RODRIGUES, 2010).

Para o centro de Curitiba foi mantida a permissão de verticalização, mas o futuro crescimento deveria acontecer em novos “centros lineares”, chamados de Eixos Estruturais. Considerando a vocação do bairro do Portão, como centro comercial, determinou-se que a Avenida República Argentina deveria compor o Eixo Sul. Para o Eixo Norte escolheu-se o prolongamento da Avenida João Gualberto, e para o Eixo Oeste ficou determinado um conjunto de ruas, ainda pouco ocupadas. (GNOATO, 2006)

Antes de elaborar o texto final do Plano Diretor, feito com base no PPU, e o pôr em prática, o grupo de acompanhamento promove em 1965 um seminário de três dias, “Curitiba de Amanhã”, para divulgar e discutir o projeto contando com a participação de arquitetos, engenheiros, empresários e membros da sociedade. Durante esse período de debates o grupo de acompanhamento se torna a Assessoria de Pesquisa e Planejamento Urbano de Curitiba (Appuc) meses mais tarde transformada em instituto (Ippuc). O novo Plano Diretor é aprovado em 31 de julho de 1966 e o Ippuc se encarrega de dar encaminhamento às obras.

O Plano Diretor, desenvolvido posteriormente pelo Ippuc a partir do PPU, propunha a estrutura do Planejamento Integrado, o desenvolvimento preferencial da cidade no eixo nordeste-sudoeste, a hierarquia de vias, o crescimento linear do centro principal servido por vias tangenciais de circulação rápida, a caracterização das áreas de uso preferencial ou exclusivo de pedestres, a extensão e adequação de áreas verdes, a criação de uma paisagem urbana própria, a renovação urbana e a preservação histórico-tradicional. (SANTOS, 2015, sem paginação)

Somente cinco anos depois, com a posse de Jaime Lerner como prefeito, o Plano Diretor começa a ser implantado. Em plena ditadura militar, a reorganização urbana de Curitiba é incentivada pelo governo de forma que a cidade seja exemplo palpável do “milagre brasileiro” – assim nasce a alcunha da cidade-modelo (MOURA, 2014). Como já havia passado o tempo dos *boulevards* característicos do século XIX e não havia a possibilidade de criar autopistas como as de Brasília, os urbanistas curitibanos voltam sua atenção para a transformação das ruas existentes da cidade (GNOATO, 2006). Em 1972, Lerner fecha a Rua XV, transformando-a em uma rua exclusiva para pedestres. A decisão é recebida com certo receio pelos comerciantes da região que alegam não terem sido consultados e custam a acreditar que essa intervenção lhes seria benéfica (SANTOS, 2015) – uma situação parecida com a discussão sobre o fechamento da Avenida Paulista aos domingos em São Paulo.

As indústrias saem da região do Rebouças para uma área 13 vezes maior do que a prevista por Agache para ser o polo industrial da cidade – a Cidade Industrial de Curitiba (CIC). A implantação da Rede Integrada de Transporte (RIT), com o sistema do BRT, também marca as gestões de Lerner. A proposta de fazer vias expressas exclusivas para ônibus, as estações-tubo, a possibilidade de baldeação nos terminais e o sistema trinário nos eixos estruturais (uma canaleta exclusiva para ônibus ladeada por duas vias para carros com sentidos opostos) tornam Curitiba referencial em transporte. O Plano Diretor também prevê o zoneamento da cidade, mas ao invés de centros funcionais implementa as Zonas Residenciais (subdivididas em 5), Zonas Comerciais (subdivididas em 3) e Zonas Industriais (duas zonas e distritos industriais). Também se publica quais são os limites do Setor Histórico em Curitiba, e uma política patrimonial, a UIPs – unidades de interesse de preservação. Contramão da tradição modernista em romper com o passado e que deixou de lado iniciativas de preservação de prédios históricos na cidade durante a formulação do Plano Agache (RODRIGUES, 2010). Essas medidas se encaixam no tripé que sintetiza esse Plano Diretor: uso do solo, transporte coletivo e circulação.

3.2.3 Contrapontos e consequências

Os planejamentos urbanos para Curitiba revelam visões de mundo e de cidade distintas de acordo com seus idealizadores. Cada ação promovida dentro do meio urbano desencadeia consequências por vezes inesperadas e está sempre sujeita à críticas. O Plano Agache e o Plano Diretor de 1966 demonstram isso, especialmente quando se observa as transformações dos espaços públicos ao longo das décadas que antecedem e sucedem essas novas organizações.

Agache propõe que o urbanismo é uma forma de sociologia e que o planejamento urbano deveria ser desenvolvido por meio de um estudo monográfico, social e econômico que revelaria os problemas e as soluções para a *urbe* (RODRIGUES, 2010). A estratificação da cidade, separando-a em setores com funções determinadas, ressoa os princípios da arquitetura moderna como proposta pelo suíço Le Corbusier – autor da Carta de Atenas. Uma das maiores críticas a esse modelo, proposto também para Curitiba, é a segregação social na qual resulta. As classes mais baixas são alocadas em densos centros habitacionais e separadas do resto da cidade. Ficam ilhadas em regiões antiurbanas sem aparelho cultural (SARLO, 2004). Nas palavras de Carmo (2010), o Plano Agache acentua “a divisão social da cidade, enquanto aprofundamento das relações desiguais que se dão no espaço urbano” – subjugam-se as classes menos favorecidas em prol de uma modernização que venderia Curitiba como uma metrópole de Primeiro Mundo. A valorização e incentivo ao uso de automóveis é outra característica criticada em Agache e na corrente modernista – sintoma de uma desvalorização do ser humano, como diagnostica David Harvey (1992, p. 45).

O Plano Diretor de 1966 caracteriza um período de transição da arquitetura e urbanismo. O discurso oficial de Lerner e do Ippuc bebe na fonte do *Team X* e seu interesse em trabalhar a cidade por um viés mais humano, ampliando e contextualizando os conceitos funcionalistas, incentivando, por exemplo, o transporte público. No entanto a prática difere da teoria e também é alvo de críticas. As mais severas se referem ao texto base do PPU, que serviu como base para o Plano Diretor, e a escolha pelo desenvolvimento da cidade no sentido Nordeste-Sudoeste – cuja meta principal é o progresso econômico. A cidade se estabelece como um organismo no qual existe um crescimento saudável e outro indesejável. A população euro-

peia de Curitiba e o processo da sua integração social, econômica e espacial é colocada em primeiro plano – exemplo de um crescimento orgânico localizado no eixo Nordeste-Sudoeste. As maiores críticas afirmam que com esse modelo população pobre é negligenciada, representada como estatisticamente insignificante e por isso mesmo invisível ao planejamento urbano. Eles seriam a minoria cuja ocupação desordenada do espaço urbano é vista sob um olhar técnico como uma causa dos problemas da cidade, não uma consequência. Eles que precisariam se adaptar ao meio urbano civilizado (SOUZA, 2001):

O efeito mais visível da insistência “técnica” em escolher o sentido Nordeste-Sudoeste como prioritário para instalação dos eixos estruturais, foi garantir um valor suplementar aos espaços centrais já valorizados e gerar um estoque para sua expansão. Aliás, essa é a lógica capaz de elucidar os investimentos teóricos e práticos na definição do lugar do eixo estrutural. O eixo, opção prioritária para os investimentos públicos e privados, foi instalado sobre os espaços economicamente mais valorizados da cidade, onde habitava a população considerada organicamente integrada ao desenvolvimento urbano. O quadro representativo da cidade e sua “vocação” só pôde ser completado com a representação da região ao sul da BR-116, especialmente o bairro do Boqueirão, como contraponto negativo do espaço positivo, ou seja, como “apêndice” inorgânico da cidade orgânica. Porque não dizer, um apêndice inflamado que, aos olhos dos técnicos, precisava ser separado do corpo urbano saudável. (SOUZA, 2001, p. 118)

Uma das principais razões para que o Plano Diretor tenha sido implementado em Curitiba é a permanência de um mesmo grupo no poder durante mais de uma década. Grupo político amplamente criticado por Carmo (2010), defensor da ideia de que “com eles dá-se início ao aprofundamento da venda da cidade como mercadoria. Legitima-se a desigualdade social e espacial dos habitantes, inserida dentro da lógica capitalista de apropriação e venda do espaço”. Jaime Lerner, somando os mandatos como prefeito e governador, totaliza 20 anos em cargos executivos. Sucessores como prefeito Saul Raiz (1975-1979) e Rafael Greca (1993-1997) compartilhavam da mesma visão urbanista presente no Plano Diretor. Ao longo das décadas e das revisões e ajustes pelos quais passa, o Plano vai perdendo a concepção geral da cidade, desconhecendo seu papel metropolitano e se tornando uma grande “colcha de retalhos” (MOURA, 2014).

3.3 DEGRADAÇÃO NOS ESPAÇOS PÚBLICOS

Uma das maneiras de compreender os acertos e erros decorrentes dos grandes plane-

jamentos urbanos de Curitiba é olhar para alguns espaços da cidade. A região do centro oferece inúmeros exemplos de espaços públicos que passaram por transformações intensas – gravitando da degradação à revitalização e vice-versa. Três deles podem exemplificar em determinados níveis como a própria experiência urbana em Curitiba se modifica: o Passeio Público, a Rua XV e a “dobradinha” das ruas Riachuelo e São Francisco. Todos fazem parte da história da cidade e o processo de urbanização mas possuem particularidades na maneira com que se transformam. O Passeio surge como espaço de socialização e lazer, vigora por algumas décadas depois das quais passa por um processo de esvaziamento e abandono. A Rua XV segue sendo um dos centros de comércio e vida pública mais importantes e conhecidos de Curitiba, mas fora do horário comercial também se esvazia e perde a vitalidade. As ruas Riachuelo e São Francisco fazem parte dos primórdios do arruamento e urbanização de Curitiba, carregam o estigma de “boca do lixo” e ao mesmo tempo passaram por revitalizações feitas por uma parceria entre prefeitura e sociedade civil – e que, mesmo atenuando, não resolvem por completo os problemas típicos desses dois lugares. Essas questões revelam muito da cidade que Curitiba se tornou e seu potencial de transformação.

O Passeio Público foi inaugurado em 2 de maio de 1886 pelo presidente da província do Paraná, Alfredo D’Estragnolle Taunay. Resultado do saneamento e urbanização de uma região pantanosa, esse foi o primeiro parque de Curitiba. Nos primórdios de 1900 outras regiões da cidade começam a ser valorizadas com a saída da elite para áreas mais afastadas do centro, entre elas o entorno do Passeio Público. A região conhecida como Atalho da Glória, que principiava no Passeio e “subia” pela atual Av. João Gualberto, passou de uma rua barrenta a uma via tranquila na qual moravam os ervateiros em seus palacetes – o Boulevard 2 de Julho (SUTIL, 2011).

De sua criação até os anos 1990, o lugar foi ponto de encontro privilegiado de parte da sociedade curitibana. Os períodos de maior movimento do Passeio se relacionam diretamente à diversidade de serviços e aparelhos culturais no seu entorno (FERNANDES, 2013). O parque de diversões Alvorada, o Cine Morgenau, os shows de grande porte no Palácio de Cristal do Círculo Militar, o Teatro Guaíra e as apresentações artísticas no próprio Passeio Público contribuíam com a ocupação desse espaço. A mudança do zoológico do Passeio para o Boqueirão, a retirada do Parque Alvorada da região, o fechamento do Cine Morgenau, a criação do Shopping Mueller, a falta de estacionamento ao seu redor e a especulação imobiliária –

voltada especialmente à classe média alta e espaços comerciais ou empresariais – influenciam a mudança na forma como o Passeio Público é visto e frequentado.

Em um levantamento do Paraná Pesquisas (2013) é destacada a visão e os hábitos dos curitibanos em relação ao Passeio. Dos 526 entrevistados 79% conhecem, mas não frequentam o local. As principais razões são falta de tempo (29%), falta de segurança (33%) e localização (12%). Entre as medidas que serviriam como incentivo a visitar o Passeio Público estão a melhoria da segurança (33%), melhoria da infraestrutura (16%), ampliação do número de animais (11%) e das ofertas de lazer (10%). O discurso que coloca o Passeio como lugar marcado pela violência e prostituição acompanha o seu abandono pela parcela da população que o frequentou durante um século. Outro levantamento, realizado pelo jornal *Gazeta do Povo* (2013), estabelece um contraponto a esse preconceito. Durante o primeiro semestre daquele ano foram registradas apenas nove ocorrências no Passeio Público, contra 31 na Praça Osório, 45 na Santos Andrade, 95 na Tiradentes e 139 na Eufrásio Corrêa. Quanto à suposta dificuldade de acesso, 22 linhas de ônibus circulam nas proximidades do parque. No entanto, na capital mais motorizada do país, a falta de um estacionamento próprio do Passeio ainda representa um impeditivo para uma parcela da população.

Após uma década sem grandes discussões em torno da necessidade de revitalização – ou requalificação – do Passeio Público, 2013 marca uma efervescência desse debate. Desencadeado pela *Gazeta do Povo*, o movimento Ocupe o Passeio promoveu uma série de eventos e ações pontuais com o intuito de incentivar a ocupação do parque pelos curitibanos. O evento mais bem-sucedido é a Vinada Cultural, que leva mais de 20.000 pessoas ao Passeio no dia 27 de abril do mesmo ano. Em 2015 o evento é transferido para a Pedreira Paulo Leminski e no ano seguinte para a Praça Afonso Botelho – ambos lugares que, de acordo com a organização, comportam de maneira mais organizada o público da Vinada.

Iniciativas como essa promovem uma ocupação pontual, mas não geram um hábito (FERNANDES, 2013). Uma ocupação sistêmica do Passeio pode ser vista em ações como a feira de orgânicos. Criada em 1993, a feira acontece todos os sábados pela manhã e duplicou de tamanho – as oito barracas iniciais se tornaram 16. Mesmo que não seja uma iniciativa que busque primariamente promover a ocupação do Passeio – funciona quase como um anexo ao parque – contribui para que se crie um hábito diferente. Estabelece-se uma rotina de visita ao Passeio para aqueles que frequentam essa feira. As discussões ao longo de 2013 culminam na

proposição de um projeto de requalificação do Passeio Público feito pelo Ippuc, apresentado em audiência pública em março de 2014. Era necessário um projeto que contemplasse as necessidades dos agentes urbanos que já frequentam o Passeio, ao invés de apenas tentar recuperar um público específico que havia abandonado o parque (FERNANDES, 2013). Esse novo planejamento atende a diversas demandas de movimentos da sociedade civil ligados à causa – como o “O Passeio é Nosso!” liderado pelo ator, encenador e dramaturgo Enéas Lour – inclusive o de ser um projeto construído coletivamente e aberto a críticas e sugestões da população. Entre as medidas propostas estão: nova iluminação, aumento da periodicidade da feira de orgânicos, expansão das ciclovias e pistas de caminhada, espaços para apresentações artísticas e instalação de uma praça de alimentação. Depois da audiência pouco se discutiu ou se realizou desse projeto por razões financeiras e a urgência de completar as obras para a Copa do Mundo de 2014.

A 600 metros do Passeio outro importante espaço público de Curitiba revela a dinâmica das relações e experiência urbana na cidade. De uma pequena via que se alongava por apenas três quadras em 1857, a Rua XV (ou Rua das Flores) passa a simbolizar o poder e o que há de melhor no comércio Curitibaense no começo do século XX.

Pela XV, a “Rua do Ouvidor” local, segundo Nestor Victor (e sua continuidade na Avenida Luiz Xavier), espalhavam-se agências bancárias, escritórios de grandes empresas, comerciantes, costureiras de renome, escritores e profissionais liberais, entre tantos outros curitibanos que lá trabalhavam e tinham residência. Pavimentada no trecho compreendido entre as praças Santos Andrade e Osório, a rua, já nas primeiras décadas do século 20, estava quase totalmente tomada pelos sobrados, em grande parte propriedades de abastados comerciantes. [...] Endereço valorizado. Nos primórdios do século 20, um terreno na Rua 15, por exemplo, valia a pequena fortuna de cem contos de réis. (SUTIL, 2011, p. 118-119)

Foi a primeira rua da cidade a ser asfaltada (1926) e também a primeira do Brasil a ser fechada e transformada em “calçadão” (1972). É palco para manifestações políticas, encontros sociais e artistas de rua. Já fez parte da Cinelândia curitibana e ainda abriga alguns estabelecimentos icônicos da cidade, como a Confeitaria das Famílias – em atividade desde 1945. Diariamente, 140 mil pessoas transitam pela calçada de *petit pavé* que vai da Praça Santos Andrade até a Praça Osório. O movimento se concentra especialmente durante o horário comercial, mas a partir das 18 horas a rua se esvazia. Os únicos estabelecimentos que seguem abertos após esse horário são a própria Confeitaria das Famílias e o Bar Mignon na Boca Maldita – o resto do calçadão permanece vazio.

A Cinelândia de Curitiba – como ficou conhecida a região da Rua XV, Avenida Luiz Xavier e adjacências, a exemplo de outras cinelândias de grandes centros urbanos brasileiros – reunia em torno de 13 de cinemas de rua e prosperou especialmente entre a década de 1930 e 1980. Nesse período, houve cinemas que resistiram por décadas, os que foram improvisados e os que foram construídos do zero, outros tiveram “vida dupla”, os que se tornaram cinemas para exibição de filmes pornográficos e os que nasceram quase no final dessa era de ouro. O que todos têm em comum é o fato de que a presença deles movimentava a rua em horários distintos, que iam muito além da hora de fechamento do comércio ao seu redor. Não faltavam matinês aos domingos e sessões à meia-noite, que juntavam centenas de espectadores que depois se sentavam pelos bares da região para conversar sobre o filme que tinham assistido – o Cine Astor e o Cine Groff exibiam, respectivamente, filmes de terror e filmes *cults*, alternativos aos sábados à meia-noite.

O fortalecimento dos shoppings como refúgio e solução para o problema da violência urbana aliado à popularização do VHS e o *home video*, contribuem para a decadência dos cinemas de rua. As redes de cinema nos shoppings oferecem mais salas, horários, opções de filmes, segurança e conforto, o que se torna atrativo para uma população que não se prende a nostalgias. Vigora o ciclo de esvaziamento, degradação e violência nos espaços públicos – como foi explorado no começo deste capítulo. Em teoria um trânsito noturno no calçadão poderia ser incentivado com uma variedade de estabelecimentos, com propósitos diferentes, que se intercalam. É novamente a questão da multifuncionalidade da rua (JACOBS, 2007) e a cidade como valor de uso (LEFEBVRE, 2008). O calçadão da Rua XV já oferece diferentes serviços e tipos de comércio, mas poucos ficam abertos após as 18 horas. Um modelo possível seria a Rue de La République na cidade de Lyon (França), uma rua para pedestres que mescla estabelecimentos que ficam abertos apenas durante o horário comercial com lanchonetes, cafés, bares e cinemas que fecham horas mais tarde e movimentam a região.

Revitalizar uma rua nunca é um processo simples, e vai muito além de incentivar um movimento noturno na região, vide o caso das ruas Riachuelo e São Francisco. São duas das ruas mais antigas de Curitiba e passaram por processos de ascensão e degradação desde que surgiram. Ao longo do século XIX e meados do XX a Riachuelo se desenvolve. A região é impulsionada com a instalação do Mercado Municipal na atual Praça Generoso Marques (1873), a inauguração do Passeio Público (1886) e com o início da circulação dos bondes (1887) -

uma das linhas passava pela rua. Os serviços e comércio se diversificam – havia relojarias, litografia, lojas de louças, calçados, armarinhos, barbearia, alfaiataria, serralheria e marcenaria – e os imigrantes italianos e alemães se estabelecem em um espaço no qual antes predominava a população lusa. A Riachuelo se torna o endereço do comércio elegante e goza de uma boa localização – no lugar do Mercado Municipal se instala a Prefeitura de Curitiba, no Paço Municipal.

Não há um consenso geral sobre o que leva essa rua a se deteriorar (IUBEL; CORDOVA; STOIEV, 2014), mas é certo que na passagem da década de 1960 para 1970 que esse processo se inicia. Crestani (2014) afirma que “com o desenvolvimento da cidade os investimentos públicos migram para outras regiões e a Rua Riachuelo perde seu valor comercial, chegando aos anos 1990 degradada em seu patrimônio histórico”. Iubel, Cordova e Stoiev (2014) destacam que há outros que colocam a transferência da Prefeitura Municipal para o Centro Cívico e o tráfego de ônibus expressos naquela via estreita como fatores-chave para essa deterioração. A questão é que, fora dos Eixos Estruturais do Plano Diretor, à margem da Rua XV, a Riachuelo se torna uma rua de lojas populares, vendedores informais e que fica marcada como ponto de tráfico de drogas, violência e prostituição.

Em 2008, a Prefeitura, Ippuc e Fecomércio PR (Federação do Comércio do Paraná) se unem no projeto Novo Centro, que se propôs a incentivar o comércio, reurbanizar e requalificar patrimônios históricos da região central. O primeiro passo do projeto é a restauração do Paço da Liberdade. Logo as atenções se viram para a Riachuelo. É proposto pelo Ippuc um plano de revitalização que contempla a reforma das calçadas, remoção parcial do cabeamento da rua, nova iluminação, decoração e arejamento das esquinas para aumentar a segurança (LUCKMAN; ROMAGNOLLI, 2009). O discurso que se intensifica é o de transformar a rua em um polo gastronômico com diversos restaurantes, cafês e bistrôs. Tomando a gentrificação como base esse planejamento se dedica a uma renovação de perfil populacional e de consumo (CRESTANI, 2014). Como outros projetos de revitalização urbana, a população que já frequenta e trabalha na “área-alvo” é ignorada e sofre as consequências da especulação imobiliária resultante desses processos. Há um interesse mais estético do que funcional que transforma patrimônios históricos em produtos para uma cidade-vitrine.

Obviamente as melhorias trazidas à rua por meio do projeto eram necessárias, mas as estratégias que estão na pauta dessa intervenção priorizam muito mais a busca de uma Riachuelo “polida”, e com o patrimônio transformado em cenário para receber a “nova onda” de uma população flutuante selecionada, do que um resgate legítimo de seu valor como espaço público efetivo e com sua memória preservada. (CRESTANI, 2014, p.56)

A Rua São Francisco passa por um processo semelhante. Na passagem do século XIX para o século XX, ela recebe o calçamento de paralelepípedos e já concentra uma variedade de comércios – escritório de advocacia, bilhares, botequim, barbearias, armarinhos, armazéns, hotéis, relojarias, entre outros estabelecimentos listados pelo *Almanach do Paraná* de 1900. Assim como a Riachuelo, essa via passa pelo mesmo processo de degradação e se transforma em uma região violenta, ponto de tráfico de drogas e prostituição. Em 2011, a São Francisco recebe um plano de revitalização também parte do projeto Novo Centro.

O Sebrae diagnostica a São Francisco como uma via de vocação gastronômica associada ao lazer, o que pauta a intervenção do Ippuc e dá tom aos usos da rua (NOGAROLLI, 2016). A intenção é de realizar modificações estruturais mas manter ao mesmo tempo características históricas da via – do estilo das pedras que a revestem, às fachadas de diferentes escolas arquitetônicas e os pontos comerciais que ali estão instalados há décadas (como a Relojaria Técnica de Joias e Relógios que atende no mesmo endereço há 35 anos). No final do ano seguinte as obras na rua resultam em melhorias na calçada, na iluminação pública e na segurança, além disso casas e comércio recebem nova pintura.

Esse processo de revitalização acaba proporcionando um ambiente fértil para que outros projetos de ocupação urbana saiam do papel na região. A Praça de Bolso do Ciclista, inaugurada no final de 2014 na esquina da Rua São Francisco com a Avenida Presidente Faria, é a melhor ilustração desse movimento. Essa praça é resultado de discussões e parcerias entre o IPPUC e a Associação de Ciclistas Alto Iguaçu. Os cicloativistas já se reuniam na região por isso o poder público os consulta sobre possíveis ideias para o espaço na esquina entre as duas ruas. O conceito da praça é decidido em conjunto e o projeto “se torna híbrido, ao integrar os interesses e a atuação da população com a gestão urbana do município” (NOGAROLLI, 2016, p. 104). A prefeitura cede recursos, mas a construção da Praça de Bolso é realizada por meio de mutirões voluntários nos finais de semana. É um processo de apropriação do espaço público que muda a relação entre cidadão e cidade. Uma possibilidade de transforma-

ção efetiva partindo da sociedade civil.

Durante esse período, novos estabelecimentos surgem especialmente na primeira quadra da São Francisco – na qual também está a Praça de Bolso do Ciclista – sobretudo bares e restaurantes. A nova identidade da rua atrai um novo público que ocupa as calçadas especialmente durante a noite. Centenas de pessoas se aglomeram na via estreita para beber, conversar e frequentar os novos estabelecimentos e a “nova” rua. Não tarda para moradores e comerciantes da região reclamarem do barulho e uso de drogas por parte de alguns desses frequentadores. Após ações da polícia é instalado um módulo de vigilância da Guarda Municipal na esquina com a Avenida Presidente Faria. O movimento noturno diminui, mas ainda é intenso comparado com o fluxo durante o resto do dia – apesar de agregar vários pontos de comércio diferentes, a predominância ainda é de bares e restaurantes que incentivam uma vida noturna na região.

Todos os exemplos aqui apresentados revelam desdobramentos resultantes da maneira com que a cidade é planejada. Eles demonstram que mesmo com todos os mecanismos que permitem compreender a maneira como o meio urbano se organiza, a cidade ainda pode surpreender, como o curso de um rio. É preciso reforçar a urgência de se compreender as necessidades reais da rua e da população da cidade, caso contrário a experiência urbana pode ser impossibilitada – especialmente se a vontade que impera é a de vender a cidade como uma imagem, um produto. Privilegiam-se os fluxos em detrimento dos lugares, a cidade como valor de troca e não como valor de uso. Iubel, Cordova e Stoiev (2014) afirmam que “é preciso pensar constantemente em como constituir um espaço público enquanto um lugar onde o encontro com os outros e a convivência entre pessoas diferentes - em múltiplos sentidos – seja possível” (2014, p. 22). Isso está diretamente ligado à própria definição da cidade como lugar do inesperado, espaço mental e físico no qual extremos são colocados em tensão, a cidade que é ameaçada pelos processos de fragmentação e degradação da experiência urbana (MONGIN, 2009). Em suma, a cidade onde estão todos os problemas, mas também todas as soluções.

3.4 O CURITIBANO

Parte essencial para entender uma cidade é também entender a população que nela

habita. Descrever o curitibano é uma tarefa impressionista que envolve lidar com mitos e fables como a frieza dos habitantes da capital paranaense. A maneira com que os curitibanos se comportam e vivem a cidade está registrada de maneira muito própria na produção literária e jornalística – aqui especialmente as crônicas e ensaios. Baseado sobretudo no ensaio “Um olhar de Curitiba”, de Cristóvão Tezza, a crônica “Curitiba, a fria”, de Fernando Pessoa Ferreira e as dez edições da revista Leite Quente, este subcapítulo discute o curitibano típico pela ótica, não da antropologia, mas da literatura.

Tezza (2003) elege o conservadorismo como o cerne da personalidade do curitibano. O princípio desse comportamento estaria nas raízes eslavas – aqui se tira da mistura os italianos – dos imigrantes que participaram do desenvolvimento da cidade na tentativa de torná-la seu lar. A forte presença da comunidade alemã na vida burguesa e urbana de Curitiba, aliada à influência dos poloneses e ucranianos cria a base para o curitibano que seria “uma espécie de alemão protestante urbano com uma alma rural, católica e eslava”. Dessa mistura o conservadorismo emerge juntamente com a suposta frieza que virou um estereótipo curitibano.

Essa sensação de estrangeiros -parece que nunca estamos em casa, exatamente como nossos antepassados não estavam ao chegar ali- foi acrescentando mais alguns traços ao temperamento curitibano. O principal talvez seja o traço conservador, naturalmente conservador – o curitibano não gosta muito de criar caso, gritar ou exigir aos brados alguma coisa; é como se ainda houvesse um substrato mental nos dizendo que aqui não é a nossa casa. Uma espécie de “comporte-se”, silencioso e poderoso, e, quem sabe, ainda com uma aura religiosa no ar, um certo instinto de missa. E é um substrato tão poderoso que qualquer “estrangeiro” -digamos, um carioca, um catarinense do litoral ou um baiano, acostumado a viver em voz alta- ao chegar em Curitiba levará sempre um primeiro choque: súbito, sente-se que há uma fina camada de gelo entre as pessoas, um sentimento de distância, invisível mas permanente. (TEZZA, 2003, sem paginação)

Tezza (2003) vai ainda mais longe ao mostrar a influência do conservadorismo na cultura de Curitiba, o situando como algo já institucionalizado. Isso explicaria o fato dos curitibanos aceitarem o *status quo*, acatando de maneira razoavelmente pacífica novas leis e outras determinações vindas do poder público – o que volta sempre à questão do estrangeirismo, de não estar ou se sentir “em casa”. Como consequência a essa natureza introvertida, o curitibano desenvolve um comportamento autofágico, quase cínico, se pondo a criticar e falar mal uns dos outros e a cidade em que vivem. Falar mal de Curitiba é um direito reservado aos nativos, se terceiros resolvem criticar a capital, a extroversão descontrolada – a qual eles se reservam o direito de demonstrar de vez em quando – vem à tona. O caso mais notório é a re-

percussão negativa da crônica “Curitiba, a fria – onde Jânio Quadros comia moscas”, de Fernando Pessoa Ferreira. Na década de 1960, o escritor e jornalista pernambucano estava trabalhando em Curitiba prestando serviços para a editora Civilização Brasileira. Ao comentar suas impressões sobre a cidade para o carioca, e também jornalista, Paulo Francis, este o incentiva a transformá-las em um texto. A crônica resultante é publicada em 1966 no volume 3 da coleção *Livro de Cabeceira do Homem*.

Ferreira¹⁶ faz um retrato ácido de Curitiba e seus habitantes. Na mesma linha de Manoel Carlos Karam (1989) – segundo o qual a cidade tem duas estações: o inverno e a rodoferroviária – o escritor destaca o inverno como a maior atração turística de Curitiba. Ferreira afirma que a estação dura de fevereiro a dezembro – no resto dos meses chove – e mesmo assim os curitibanos “não acreditam no frio” – gostam de descrevê-lo com exagero e orgulho, especialmente quando algum estrangeiro se queixa do frio de Curitiba.

Na mesma linha de Tezza (2003), o autor também destaca o papel dos imigrantes na capital paranaense e como isso lhe dá ares de mosaico – “Curitiba não se parece com nenhuma outra cidade no mundo justamente porque tem um pouco de todas”. Além dos restaurantes italianos, confeitarias e bares alemães, a presença da comunidade polonesa que se mostra mais presente pela sua contribuição para a formação do sotaque curitibano – marcado pela acentuação e que, segundo Ferreira (2005), “fica até bonitinho, quando dito por uma rosada *fraulein* ou uma polaquinha em flor” (p. 5). O autor também mostra como o conservadorismo é refletido no comportamento da mulher curitibana e como ela é vista por seus conterrâneos – homens “paqueradores” para os quais uma mulher na rua após as 22 horas seria prostituta ou “estrangeira”. O então quando comenta: “longe de mim afirmar que os namorados curitibanos não se beijam ou não se acariciam como convém ao amor. Só não devem permitir que seu afeto seja suspeitado pelos vizinhos, do contrário o nome da moça estará amanhã em todas as bocas” (FERREIRA, 2005, p. 8).

Além de caracterizar a timidez do carnaval de rua curitibano, o escritor retoma a frieza da cidade ao discutir a noção de Curitiba como uma cidade universitária: os estudantes “estrangeiros” nunca são absorvidos pelo meio local, ao contrário do Rio de Janeiro onde eles logo se tornam “carioquíssimos”. Em entrevista ao jornalista Dante Mendonça, para o livro *Curitiba: Melhores Defeitos, Piores Qualidades* (2009), Ferreira comenta a repercussão nega-

16 O texto de Fernando Pessoa Ferreira foi publicado novamente no número 20 da Revista Idéias, em 2005.

tiva da crônica

Essa trajetória, em quase 40 anos, revela um dado curioso sobre a alma curitibana: sua extrema suscetibilidade. Aquele texto era apenas um perfil irreverente da Curitiba dos anos 1950 e 1960, onde vivi durante dez anos. A reação que provocou na época foi espantosa: ganhei editoriais irados em todos os jornais. Um deles, O Estado do Paraná, dedicou uma página inteira ao assunto, com fotos de personalidades locais, legendadas com suas respectivas opiniões e títulos sugestivos que as resumiam: ‘Comeu e virou o coxo’, sentenciava um deles. ‘É um ingrato’, deplorava outro. Engraçadíssimo, quando observado a distância. A reação foi tão virulenta que até uma expedição punitiva contra mim, que então morava no Rio, chegou a ser seriamente discutida na Boca Maldita. Veja só: Nelson Rodrigues escreveu que ‘o mineiro só é solidário no câncer’ e não provocou com isso reação tão furibunda nas Alterosas. O curitibano é antes de tudo um exagerado. Ou era... (MENDONÇA, 2016, sem paginação)¹⁷

Sendo uma cidade de estrangeiros (TEZZA, 2003), Curitiba é melhor retratada sob essa ótica do *outsider* – ou então quando a narrativa da cidade é dirigida a ele. Ao se narrar o processo de assimilação do estrangeiro na capital paranaense, ou então ao tentar explicar para ele as peculiaridades locais, se descobrem dicas de quem é o curitibano. Esse tipo de narrativa é o coração das dez edições da revista *Leite E Quente*. A publicação era editada por Maí Mendonça, diretora de Patrimônio Cultural na Fundação Cultural de Curitiba, não tinha periodicidade definida e circulou de 1989 a 1992. Cada edição trazia um tema relativo à Curitiba tratado em ensaio de um ou mais autores, com linguagem mais coloquial e certa irreverência, estabelecendo um diálogo no qual se revelavam as excentricidades dos curitibanos.

A edição de estreia da revista foi escrita por Paulo Leminski e dissecou a linguagem do curitibano e como isso influencia seu comportamento. Mais uma vez a mistura de etnias e a introversão são ponto principal para explicar a identidade dos que moram em Curitiba – o curitibano é cauteloso, arisco, analítico – a alcunha de cidade-modelo também não escapa das críticas de Leminski. As duas edições que seguem tratam respectivamente da presença dos gaúchos e catarinenses na formação cultural do Paraná. Deonísio da Silva, em *Os Catarinenses no Paraná* (1989), chega a se referir ao estado como a capital de Santa Catarina devido à alta concentração de catarinenses tanto em Curitiba como em outras cidades paranaenses.

A edição de número quatro, *A Cidade sem Mar* (1989), é de autoria do escritor catarinense Manoel Carlos Karam. A falta de intimidade do curitibano com o mar, ou mesmo com o

¹⁷ Disponível em <http://www.gazetadopovo.com.br/vida-e-cidadania/colunistas/dante-mendonca/fascistas-da-zona-rural-e6xjl93en7bqmk2xbvm5ip59>

verão, é o tema principal da revista. “Existe sol em Curitiba? A cidade sem mar é obrigatoriamente uma cidade sem sol? A cidade com ano de duas estações – inverno e rodoferroviária – não tem direito a sol?” (KARAM, 1989, p. 8). Karam expõe de maneira cômica os costumes de verão dos curitibanos seja na praia ou seja na própria capital – como o hábito de “veranear” no Parque Iguaço ou no Passeio Público, andando nos pedalinhos e comendo bolinho de arroz no Bar do Pasquale. As moças que vão à praia com colares de pérola; as famílias ricas que compram casas de veraneio em Caiobá (e contribuem para a transformação do litoral paranaense); o “cidadão” que toma banho de mar com sabonete e toalha; os “farofeiros”; o sujeito que senta sozinho em frente ao mar de Matinhos que passa o dia bebendo e cantando “Trem das Onze”; esses são alguns dos hábitos e tipos litorâneos dos curitibanos que Karam enumera.

As Mocinhas da Cidade (1991), sétima edição da revista, da lapiana Maria Thereza Brito de Lacerda, apresenta um retrato do que era ser mulher na sociedade curitibana das décadas de 1940 e 1950 especialmente. Dos chás dançantes organizados pelos diretórios acadêmicos, bailes de debutantes e de gala – nos quais “os finos ornamentos da nossa melhor sociedade” tinham seus primeiros contatos com o sexo oposto – aos lazeres, namoros e casamento, Lacerda descreve uma Curitiba de costumes patriarcais. O namoro às vistas dos homens da família, as leituras restritas e o imaginário povoado pelos romances de Hollywood exibidos nas matinês duplas dos cines Avenida, Palácio, Ópera e Luz, tornavam raros os desvios na trajetória para a vida doméstica do matrimônio. Homens e mulheres viviam uma cidade diferente, “Mocinhas da Cidade não entravam nos Cines Broadway, América, Curitiba e Odeon, onde corriam o risco de encontrar os cafajestes que infestavam a cidade com seus cabelos longos, unha do mindinho comprida e sapatos de camurça ou duas cores” (LACERDA, 1991, p. 22). Isso para não mencionar outras disparidades “tradicionais” entre os sexos, visto que “enquanto o noivo andava à solta pela cidade (ele saía do sofá do salão da casa da donzela para o bordel mais próximo – salvo raras e honrosas exceções), a noiva se fechava em copas, confeccionando o enxoval com a ajuda da mãe, das irmãs, das tias e das bordadeiras disponíveis” (Ibid, p. 30).

A décima e última edição da *LeitE QuentE* encerra a publicação em um tom nostálgico. Em *NoitE QuentE* (1992), Paulo Roberto Marins retrata Curitiba pela transformação de sua vida noturna dos anos 1950 ao começo da década de 1990. De forma não-linear, Martins

fala dos comportamentos e estabelecimentos da noite curitibana e como eles mudam com o contexto e o passar dos anos. A decadência dos cassinos; os bares que constantemente surgem e fecham (se espalhando para regiões além da Rua XV, na qual os mais tradicionais se concentravam); a passagem do samba ao punk; a violência na boemia; a ditadura e liberdade sexual são alguns dos tópicos que pautam o ensaio. A constante é a visão de uma cidade que se transforma junto com seus habitantes e que, ao mesmo tempo que avança, também regride.

Anos 90. As pessoas assumem cada vez mais um comportamento descontraído. Mas a Aids dá um breque na liberdade sexual. Isso se reflete na noite. A televisão não só conquistou a cabeça da sociedade, como a mantém sob cativo. Já caiu o Muro de Berlim. Bebe-se vodka, mas não existe mais a União Soviética. Cada vez mais fecham os bares tradicionais. Aumenta a periferia que empobrece. As famílias já não vêem vitrines na noite. No entanto, ele subsiste em outros locais. Sim, a televisão venceu finalmente, os domingos são cada vez mais solitários. (MARINS, 1992, p. 38)

O fio condutor que une todas as narrativas sobre Curitiba e seus habitantes apresentadas nesse subcapítulo são suas raízes na literatura e no jornalismo. Seja no formato de ensaio ou crônica, o olhar literário capta as nuances de uma cidade que se transforma cada vez mais rápido. Esse olhar, característico da figura do *flâneur*, nasce de uma experiência urbana que se degrada no contexto da pós-cidade – ainda é possível narrar a cidade que se despedaça? O exercício da escrita de crônicas pode não trazer uma resposta definitiva mas é uma maneira de entender essa questão e o contexto atual das cidades.

4 JORNALISMO E LITERATURA

A discussão sobre os pontos nos quais jornalismo e literatura se aproximam ou se afastam vai além da crônica. O consenso entre diversos autores é de que ambos são universos diferentes, com propósitos diferentes, mas que partilham da mesma base e vontade. Esse ponto de vista se resume na fala de Moacyr Scliar, defensor da ideia de que “há sim, uma fronteira entre jornalismo e ficção. Mas é uma fronteira permeável, que permite uma útil e amável convivência” (2005, p. 14).

Por existir essa fronteira é necessário estabelecer as principais diferenças entre essas duas formas de escrita. Há os que colocam o jornalismo como uma prática que valoriza o urgente e a literatura como algo que valoriza o importante (MEDEL, 2005). A intenção de um seria a de informar, já que trata do que é importante dentro de uma temporalidade definida e tem data de validade, e do outro a de perdurar, visto que fala daquilo que é essencial, das grandes questões humanas (CASTRO, 2005). O jornalista seria aquele que trabalha no calor do momento, enquanto um romancista seria quem trabalha em retrospectiva, buscando a reflexão e a análise. Essa diferença vem também do próprio suporte em que os dois trabalham, que pode garantir liberdades ou limitações. O jornalista traz cotidianamente o mundo para dentro do texto, sua profissão não permite maiores floreios, os fatos determinam o texto. Já o escritor segue no caminho contrário. O mundo exterior lhe é fundamental como matéria-prima, mas não determinante. Ele tem liberdade para transformá-lo usando a memória e a imaginação como fontes para a escrita (CASTRO, 2005). Um é pedra, outro sonho, um é objetivo e o outro subjetivo (AJZENBERG, 2005). Como Rildo Cosson pontua, “se o jornalismo é o império dos fatos, a literatura é o jardim da imaginação” (2005, p. 58). Contudo, o próprio autor deixa claro que essas metáforas não são estanques: um pode influenciar o outro.

Mesmo que literatos antigos não reconheçam o jornalismo como literatura, os dois mundos se tocam em vários pontos. Antes mesmo do movimento do *new journalism*, o articulismo literário, os suplementos culturais e as publicações de contos e folhetins já aproximavam um do outro. Além disso, vários escritores já trabalharam em redações de jornais, ou então jornalistas acabaram se tornando também escritores – vide Luis Fernando Veríssimo, Carlos Drummond de Andrade e Gabriel García Márquez, para citar alguns.

Resulta inegável a influência de pautas de escritura e modelos literários para a construção de determinados discursos jornalísticos, não é de menor importância a presença do jornalismo (com seus temas, recursos, procedimentos e técnicas) na criação literária (especialmente no século XX), sem esquecer o fato de que as figuras do escritor e do jornalista (sobretudo de opinião) às vezes coincidem com a mesma pessoa. (MEDEL, 2005, p. 15)

É possível dizer que o jornalista também realiza uma operação literária sobre a realidade. Desde o momento da escolha do ângulo com o qual vai tratar determinado assunto à seleção e associação de dados e imagens de maneira a condicionar o leitor, tudo faz parte de um processo de transformação da realidade (CASTRO, 2005). Quanto ao conteúdo, o jornalismo trata dos mesmos dramas humanos que a literatura, porém por meio do filtro da rotina (Ibid). No livro *Notícias de um sequestro*, Gabriel García Márquez narra a história verídica de uma série de sequestros orquestrados pelo traficante Pablo Escobar. Essa narrativa tem raiz no universo do jornalismo, mas ganha contornos de realismo fantástico nas mãos de Márquez – sem perder valor informativo ou literário no processo. No Brasil, as revistas *Cruzeiro* (1928) e *Realidade* (1966) se propunham a fazer reportagens de fôlego, dando preferência a relatos mais literários e aprofundados sobre temas de relevância jornalística – igualmente sem perder seu valor como jornalismo ou literatura. Esses dois exemplos demonstram como a fronteira que Scliar (2005) se refere é realmente permeável e como ultrapassá-la é saudável tanto para o jornalismo como para a literatura. Dessa intersecção podem surgir novas formas de pensar ambos os gêneros.

Escritores e jornalistas participam o do mesmo universo: o da narração – esse é o grande elo que une a prática dos dois. Para o jornalismo, investir na narração pode ser uma maneira de superar a dicotomia entre expressividade e expressão, o zelo pelo conteúdo em detrimento da forma que está enraizado na profissão (SILVA, 2005). Compreender a dinâmica entre forma e conteúdo, absorvendo características da literatura, pode contribuir para o jornalismo como um todo.

A conclusão a que chego, portanto, é que o jornalismo e literatura são atividades que se aproximam porque sobrevivem do mesmo meio, a palavra, e do mesmo fim, a conquista de leitores. Ambos, porém, ocupam seus espaços. Tanto melhor será o jornalismo quanto mais houver de inspiração literária. E tanto melhor será a literatura quando nela couber o que de mais importante há no jornalismo: a sedução. Os amantes da palavra, em geral, se satisfazem diante de uma história bem contada, seja ela num livro ou num jornal. (ARAÚJO, 2005, p. 97)

Ambos têm como matéria-prima a experiência do “mundo real” e as palavras; ambos se inserem no universo da narração e têm como ambição seduzir o leitor de alguma forma. Porém, isso não torna mais fácil a convivência entre essas duas formas de escrita. Como Bernardo Ajzenberg descreve, “o jornalista fere no peito o escritor. O escritor repele o jornalista, por esmagá-lo, por obrigá-lo a renascer quase sempre de um mesmo patamar. Feliz daquele que, nesse embate, consegue servir, e bem, aos dois senhores” (2005, p.55). As figuras que parecem mais capazes de cruzar a ponte e superar esse embate são o cronista e o ensaísta. A crônica, narrando o insignificante, consegue comunicar nas entrelinhas temas maiores e provocar o leitor, se valendo de elementos do jornalismo e da literatura. Da mesma forma que o ensaio também cruza essa ponte por ser um gênero normalmente associado à literatura e a academia, mas que também se legitima e populariza pelo jornal diário, brincando com as fronteiras dos gêneros.

4.1 GÊNEROS LIMÍTROFES

A crônica e o ensaio estão na confluência entre jornalismo e literatura. Ambos os gêneros têm raízes no jornal diário, no periodismo. Surgem a princípio nos folhetins e não demoram a se popularizar e legitimar de diferentes maneiras. A crônica se torna uma forma de narrar o cotidiano, de extrair grandeza daquilo que é banal. O ensaio se firma como um gênero que amplia as discussões suscitadas pela crônica, trazendo referências e um certo refinamento ao tratar de diferentes temas. Ambos podem falar uma ampla gama de assuntos, não há um limite estabelecido. Compartilham do mesmo DNA, se completam. A crônica é o momento de clareza, de olhar o cotidiano, o ordinário e dali extrair o fundamento de uma reflexão que, quando desenvolvida, germina no ensaio. Aqui não há um interesse em traçar a história desses

gêneros textuais, mas de buscar o que os caracteriza, os elementos fundamentais que carregam e as semelhanças que compartilham.

4.1.1 Crônica

Jorge de Sá (1999) elege a carta de Pero Vaz de Caminha como o ponto criação do cronista. Pero Vaz recria com engenho e arte tudo que registra. Ele mostra uma consciência de que é possível dar forma e estilo a uma narrativa sem negligenciar o fato de que a experiência vivida é o que a torna mais intensa, mais palpável. A observação direta é o ponto de partida para o registro dos fatos, para torná-los mais concretos – mesmo os mais ínfimos. Se evoca a sensação de que a “realidade é feita de pequenos lances” (SÁ, 1999, p. 6). Não chega a ser um embrião da crônica, mas já demonstra as características que guiam o olhar do cronista.

As primeiras manifestações da crônica como um gênero em gestação aparecem na imprensa brasileira no século XIX, marcadas por um “acento lírico” (MELO, 2005), cujo objetivo era entreter e, ao mesmo tempo, transmitir informação de maneira assimilável a todos os paladares. Nesse momento da história, ainda não eram as crônicas como seriam conhecidas no século seguinte. Eram textos publicados nos folhetins – espaço destinado aos pequenos contos, artigos curtos, ensaios breves, poemas em prosa, etc. – que tratavam de maneira leve os assuntos do cotidiano (SÁ, 1999).

É na década de 1930 que a crônica moderna se define e se consolida como um gênero brasileiro (CANDIDO, 2003). Muda-se o enfoque, a linguagem e a própria estrutura folhetinesca (SÁ, 1999). Nesse período se afirmam escritores como Mário de Andrade, Manuel Bandeira, Carlos Drummond de Andrade e Rubem Braga. Especialmente nestes dois últimos, Candido (2003) identifica uma confluência de estilos, a tradição clássica se mescla à prosa modernista – característica marcante da crônica moderna e que influenciaria outros nomes como Fernando Sabino. O que há de comum entre todos, é o lento abandono da crônica como comentário argumentativo, expositivo. O gênero vai se aproximando da conversa fiada.

Assim sendo, a crônica brasileira apresenta duas fases bem definidas: a crônica de costume – que se valia dos fatos cotidianos como fonte de inspiração para um relato poético ou uma descrição literária – e a crônica moderna – que figura no corpo do jornal não como objeto estranho, mas como matéria inteiramente ligada ao espírito da edição noticiosa. (MELO, 2005, p. 149)

O maior inimigo da literatura era a vida mundana (SÁ, 1999) que, como discutido no capítulo anterior, mirava na grandiloquência, na reflexão e perenidade do que dizia ou tratava. É a crônica que consegue um feito inédito, o de transformar a literatura em algo íntimo (CANDIDO, 2003). O princípio básico da crônica é o de registrar o circunstancial. O cronista relata algo ao leitor, dando sua própria versão do acontecimento, ele dá um toque pessoal à narração. Jorge de Sá (1999) representa o cronista como um narrador-repórter que faz esse trabalho de registrar o circunstancial e apresenta o resultado a um público específico (nesse caso os leitores de jornal), em um espaço limitado. Daí nasce a riqueza estrutural da crônica, tudo que a limita (periodicidade, falta de espaço) incentiva os malabarismos e saídas criativas.

A crônica pode ser encontrada nas páginas de opinião e, ao mesmo tempo que lembra o artigo e o editorial – em certa medida – se distingue da reportagem. O gênero não está dissociado do cotidiano, ao contrário, sua “função” é de apreender os fatos que estão no jornal, ironizá-los ou então mostrar sua dimensão poética – que não fica clara no jornalismo convencional. José Marques de Melo (2005), define a crônica como “um gênero jornalístico opinativo, situado na fronteira entre a informação de atualidades e a narração literária, configurando-se como um relato poético do real” (2005, p. 147). Além disso, estabelece que a crônica atende as três condições essenciais de qualquer publicação jornalística: atualidade, oportunidade e difusão coletiva.

Mesmo que não se restrinja ao suporte do jornal, Candido (2003) defende a ideia de que o gênero nasce de verdade não com o surgimento dos jornais, mas quando eles passam a circular diariamente. A crônica nasce da efemeridade do jornal diário, da urgência de ter que se escrever os fatos na mesma velocidade em que acontecem. O sentimento de transitoriedade, efemeridade – e a aparente simplicidade – que evoca, está diretamente ligado ao suporte no qual é publicada. Ela se dirige inicialmente aos leitores apressados: eles leem a crônica no ônibus, nos intervalos do trabalho, nos respiros dentro da rotina. Todo o processo de escrita do texto é guiado por essa urgência. Isso faz com que a linguagem da crônica se aproxime da

oralidade, simulando uma conversa com o leitor.

O vínculo circunstancial da crônica se atenua no livro em relação ao jornal (SÁ, 1999). Quando está inserida na página do jornal tudo contribui para o seu significado, desde a diagramação até as matérias ao seu redor – com as quais pode estabelecer referências. Quando a crônica está em um livro o seu texto assume uma independência maior. O significado que será extraído dela depende puramente do imaginário do leitor. A crônica no livro é mais duradoura, por isso há um interesse editorial em não escolher textos muito circunstanciais – estes podem soar datados. A mudança no suporte provoca um redirecionamento de público: mira-se no leitor mais reflexivo no lugar do leitor apressado – o que não muda é a sua estética de conversa, de oralidade, isso é intrínseco ao gênero.

O dialogismo, assim, equilibra o coloquial e o literário, permitindo que o lado espontâneo e sensível permaneça como o elemento provocador de outras visões do tema e subtemas que estão sendo tratados numa determinada crônica, tal como acontece em nossas conversas diárias e em nossas reflexões, quando também conversamos com um interlocutor que nada mais é do que o nosso outro lado, nossa outra metade, sempre numa determinada circunstância. (SÁ, 1999, p. 11)

A crônica fascina porque ela nasce como um palpite descompromissado do cronista sobre a notícia, que acaba revelando uma dimensão mais sutil dos fatos retratados e que, muitas vezes, não encontra espaço na reportagem convencional (MELO, 2005). O trabalho do cronista é o de captar em instantes brevíssimos que fazem parte da condição humana, simples situações que se transformam em um diálogo sobre a complexidade das nossas dores e alegrias (SÁ, 1999). Candido (2003), coloca a crônica como uma inesperada candidata à perfeição pela sua aliança entre profundidade de significado e acabamento de forma.

Esse gênero ajuda constantemente a estabelecer a dimensão das coisas e pessoas, em vez de bombardear o leitor com um mar de adjetivos, narrativas intrincadas e grandiloquentes, a crônica mostra uma beleza, uma singularidade ou mesmo uma grandeza naquilo que é miúdo (CANDIDO, 2003). Os fatos são um pretexto para o cronista dar vazão a sentimentos e reflexões que são familiares também aos leitores, com os quais se estabelece uma relação de identificação. É o ato de dizer algo importante usando a conversa fiada, de tirar significado do insignificante. Aí está a magia da crônica.

4.1.2 Ensaio

Não há um consenso sobre o que caracteriza o ensaio como um gênero literário, textual ou jornalístico. O termo é amplo e, conforme país e cultura, pode abranger várias categorias de texto. A palavra tem origem no Francês, do verbo “tentar” (*essayer* que vira *essai*). O ensaio é menos uma afirmação definitiva do que um exercício, uma tentativa de expor uma ideia. Paulo Roberto Pires (2011), afirma que “o que define esse gênero de fronteiras tênues é, antes de qualquer coisa, o desenvolvimento de um raciocínio que, sem se pretender conclusivo, sugira interpretações criativas de um tema ou fato com total liberdade de referências e forma”¹⁸.

O ensaio não nasce com a pretensão de ser um “gênero maior” e aparece oficialmente pela primeira vez na França, no trabalho de Michel de Montaigne. Em seu livro *Os Ensaio*s, publicado em 1580, ele pincela diversos temas relacionados às instituições, dogmas e costumes de sua época. Ele expõe seu ponto de vista por meio de argumentos, sem ter a pretensão da verdade e usa suas leituras simultaneamente como meios de instrução e deleite (PAVIANI, 2009). Há uma suspeita de superficialidade associada ao ensaio, o que o próprio Montaigne ironiza em seu livro ao deixar explícito que não pretende discutir a fundo os temas sobre os quais escolheu tratar (STAROBINSKI, 2012). Na tradição francesa o ensaio quase sempre trata de filosofia – assim como a tradição alemã –, já para os anglo-saxões é mais abrangente e pode ser desde um trabalho escolar até um texto filosófico (PIRES, 2013).

No Brasil o gênero transita por diferentes temáticas e universos. Não é a toa que Eulalio (2013) se refere ao ensaio literário brasileiro como uma “península estética de maré muito variável” – durante a baixa, sua superfície caminha em direção às áreas vizinhas, anexando regiões limítrofes à sua própria (2013, p. 7). É um gênero que carrega o espírito de análise e comentário, que compreende tanto a erudição quanto o apontamento ligeiro. No Brasil o ensaio acompanha as mudanças que chegam com novos movimentos literários, por exemplo, tendo sua prosa e estilo constantemente transformados – processo amplamente explorado por

18 Trecho retirado do ensaio “La garantía soy yo!”, publicado na Folha de São Paulo (27/11/2011), disponível em <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/ilustrissima/11345-quotla-garantia-soy-yoquot.shtml>>

Eulalio (2013). O autor associa uma primeira legitimação do gênero no Brasil com a cultura do periodismo. Assim como a crônica, o ensaio – mesmo já existindo em diferentes formatos anteriormente – se delineia melhor no folhetim. Os textos dos folhetins tinham esse caráter de comentário e análise externa, falavam sobre os costumes e a sociedade, mas sob uma ótica mais leve e humorística. Eulalio (2013), chega a definir a crônica como a variante coloquial do ensaio, como o nosso próprio *familiar essay*, um ensaio mais subjetivo, impressionista e leve. Essa é uma das ramificações na qual o gênero se desenvolve. Simultaneamente surgem as revistas – especialmente as dos grêmios acadêmicos – voltadas aos textos ensaísticos, mais analíticos, aprofundados e rebuscados esteticamente. Essas publicações são essenciais para que esse lado mais “intelectualmente carregado” do ensaio pudesse vicejar – visto que não era possível abordá-lo dessa forma nos jornais pelo espaço e o público-alvo a que se destinava.

Na visão de Eulalio, aqui vicejou antes de mais nada uma “índole ensaística” e, só tardiamente, o ensaio como o que chama “forma autoconsciente”. E essa autoconsciência associou-o, como num mal de origem, à autorização do gênero pela instituição universitária. Ensaio e paper terminaram por ter equivalência, numa clara distorção do espírito que rege o primeiro em suas primeiras manifestações e, também, nas mais recentes. O que imprime à sua forma uma estratégia de legitimação institucional difícil de ser desmontada (PIRES, 2013, p 188).

Assim, o ensaio se legitima em dois *fronts*: na academia e aos olhos do povo. Nesse primeiro “círculo” o ensaio se torna quase um sinônimo do *paper*, ele seria um tratado mais modesto, um estudo. Enquanto isso, na imprensa ele se apresenta em versão mais enxuta e acaba se fundido ao articulismo (EULALIO, 2013, p. 39). Essa associação pode ser vista inclusive na categorização de gêneros jornalísticos opinativos feita por José Marques de Melo (2003). Melo (2003), enquadra o ensaio como um outro braço do artigo. As diferenças ficam por conta da extensão do texto, tratamento do tema e argumentação. O ensaio é mais longo, apresenta pontos de vista mais definitivos (há uma compreensão mais abrangente do fato e uma tentativa de sistematização do conhecimento) e a argumentação se legitima por se basear em fontes de credibilidade documental, o que permite a confirmação das ideias defendidas pelo autor (Ibidem, p. 123). Além disso, pode-se argumentar que o ensaio é publicado mais em cadernos especiais e revistas, enquanto o artigo tem espaço no jornal diário, nas colunas – vale destacar que o ensaio publicado no jornal pode ser um gênero do jornalismo opinativo como uma forma de expressão da literatura (Ibidem, p. 128)

Paviani (2009) faz uma longa lista de características que estão presentes no ensaio e o definem como gênero. O autor parte da noção de que o ensaio seria um estudo, uma investigação ou reflexão, que se desenvolve dentro de padrões mais ou menos formais. Mesmo ainda sendo um texto “sério”, tem mais liberdades, é mais flexível que um tratado, por exemplo – a natureza desse texto pode ser tanto literária, como científica ou filosófica. De qualquer forma, mesmo que se adote um estilo mais livre na escrita e linguagem do ensaio – podendo até mesmo beirar o poético – o assunto tratado deve ser exposto de maneira lógica seguindo um rigor de argumentação e demonstração, o que seria característica indispensável do verdadeiro ensaio. No entanto, não se deve confundir rigor com exatidão.

Mesmo porque o ensaio eventualmente inclui em suas características a possibilidade do erro. A possibilidade do fracasso está contida desde os ensaios de Montaigne até sua defesa como forma de expressão em Adorno. A vida do ensaio é o transitório, o qual não deve ser confundido com o aleatório, com a falta de rigor, de imaginação, de verdade. (PAVIANI, 2009, p. 6)

Não é necessário chegar a alguma conclusão que esteja indubitavelmente correta, mas é preciso saber expor os argumentos de maneira que se demonstre familiaridade com o assunto e venha à tona o repertório daquele que escreve. Não há necessidade de defender uma posição utilizando um apoio empírico, documental ou outros recursos metodológicos – aí consiste a liberdade do gênero. Porém, é necessário que o autor tenha formação cultural e maturidade intelectual (PAVIANI, 2009, p. 4)

Há um elemento que une todas as diferentes descrições e tradições ensaísticas, que seria a ideia do ensaio como um “antigênero”, justamente por ser um “lugar de liberdade radical do pensamento e da análise, sem submissão a qualquer rito institucional ou metodológico” (PIRES, 2013, p. 188).

O ensaio é um gênero sinuoso. Ele parece fácil, mas é um perigo. Um descuido - você rola abaixo em uma escada sem corrimão. O ensaísta sabe onde começar, mas nunca sabe onde acabar: o desvio, a vereda e a curva à beira do abismo são sempre um convite. Não se perder e não escorregar já seriam duas grandes coisas. O ensaio não tem pedigree. É um gênero que resiste às definições, cioso da sua condição de *maverick*. O espírito livre é quase tudo em um ensaio (alguém chamou isto de here-sia). No Brasil, ele tomou forma acadêmica, o que é uma pena, pois fica sem o que tem de bom, a espontaneidade. Por causa dela, Vinicius de Moraes achava que o *essay* estava na origem da brasileiríssima crônica. O ensaio ideal poupa citações e supõe que as notas de rodapé são um terreno minado (REVISTA SERROTE, 2009, p. 5)

O ensaio não tem a pretensão de oferecer conteúdos acabados, ele se limita a coordenar ideias e pontos de vistas (PAVIANI, 2009). O próprio ensaísta, quando escreve, não se prende a uma esperança de alcançar ou produzir algo definitivo, uma conclusão sólida – no final “ele nada tem nada a oferecer além de explicações de poemas dos outros, ou, na melhor das hipóteses, de suas próprias ideias” (ADORNO, 2003, p. 25). De um ponto de vista acadêmico o ensaísta se situaria em uma zona de suposta “não-cientificidade”, como uma figura de um “amável amador” próximo ao crítico impressionista (STAROBINSKI, 2012). Starobinski (2012), ao definir essa imagem do ensaísta também admite que o ensaio quando carece de certa substância, pode se transmutar em crônica de jornal, panfleto polêmico ou mesmo conversa variada (2012, p. 15). O autor ainda define o ensaio como o gênero literário mais livre que existe, um gênero que idealmente consegue – e deve – aliar ciência e poesia, ou então nesse caso, jornalismo e literatura.

4.2 NARRAR A CIDADE

A crônica, o ensaio e o jornalismo são três mundos que convergem. A modernidade os impulsiona e faz com que se estabeleçam oficialmente como gêneros, como atividade e prática de escrita. Os três vêm do mesmo berço e partilham das mesmas matérias-primas: a palavra, a narrativa e a experiência da rua – mesmo que essa última não seja necessariamente a base do ensaio. São três formas de narrar e reorganizar os discursos que estruturam a cidade. Gêneros que estabelecem uma meditação entre sujeito e urbe e que, por nascerem vinculados à modernidade, acompanham as transformações pelas quais o ambiente urbano passa. Na vira-

da do século XIX para o XX o jornal vira suporte para narrativas fragmentárias que revelam formas de experimentar a cidade moderna, narrativas que são construídas pela figura do *flâneur*.

Escrever fazia parte do sonho modernizador. Em um contexto no qual a sociedade como um todo passava por um processo de renovação, escrever era reorganizar a realidade, era estabelecer uma nova identidade e novas formas de se viver o meio urbano. Enquanto na Europa a cidade era representada especialmente nos romances, na América Latina essa função era exercida pelos “gêneros menores” como a crônica (NOVAES, 2015). Como Novaes (2015) pontua, “essas narrativas fragmentárias estariam prontas para levar o leitor a experimentar a cidade moderna. Inclusive, a representação da vida urbana seria o objeto desse gênero, tão volátil como era o momento” (2015, p. 29).

A crônica era perfeita para a narrar a cidade que queria ser moderna. Na virada do século haviam aqueles que defendiam a modernidade como algo ideal e benéfico, um avanço técnico, urbano e social que todos poderiam experimentar igualmente. Outros narravam com angústia a destruição dos espaços simbólicos da cidade tradicional. A crônica ficava no meio disso tudo, apontando as contradições desse processo.

A aceleração dos meios de locomoção e da própria vida urbana coloca o sujeito moderno em confronto com seu antigo modo de viver, suas relações, seu trabalho e sua forma de experienciar a cidade. Nesse período, textos, cartuns e jornais já revelam essa angústia e discorrem sobre os estímulos e, em virtude destes, o medo. Outros escritos, por sua vez, explicitam encantamento no que se refere às novidades da vida moderna – como o automóvel, a luz e o bonde elétricos –, além das novas formas de sociabilidade. É nesse momento que as pessoas passam a frequentar os cafés, os teatros, os cinemas, isto é, as ruas deixam de ser um mero local de passagem. Evidencia-se, assim, a mudança na vida cotidiana. Para dar conta dessa alteração, surgem novos gêneros e estratégias de representação (NOVAES, 2015, p. 35)

Anteriormente a cidade, a rua, não era vista como um espaço a se viver, mas meramente circular. Nos novos planos urbanos como o de Haussmann, que incorpora a arquitetura de passagem e cria calçadas largas, o que mirava na melhoria da circulação acaba criando espaços para “deambulação” (BENJAMIN, 2015, p. 38). O autor afirma que a *flânerie* só pode se desenvolver com as mudanças físicas no corpo da cidade, essas mudanças estruturais da urbe, que popularizam a prática do passeio. São esses espaços que possibilitam o nascimento

da figura do *flâneur*. A este sujeito que circula pela cidade sem muito propósito, apenas observando e catalogando os novos tipos urbanos, Walter Benjamin (2015) também dá o apelido de “botânico do asfalto” (Ibidem, p. 38).

Flanar é um outro modo de experimentar a cidade. É a atividade de vagar, olhar e contar o que se viu. É se aproximar e narrar a cidade, “o *flâneur* reinventa o espaço coletivo e é parte fundamental do processo de legibilidade da cidade” (NOVAES, 2015, p. 31). É ele quem desvenda o meio urbano e registra nos seus escritos (seja crônica, ensaio ou reportagem) a narrativa dos lugares que frequenta. Para João do Rio – pseudônimo mais conhecido de Paulo Barreto, o primeiro grande cronista nacional – flanar é um misto de curiosidade, reflexão, observação e vagabundagem; mistura essencial para entender a psicologia da rua (Ibidem, p. 31).

Um século depois, a crônica e o ensaio ainda se sustentam como gêneros textuais relevantes. Mas a questão parece ser se ambos ainda são capazes de narrar a cidade. Flanar é uma atividade que está diretamente relacionada à experiência urbana (MONGIN, 2009), à existência de lugares que sejam palco para o encontro com o inesperado, espaços nos quais o cronista pinça aquilo que é banal, mas que carrega em si um significado maior. Esses espaços garantem a convivência entre os cidadãos e a possibilidade de viver a cidade de maneira espontânea. Como visto anteriormente, essa noção da urbe como um local a ser vivido e explorado por seus moradores, é uma ideia que acompanha as várias transformações na entrada da modernidade. Hoje passamos por mudanças na noção da vida urbana tão intensas quanto as desse período, mas parece que o caminho agora se inverteu. De maneira geral, as cidades globais, pós-modernas, parecem dar preferência à manutenção dos fluxos em detrimento aos lugares. É um retorno à ideia da cidade meramente como espaço de circulação, um espaço infértil e que deve ser evitado. Há menos atrativos nos espaços públicos, por isso vigoram os shoppings centers e condomínios fechados – ambientes privados, com público homogêneo nos quais se perde essa tensão entre opostos que está no cerne da vivência urbana. Essa ausência de lugares priva a cidade de sua espontaneidade, cria-se um processo de fragmentação.

Qual o lugar da crônica e do ensaio no meio disso? Ambos nascem do jornalismo, atividade conhecida por estar diretamente relacionada a vida nas calçadas. O jornalista é um *flâneur* com um propósito mais objetivo, mais claro. Tanto ele, quanto o cronista, ou ensaísta, experimentam a cidade e depois estabelecem suas narrativas – cada qual com um fim específi-

co. Flanar gera esses discursos e os discursos podem contribuir a reordenar a cidade (NOVA-ES, 2015). Esses gêneros não ficaram estagnados enquanto a vida urbana se modificava intensamente. De uma forma ou de outra, acompanharam essas mudanças e incorporaram novas maneiras de falar da experiência urbana. A crônica e o ensaio ainda constituem discursos fragmentários – são relances, reflexões, divagações – e talvez por isso mesmo sejam os dois gêneros mais adequados para construir o mosaico que pode, enfim, narrar essa cidade que se despedaça.

5 CIDADE AOS PEDAÇOS

Todos os assuntos discutidos até aqui servem como base para a produção de um livro de crônicas e ensaios que retratem como a vida urbana em Curitiba se sustenta e manifesta, dentro de um contexto no qual a própria experiência da cidade passa por processos de fragmentação. Esses processos estão diretamente relacionados aos movimentos de globalização e inchaço das cidades. Há uma deterioração nos espaços de convivência causada por uma soma de fatores: o crescimento informal (CANCLINI, 2009); o aumento da violência decorrente de governos ausentes que não conseguem prover serviços que garantam uma vida digna à população, o que acaba causando a perda de uma identidade, uma relação com o meio urbano e segregação das classes sociais nesse meio (SARLO, 2004); o privilégio dos fluxos em detrimento desses lugares de convívio no espaço público, o que dificulta a experiência de viver a cidade pela sola dos pés, de perder-se e viver esse meio urbano de maneira espontânea (MONGIN, 2009); a visão da cidade como produto a ser vendido em nível global, como valor de troca e não de uso (LEFEBVRE, 2008). A cidade moderna e pedestre, na qual surge a possibilidade do passeio, dessa vivência espontânea da cidade, lar da crônica e das novas narrativas urbanas, se liquefez.

O livro aqui proposto é uma tentativa de narrar a Curitiba dentro desse contexto fragmentário – razão do título ser *Cidade aos Pedacos*. É um exercício prático de escrita que pretende colocar em contraste todas as contradições que fazem parte do que é a cidade hoje. O objetivo é confrontar o discurso da cidade modelo com a realidade cotidiana de se locomover e viver em Curitiba. Essa reflexão é feita em dois momentos diferentes. Um são as crônicas. Estas, como é próprio do gênero, são retratos de pequenos momentos, de nuances capturadas no dia a dia e que revelam a cidade que vai além do discurso, que caracterizam a cidade vivida. As observações trazidas pelas crônicas servem de certa forma como base para uma discussão mais ampla sobre alguns aspectos que caracterizam Curitiba e suas particularidades. Nesse segundo momento, de reflexão e discussão mais aprofundada, é que entram os ensaios. Partindo das reflexões cotidianas e reunindo referências diferentes – que vão além das usadas neste documento monográfico, como filmes, músicas e leituras mais leves – são tratados menos com a pretensão de dar uma resposta concreta para as questões levantadas do que estabelecer um terreno de discussão e especulação sobre Curitiba.

Para colocar de forma resumida, quatro “ãos” amarram o livro de ponta a ponta: fragmentação, contradição, narração e reflexão. A fragmentação se refere ao processo de situar Curitiba nesse contexto no qual as cidades se inserem hoje, de degradação e fragmentação da experiência, da vida pública urbana. A contradição se expressa na busca por mostrar os descompassos entre o discurso e a cidade real, o convívio de várias ideias e vivências diferentes de uma mesma cidade. A narração é a base, o processo de viver a cidade, observar o cotidiano e dali extrair narrativas que revelam algumas das formas com que Curitiba é vivida – uma atividade diretamente ligada à modernidade e à figura do *flâneur*, que se preserva especialmente na crônica, mesmo quando o meio urbano se degrada. Por fim, a reflexão, entendida como o processo de pensar a cidade por meio de todas essas etapas e temas, de refletir sobre o que se entendia e o que se entende como cidade hoje, como é possível preservá-la e o que será dela no futuro.

5.1 METODOLOGIA

Esse livro foi desenvolvido durante pouco mais de um ano. Pode-se estabelecer três etapas durante esse processo. A primeira delas foi o momento de reunir referências e leituras que se relacionavam com o tema geral do livro. Quatro obras serviram para “abrir os paladares” e estabelecer um primeiro contato, uma primeira relação com o tema das problemáticas urbanas tratado de maneira mais literária: *Istambul – Memória e Cidade* (2007) de Orhan Pamuk; *Um Século em Nova York – Espetáculos na Times Square* (2009) de Marshall Berman; *São Paulo, Cidade Invisível* (2003) de Marcillo Godoi; *Morte e Vida de Grandes Cidades* (2007) de Jane Jacobs. Cada uma destas obras trouxe elementos que contribuíram para a estrutura e tom do livro aqui proposto.

Em *Um Século em Nova York*, Berman constrói um retrato de Nova York e seu processo de transformação em um dos maiores pólos socioculturais do mundo. O diferencial é que o autor trata desse processo por meio da história da Times Square. O livro consiste em vários ensaios nos quais as experiências de Berman como observador dentro desse meio, suas memórias afetivas, se misturam com casos reais e marcos que fazem parte da história da Times Square e de Nova York. *Istambul* pode ser considerado uma autobiografia de Pamuk. O

autor turco, por não conseguir dissociar a sua vida e Istambul, constrói uma biografia na qual a sua história e a história da cidade se intercalam. O autor é apaixonado pela capital turca e por isso apresenta um olhar afiado e reflexivo que consegue definir de maneira poética a cidade. Segundo Pamuk, Istambul padece de uma melancolia eterna a qual ele dá o nome de *hüzün*, um descompasso entre a glória passada da capital e sua degradação, um descompasso entre devoção espiritual e apego material.

São Paulo, Cidade Invisível fica entre um livro de crônicas e “contos jornalísticos”. Godoi faz retratos breves de personagens e lugares de São Paulo baseados na sua experiência dentro da cidade. Para escrever esses textos o autor estabeleceu uma metodologia: pegar um ônibus qualquer e descer quando não fizesse mais ideia de onde estava, quando perdesse completamente o referencial. Esse exercício está diretamente relacionado à experiência urbana, à capacidade de perder-se dentro da cidade e ir de encontro ao inesperado – que é justamente o aspecto que ele retrata nesse livro. Entre os quatro livros escolhidos, no entanto, o que mais influenciou o processo de escrita em todas as suas etapas foi *Morte e Vida de Grandes Cidades*. Publicado originalmente em 1961 (a primeira edição em português é de 2000), esse livro é um tratado de amor à cidade. Falando especialmente sobre Nova York, Jane Jacobs descreve a dinâmica do funcionamento da cidade e que elementos são necessários para que a vida urbana se sustente de maneira saudável. É quase um tratado urbanístico mas sem nunca assumir uma posição cientificista. É um livro tão importante e efetivo justamente porque nele transborda a intimidade de Jacobs com a rua, com a experiência das calçadas, é uma obra que trata das grandes questões das cidades de maneira humana – e ainda muito atual.

Além destes, também vale citar a influência do *Livro dos Abraços* (2013) de Eduardo Galeano, uma coletânea de textos poéticos que variam entre o tom político, confessional e fantástico. O que une todos é justamente a busca da grandeza, da beleza e do resgate da condição humana presente na magia dos pequenos momentos – assim como a crônica. É uma obra de valor afetivo e literário inestimáveis. Mesmo não figurando entre as leituras feitas durante esse período, com o objetivo de escrever o livro aqui proposto, ainda é uma forte influência.

Durante os primeiros meses de trabalho, a leitura desses livros estabeleceu algumas abordagens possíveis e elementos que apareceriam no livro. Os principais são a relação entre cidade e memória; a experiência da rua, a vivência da cidade na sola dos pés, como base para a escrita das crônicas e ensaios; e a tentativa de desvendar qual sentimento define Curitiba, se

há algo nessa cidade que se assemelhe à melancolia de Istambul.

O segundo momento da produção coincidiu com um intercâmbio de cinco meses de duração na França. Durante esse período foi possível entrar em contato com outras configurações de cidade, outras culturas e maneiras de se experimentar a vida urbana. De alguma forma esse comparativo contribuiu para uma melhor compreensão do que significa o conceito de experiência urbana e como as grandes cidades globais se configuram e se estruturam. Foi uma possibilidade de unir teoria e prática. As reflexões feitas especialmente por Mongin (2009) e Jacobs (2002), podiam ser observadas no dia a dia, o que foi muito importante no sentido de expandir horizontes conceituais e compreender melhor a posição desses autores. Essa etapa encerrou o momento de construção de repertório.

O terceiro e último momento foi o da produção do conteúdo do livro. Durante quatro meses foram escritas 13 crônicas e três ensaios. Além dos elementos estabelecidos pelas leituras já citadas aqui anteriormente, a observação foi essencial nesse processo de escrita. A postura assumida nesse momento foi mais de observador do que agente. Nenhum dos diálogos que aparecem ao longo dessas crônicas foi fruto de entrevista – excluindo a crônica *Morte anunciada* que foi inspirada diretamente em uma reportagem feita pelo autor em 2015 –, todos vieram de momentos de espontaneidade registrados por meio da observação. A esses momentos cotidianos se somam as experiências e memórias passadas que estabelecem uma relação afetiva com Curitiba e instigam reflexões sobre o meio urbano – muitas delas motivadas pelos autores já citados aqui.

É possível dizer que essa metodologia se aproxima da observação participante das etnografias. Essa forma de pesquisa demanda que o pesquisador se insira em um grupo, ou comunidade, para entender as dinâmicas sociais, culturais, políticas, enfim, que o estruturam e o significam. Esse grupo, na pesquisa em comunicação, pode ser configurado por espectadores de uma novela, por exemplo. O pesquisador age como observador. Mesmo que converse e realize entrevistas, de forma a entender as engrenagens dessa população, a base de seu entendimento é a observação. Após reunir os dados necessários ele realiza uma “descrição densa”, na qual interpreta o material recolhido pretendendo encontrar as estruturas significantes nesses gestos humanos (TRAVANCAS, 2011, p. 98).

De certa forma é o mesmo processo na escrita desse livro. O meio, ou comunidade,

na qual o autor se insere é Curitiba. Pela experiência da rua, que envolve a observação e eventuais conversas com os agentes urbanos, recolhe o material necessário para a produção. Dos gestos humanos, dos pequenos momentos, são extraídas reflexões que têm como intenção ressignificar o que é aparentemente banal. Dessa forma, é possível dizer que há um encontro entre a metodologia do cronista e do pesquisador etnográfico. Essa abordagem e método de produções apresentadas até aqui, são propositais, pois dialogam diretamente com a experiência do *flâneur*, a relação entre memória e cidade e a própria experiência urbana, a vivência dos espaços da cidade.

5.2 DESCRITIVO

Cidade aos Pedacos é constituído por 13 crônicas e três ensaios, aos quais se somam folha de rosto, sumário e prefácio. A fonte escolhida para o corpo do texto é a Cambria 12pt, e para os títulos a Gotham Bold 16pt – a entrelinha é de 13pt. O formato do livro é próximo ao dos livros de bolso, porém ligeiramente maior, 12 x 18 cm. A escolha não foi aleatória. A crônica é um gênero textual que pode ser, e normalmente é, lido em trânsito. A ideia é de fazer um livro com dimensões menores para que se tenha uma portabilidade maior e incentive essa leitura em trânsito. De forma que o livro como objeto também se insira no corpo da cidade – ao ser lido no ônibus, cafés ou outros lugares que integram a malha urbana – o que está diretamente relacionado com o conceito do livro. Esse formato está bem próximo da edição de bolso de *O Espleen de Paris: Pequenos Poemas em Prosa* (2010), de Charles Baudelaire, publicada pela editora Martin Claret. Livro que também traz narrativas sobre a cidade mas de uma perspectiva que flerta entre o conto e a poesia, como o próprio título já demonstra.

O projeto gráfico do livro também foi pensado de forma a dialogar com o conceito da fragmentação da experiência urbana que guia as crônicas e ensaios. A capa é uma montagem que reúne elementos que representam Curitiba – como o ônibus biarticulado – justapostos. No fundo da montagem está uma “decomposição” do *skyline* curitibano, colocando em contraposição prédios e elementos naturais. Essa “colagem” é uma maneira gráfica de representar a ideia de fragmentação da cidade que rege o conteúdo do livro. Junto a cada uma das crônicas, na página que antecede o seu início, está o título e uma fotografia que dialoga com o conteúdo

do texto. Os ensaios não são acompanhados por fotos, mas são precedidos por uma página roxa de forma a diferenciá-los visualmente das crônicas. Cada um deles traz uma discussão diferente sobre as questões urbanas em Curitiba.

O primeiro serve como introdução e justificativa do livro, tratando especialmente da possibilidade de narrar a cidade e como para realizar essa narração – para a qual a crônica e o ensaio ainda são muito adequados – é necessário entender o meio urbano e todas as suas particularidades. O segundo aparece na metade do livro e expõe a contradição entre o discurso de cidade-modelo e os problemas urbanos que Curitiba enfrenta, especialmente a violência – que aparece aqui como fator-chave para a desintegração da vida urbana. Também é tratado brevemente sobre as alternativas que a iniciativa privada e a sociedade civil encontram para driblar essa situação. O terceiro ensaio encerra o livro e fala da formação do Curitibano, de onde vem e como pode ser caracterizado o comportamento dos moradores da capital paranaense, arriscando uma discussão sobre como hoje somos todos estrangeiros mesmo nas cidades em que nascemos e crescemos – há diferentes cidades dentro de uma mesma malha urbana. Todas essas discussões foram retiradas deste documento monográfico e adaptadas para o suporte do livro.

Para as crônicas pode se estabelecer três grupos de temáticas que as unem de alguma forma: lugares, impressões e pessoas. O primeiro grupo consiste nas crônicas que falam de lugares específicos da cidade e de suas particularidades, são experiências e reflexões contidas nesses espaços. O segundo grupo reúne as crônicas de caráter mais impressionista e reflexivo. São textos que falam de sentimentos e divagações mais generalistas, a partir de memórias e experiências pessoais, assim como Pamuk faz em *Istambul* ao definir o sentimento de melancolia que rege a cidade. O terceiro trata especificamente de pessoas, personagens instigantes de alguma forma se relacionam com a manutenção da experiência urbana. Há ainda um último grupo formado por crônicas híbridas, que se encaixam em duas ou mais temáticas como as levantadas aqui. Textos que, para fazer uma reflexão maior sobre o meio urbano, tratam também especificamente de lugares e/ou pessoas.

Tematicamente o livro se aproxima da abordagem mais contemplativa das crônicas de Luís Henrique Pellanda, especialmente das que estão na compilação *Asa de Sereia* (2013). Nelas, Pellanda também assume uma postura mais próxima à do observador passivo, que vê e vive as situações do cotidiano porém não interfere nelas, apenas as utiliza como base para

suas narrativas. Outro ponto em comum é o fato de que ambos os livros, por serem de autores curitibanos, tratam da mesma cidade e acabam até buscando inspiração em situações semelhantes – como os meninos que nadam na fonte da Praça Osório – o que revela uma forma parecida de se narrar esse meio urbano. Na parte gráfica, há uma aproximação com o já citado *São Paulo, Cidade Invisível* de Godoi. Esse livro explora bem o uso de imagens: cada um dos textos é acompanhado de uma fotografia que dialoga com o tema tratado. A diferença é que aqui as imagens estão presentes menos com um intuito fotojornalístico do que de ilustração para as crônicas.

5.3 O MERCADO E O LEITOR

Há uma certa dificuldade em analisar o mercado editorial no segmento das crônicas no Brasil, pois raramente o gênero possui uma categoria própria dentro das pesquisas de mercado. Quando não está na companhia dos livros de contos, gravita entre categorias de ficção e não-ficção. É possível, no entanto, analisar brevemente a situação geral do mercado editorial no Brasil e qual é o perfil do leitor brasileiro. Dessa forma mapeia-se o ambiente no qual os livros de crônicas se inserem. Mesmo assim é válido destacar que o jornalismo e as crônicas têm tido um reconhecimento crescente ao menos nas premiações literárias. Entre elas o Prêmio Jabuti, o mais antigo e prestigiado no universo da literatura. Quatro das 29 categorias têm relação com o jornalismo: biografia, reportagem e documentário, comunicação e contos e crônicas. O fato de Antônio Prata e Luis Henrique Pellanda figurarem entre os finalistas do Prêmio Portugal Telecom de Literatura 2014 (com *Nu de botas* – terceiro lugar no prêmio Jabuti do mesmo ano – e *Asa de Sereia*, respectivamente), demonstra não só um reconhecimento como expansão do gênero. Além disso, um dado tímido porém relevante, é a presença do livro *Trinta e poucos* de Prata, na lista publicada pelo site *Publish News*¹⁹ dos 20 livros mais vendidos na semana de 05/09/2016 a 11/09/2016. Ele está na categoria ficção junto a títulos de autores *best sellers* como E.L. James e Nicholas Sparks.

Pela pesquisa *Produção e vendas no setor editorial brasileiro*²⁰ (2016), realizada em

19 Disponível em <<http://www.publishnews.com.br/ranking/semanal/9/2016/9/16/0/0>>

20 Disponível em <http://www.snel.org.br/wp-content/uploads/2012/08/Apresentação_PesquisaFipe_Ano-Base-2016.pdf>

parceria pela Câmara Brasileira do Livro (CBL), Sindicato Nacional dos Editores de Livros (SNEL) e Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas (Fipe), é possível ter uma noção do estado atual do mercado editorial. No geral, o cenário de retração econômica afeta diretamente a indústria do livro, que nos últimos dois anos apresentou uma queda de mais de 17% em termos reais. Entre as categorias consideradas pela pesquisa (livros didáticos, obras gerais, livros religiosos e livros científicos, técnicos e profissionais – CTP) a CTP foi a que apresentou a queda mais expressiva: 15,8% e menos de 4,5 milhões de exemplares vendidos. Em 2015, 51.819 títulos foram lançados (destes, 17.373 eram títulos novos e 34.446 reimpressões), o que representa uma queda de 1,6% comparado ao ano anterior. Foram 427.188.093 exemplares produzidos no total (queda de 4,4%) e 385.095.807 exemplares vendidos no total (queda de 1,07%).

As imagens abaixo mostram a classificação das obras por área temática em 2015 e 2016 e o faturamento e exemplares vendidos no total nesses dois anos.

TEMAS	2015		2016	
	NÚMERO DE EXEMPLARES	PARTICIP. (%)	NÚMERO DE EXEMPLARES	PARTICIP. (%)
Didáticos	219.390.259	49,10	207.119.303	48,48
Religião	87.672.975	19,62	88.810.639	20,79
Literatura Adulta	31.649.010	7,08	32.944.143	7,71
Auto-ajuda	19.369.691	4,33	20.429.511	4,78
Literatura Infantil	12.499.466	2,80	16.621.398	3,89
Literatura Juvenil	11.277.437	2,52	10.201.932	2,39
Direito	9.280.811	2,08	7.535.383	1,76
Ciências Humanas e Sociais	7.715.728	1,73	7.200.351	1,69
Linguas e Linguística	6.924.069	1,55	7.174.849	1,68
Biografias	4.193.354	0,94	5.138.616	1,20
Economia, Administração e Negócios e Adm Pública	7.736.148	1,73	4.651.617	1,09
Medicina, Farmácia, Saúde Pública e Higiene	8.292.267	1,86	3.990.219	0,93
Psicologia e Filosofia	1.940.703	0,43	2.482.746	0,58
Educação e Pedagogia	1.983.337	0,44	1.900.017	0,44
Dicionários e Atlas Escolares	920.532	0,21	1.405.867	0,33
Turismo, Lazer e Gastronomia	1.337.063	0,30	1.250.505	0,29
Educação física e Esportes	1.041.909	0,23	1.001.613	0,23
Artes	7.119.870	1,59	757.511	0,18
Agropecuária Veterinária e Animais de Estimação	533.322	0,12	751.945	0,18
Matemática, Estatística, Lógica e Ciências Naturais	1.463.913	0,33	660.175	0,15
Engenharia e Tecnologia	1.001.887	0,22	656.275	0,15
Informática, Computação e Programação	459.708	0,10	597.440	0,14
Arquitetura e Urbanismo	49.699	0,01	45.698	0,01
Outros	2.995.413	0,67	3.860.340	0,90
TOTAL	446.848.571	100	427.188.093	100

Figura 3: Classificação por área temática 2015 – 2016

Fonte: Pesquisa *Produção e vendas no setor editorial brasileiro* (2016)

SUBETOR	FATURAMENTO (R\$)			EXEMPLARES VENDIDOS		
	2015	2016	VAR. % 2015/2016	2015	2016	VAR. % 2015/2016
DIDÁTICOS	2.544.783.653,46	2.765.577.130,68	8,68	179.395.126	197.273.083	9,97
OBRAS GERAIS	1.144.533.581,78	1.089.649.742,49	-4,80	115.018.471	105.934.919	-7,90
RELIGIOSOS	559.044.021,71	534.342.699,91	-4,42	68.428.201	59.861.786	-12,52
CTP	983.035.166,47	880.403.560,90	-10,44	26.432.697	22.026.019	-16,67
TOTAL	5.231.396.423,43	5.269.973.133,98	0,74	389.274.495	385.095.807	-1,07

Figura 4: Faturamento e exemplares vendidos no total

Fonte: Pesquisa *Produção e vendas no setor editorial brasileiro* (2016)

A quarta edição da pesquisa *Retratos da Leitura no Brasil* ²¹ (2015), realizada pelo instituto Pró-Livro, revela o perfil do leitor brasileiro. A ideia é de identificar ações efetivas voltadas ao fomento à leitura e o acesso ao livro e orientar políticas públicas nessa área tendo por objetivo melhorar os indicadores de leitura do brasileiro. De acordo com a pesquisa, 56% da população brasileira em 2015 poderia ser considerada como público leitor – pessoas que tenham lido pelo menos parte de um livro nos três meses antecedentes à pesquisa. Além disso, a pesquisa traz uma grande variedade de dados, dentre os quais foram selecionados alguns para ilustrar o perfil do leitor no Brasil

As três principais motivações para a leitura são: por gosto (25%), atualização cultural ou conhecimento geral (19%) e distração (15%). Dos 25 aos 49 anos, no entanto, a atualização cultural ou conhecimento geral, toma a liderança. Quanto a frequência de leitura em diferentes suportes – pelo menos uma vez por mês –, os jornais (54%) e revistas (54%) são mais lidos pelos entrevistados do que livros em geral (51%). No que se refere ao ambiente no qual os entrevistados preferem ler, além de casa (81%) e sala de aula (25%), outros lugares uma porcentagem expressiva são as bibliotecas (19%), trabalho (15%) e meios de transporte (11%). Este último também reflexo do aumento de suportes digitais para a leitura.

21 Disponível em <http://prolivro.org.br/home/images/2016/Pesquisa_Retratos_da_Leitura_no_Brasil_-_2015.pdf>

Uma parcela expressiva dos entrevistados afirma que gostaria ler mais (77%), entre eles a maioria não consegue ler mais livros por falta de tempo (43%) – há também os que preferem outras atividades e não têm paciência para ler, mas representam uma fatia bem menor (9%). Em comparação com edições anteriores é possível notar na pesquisa o aumento na variedade de atividades que os entrevistados praticam no seu tempo livre, no entanto o pódio continua o mesmo: assistir televisão (73%), escutar música ou rádio (60%) e usar a internet (47%). A leitura de jornais, revistas ou notícias e livros em geral aparecem ambas com 24%.

A grande maioria dos entrevistados não possui o hábito de comprar livros – 74% não comprou um livro nos últimos três meses – são os estudantes universitários que estão entre os maiores consumidores. Dentre os entrevistados que possuem esse costume, 12% comprou livros de literatura como contos, romances ou poesias por vontade própria nos meses antecedentes à pesquisa. Uma porcentagem de 44% dessas pessoas compra livros em livrarias – o que pode sugerir um apreço pelo suporte físico, pela possibilidade de folhear e sentir o a obra antes de comprá-la.

Sobre o perfil do público leitor levantado em 2015, pode-se dizer que ele é majoritariamente feminino e que o nível de leitura tem uma relação inversamente proporcional com a idade. O ápice de leitura está na faixa etária de 11-13 anos, seguidos por 14-17 e 18-24 – que ainda caracterizam índices expressivos acima dos 50%. A partir daí esse indicador enfrenta uma queda, isso pode estar relacionado à diferença entre a vida escolar/acadêmica e a rotina de trabalho. Essa pesquisa também aponta que 93% dos estudantes de ensino superior são leitores e que quanto maior a escolaridade maior o gosto pela leitura. Quanto a divisão por classe e região do país, a classe A lidera com 76% de leitores, seguida pela B, com 70% e C com 57% – o sudeste é a região que mais lê (61% de leitores) enquanto o sul apresenta o índice mais baixo (50%). Colocando em números, a média é de leitura do brasileiro leitor é de 4,96 livros por habitante/ano, sendo destes 2,43 inteiros e 2,53 em partes.

De forma geral, a conclusão da pesquisa resume alguns dos pontos mais relevantes desse levantamento:

Gosto e atualização cultural/ conhecimento geral são os principais fatores que motivam os brasileiros a ler, sendo que as menções a gosto aumentam de forma inversamente proporcional à idade, o contrário ocorrendo com as menções à atualização cultural e conhecimento geral, indicando uma transformação da motivação da leitura ao longo da vida. O mesmo ocorre com outros motivos ligados, por um lado, ao prazer e, por outro, aos aspectos instrumentais da leitura. Indivíduos com mais alta renda também reportam em maior medida em relação aos de renda mais baixa motivos relativos aos aspectos instrumentais da leitura. Da mesma maneira, a escolha do livro é mais influenciada por seu tema ou assunto quanto mais escolarizados e adultos são os indivíduos, enquanto aspectos como o título do livro e a capa são mais relevantes para crianças e adolescentes e para os menos escolarizados. A leitura de outros materiais, como jornais, é mais frequente que a leitura de livros propriamente dita. Os mais escolarizados leem relativamente mais que os menos escolarizados todos os tipos de material de leitura abordados na pesquisa, indicando uma diferença não apenas quantitativa, mas também qualitativa, dada a diversidade de materiais com a qual esses indivíduos têm contato. Livros religiosos (principalmente a bíblia), seguem sendo os tipos mais lidos pelos brasileiros, independente do fato de estarem estudando ou não, embora os estudantes tenham contato com tipos de materiais mais variados que os não estudantes (INSTITUTO PRÓ-LIVRO, 2015, p. 129-130)

Em um país no qual a leitura ainda não está consolidada completamente e o mercado editorial sobrevive principalmente de livros religiosos, didáticos e de auto-ajuda, as crônicas e ensaios continuam sendo um gênero de nicho. No entanto, só o fato de ambos ainda encontrarem o espaço no meio desse cenário, durante tanto tempo, demonstra que ainda há um público cativo e disposto a ler esses gêneros no Brasil. Um livro como *Cidade aos pedaços*, não é restritivo à nenhuma faixa etária, mas encontra ressonância especialmente com o público jovem e universitário – entre 18 e 30 anos, mais especificamente. Além disso, é uma obra que poderia encontrar seu lugar no mercado editorial por seu caráter de literatura mais leve e descompromissada, mas nem por isso carente de conteúdo, e projeto gráfico cuidadoso.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

É possível narrar uma cidade que se desfaz? Essa é a principal pergunta que regeu o presente trabalho e o livro aqui proposto desde o momento em que a ideia de fazê-lo surgiu. Nunca houve a pretensão de se chegar a uma resposta completamente conclusiva para essa questão, pois a problemática urbana é muito ampla e envolve muitos mais atores e elementos diferentes. Toda a discussão levantada é apenas a ponta do iceberg. Esse trabalho não oferece respostas para os problemas urbanos, mas funciona como uma forma de conhecer o terreno no qual a sociedade civil, o governo, a iniciativa privada e os urbanistas agem – se alternando e dialogando como em um balé relativamente caótico nos tempos atuais.

O conhecimento e a compreensão desse ambiente vêm justamente pelo exercício da escrita das crônicas e ensaios presentes em *Cidade aos pedaços*. Já de início foi estabelecido que para se discorrer sobre qualquer tema ou objeto é preciso antes conhecê-lo. O momento das leituras e pesquisas teóricas que fundamentaram esse documento monográfico, e sustentam a discussão que guia o produto final, foi essencial para ao menos começar a entender a cidade. Desde a maneira com que ela se forma, as forças que atuam nela, como esse ambiente se configura, que tipo de experiência ela torna possível até como essa experiência passa por um processo de fragmentação, de degradação.

Porém, não importa quão claros sejam os pontos de vista e conceitos expostos pelos autores lidos, o momento em que o entendimento se torna mais claro, pleno e completo é ao conhecer a cidade pela sola dos pés. O embasamento teórico ganha mais sentido quando é posto na prática. Essas leituras funcionam como um óculos, tornando mais claras as dinâmicas e problemas que antes não eram percebidos na banalidade do cotidiano. É um processo realmente de expansão de horizontes, de abrir os olhos e a mente e passar a compreender melhor o ambiente urbano e como nos inserimos nele. A crônica e o ensaio nascem da observação. A qualidade dessa observação está relacionada não só com a sensibilidade do escritor, mas também de seu repertório prévio. A leitura sobre as problemáticas e dinâmicas da cidade aguça a percepção.

Como já foi dito anteriormente, esse trabalho não se pretende conclusivo. Pode servir inclusive como ponto de partida para que a discussão se amplie e enverede por outros cami-

nhos. Explorar como as identidades se formam, se estabelecem e se fragmentam no contexto da pós-cidade seria uma das ramificações possíveis. Afinal, a identidade do cidadão está diretamente relacionada à possibilidade se pertencer ou não a uma cidade – pertença que cada vez mais se encontra ameaçada pelos mesmos problemas que esvaziam os espaços públicos.

Voltando à pergunta inicial, o caminho que esse trabalho trilha aponta que, de alguma forma, ainda é possível narrar a cidade, mesmo nesse contexto de fragmentação urbana. A experiência do *flâneur* se modificou, ela não é mais tão apegada aos lugares, mas às sensações e o comportamento das pessoas, e que tipo de cidade elas evocam. A cidade ainda não chegou ao fim. Está em processo de transformação sim, da mesma forma que os antigos “modelos” de cidade não substituíram um ao outro subitamente. É tudo parte de um processo – que para o bem ou para o mal já está em curso. O que se propõe com esse trabalho é que olhemos por entre as rachaduras, que olhemos ao nosso redor para perceber como a cidade está mudando e onde nós estamos no meio disso tudo. O que se oferece aqui são vislumbres, ideias e reflexões tão efêmeros quanto a crônica e o ensaio. O que virá depois é incerto, mas fica aqui o registro do que Curitiba é hoje e o que – um dia – terá sido.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ADORNO, Theodor W. **Notas de literatura I**. São Paulo: Duas Cidades, 2003

AJZENBERG, Bernardo. Dois senhores. In: CASTRO, Gustavo de; GALENO, Alex (Org.). **Jornalismo e literatura: a sedução da palavra**. 2. ed. São Paulo: Escrituras, 2005. p. 53-56.

ALVES, Luiz Rodolfo Simões; FERNANDES, João Luís Jesus. Os processos de fragmentação da cidade e a territorialidade dos residentes nos condomínios fechados. Relação com o planejamento estratégico dos lugares. **Geotextos**, Salvador, v. 10, n. 2, p.13-29, dez. 2014.

ANIBAL, Felipe. Chegar de carro no Passeio é dor de cabeça na certa. **Gazeta do Povo**, Curitiba, 21 de maio 2013. Disponível em: <<http://www.gazetadopovo.com.br/vida-e-cidadania/especiais/ocupe-o-passeio-publico/chegar-de-carro-no-passeio-e-dor-de-cabeca-na-certa-eso71x1yddxbe95v13llzsr2>>. Acesso em: 20/03/2017.

ANTONELLI, Diego. Um plano para o Passeio Público. **Gazeta do Povo**, Curitiba, 17 de março 2014. Disponível em: <<http://www.gazetadopovo.com.br/vida-e-cidadania/especiais/ocupe-o-passeio-publico/um-plano-para-o-passeio-publico-1x7vcyftz5tc27vola9b2ubf2>>. Acesso em: 15/03/2017.

ARAÚJO, Carlos Magno. Amor à palavra. In: CASTRO, Gustavo de; GALENO, Alex (Org.). **Jornalismo e literatura: a sedução da palavra**. 2. ed. São Paulo: Escrituras, 2005. p. 93-98.

BENJAMIN, Walter. **Baudelaire e a modernidade**. 1. ed. São Paulo: Autêntica, 2015.

BUENO, Priscilla. Os 130 anos de história do Passeio. **Gazeta do Povo**, Curitiba, 03 de maio 2016. Disponível em: <<http://www.gazetadopovo.com.br/haus/paisagismo-jardinagem/os-130-anos-de-historia-do-passeio-publico/>>. Acesso em: 15/03/2017.

CANCLINI, Nestor García. **Consumidores e cidadãos: Conflitos multiculturais da globalização**. 3. ed. Rio de Janeiro: Ufrj, 1997.

CANCLINI, Nestor García. O papel da cultura em cidades poucos sustentáveis. In: SERRA, Monica Allende (Org.). **Diversidade cultural e desenvolvimento urbano**. São Paulo: Iluminuras, 2004. p. 185-198.

CANDIDO, Antonio. A vida ao rés-do-chão. In: Para gostar de ler: crônicas. Volume 5. São Paulo: Atica, 2003. pp. 89-99.

CARMO, Julio Cesar Botega do. **Reflexões sobre o planejamento urbano em Curitiba**. Arquitextos, São Paulo, ano 11, n. 124.07, Vitruvius, set. 2010. Disponível em: <<http://vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/11.124/3564>>. Acesso em: 19/03/2017.

CASTILHO, Cristiano. Novas ideias para um outro Passeio. **Gazeta do Povo**, Curitiba, 13 de maio 2013. Disponível em: <<http://www.gazetadopovo.com.br/vida-e-cidadania/especiais/ocupe-o-passeio-publico/novas-ideias-para-um-outro-passeio>>. Acesso em: 15/03/2017.

[cidadania/especiais/ocupe-o-passeio-publico/novas-ideias-para-um-outro-passeio-e5gxrz6xs3zxgavwgahv69hla](#)>. Acesso em: 15/03/2017.

CASTRO, Gustavo de. A palavra compartilhada. In: CASTRO, Gustavo de; GALENO, Alex (Org.). **Jornalismo e literatura: a sedução da palavra**. 2. ed. São Paulo: Escrituras, 2005. p. 71-84.

COSSON, Rildo. Romance-reportagem: o império contaminado. In: CASTRO, Gustavo de; GALENO, Alex (Org.). **Jornalismo e literatura: a sedução da palavra**. 2. ed. São Paulo: Escrituras, 2005. p. 57-70.

CBL, Câmara Brasileira do Livro; FIPE, Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas; SNEL, Sindicato Nacional dos Editores de Livros. **Produção e vendas do setor editorial brasileiro**. 22 p. São Paulo, 2016. Disponível em: <http://www.snel.org.br/wp-content/uploads/2012/08/Apresentação_PesquisaFipec_Anual-Base-2016.pdf>. Acesso em: 01/06/2017.

CORDOVA, Dayana Zdebsky de; IUBEL, Aline Fonseca; STOIEV, Fabiano. **As muitas vistas de uma rua: histórias e políticas de uma paisagem - Curitiba e a Rua Riachuelo**. Curitiba: Máquina de Escrever, 2014.

CRESTANI, Andrei Mikhail Zaiatz. **Riachuelo da (in)visibilidade de uma rua reinventada à indícios de uma gentrificação em construção**. E-metropolis, Rio de Janeiro, v. 16, n. 5, p.49-60, mar. 2014. Disponível em: <http://emetropolis.net/system/edicoes/arquivo_pdfs/000/000/016/original/emetropolis_n16.pdf?1447896360>. Acesso em: 11/04/2017.

DESTEFANI, Cid. Cinema em Curitiba 4ª parte. **Gazeta do Povo**, Curitiba, 26 de fevereiro 2011. Disponível em: <<http://www.gazetadopovo.com.br/vida-e-cidadania/colunistas/nostalgia/cinema-em-curitiba-4-parte-dklp2wxdvhww19gepci84pjke>>. Acesso em: 22/03/2017.

DUCROQUET, Simon; MARIANI, Daniel. A proporção de habitantes por carro nas capitais. **Nexo Jornal**, São Paulo, 29 de janeiro 2016. Disponível em: <<https://www.nexojornal.com.br/grafico/2016/01/29/A-propor%C3%A7%C3%A3o-de-habitantes-por-carro-nas-capitais>>. Acesso em: 15/03/2017.

EULALIO, Alexandre. O ensaio literário no Brasil. In: **Revista Serrote**. n. 14. São Paulo: Instituto Moreira Salles, 2013. p. 7-56.

FELIX, Edilaine. Condomínios adotam comércio e serviços. **Estadão**, São Paulo, 21 de fevereiro 2016. Disponível em: <<http://economia.estadao.com.br/blogs/radar-imobiliario/condominios-adotam-comercios-e-servicos/>>. Acesso em: 15/03/2017.

FERNANDES, José Carlos. A Riachuelo nunca foi santa. **Gazeta do Povo**, Curitiba, 20 de dezembro 2014. Disponível em: <<http://www.gazetadopovo.com.br/vida-e-cidadania/a-riachuelo-nunca-foi-santa-ehm2n615o7rca5vji4b9bq3im>>. Acesso em: 11/04/2017.

FERNANDES, Sandro Luis. **Os esquecidos no Passeio Público**: exercício etnográfico e estudo sobre gentrificação urbana a partir da Vinada Cultural. Revista das Faculdades Santa Cruz, v. 9, n. 11, p. 49-62, jan./jun. 2013. Disponível em:

<<http://www.santacruz.br/v4/download/revista-academica/16/11-os-esquecidos-no-passeio-publico.pdf>>. Acesso em: 05/04/2017.

FERREIRA, Fernando Pessoa. Curitiba, a Fria: Onde Jânio Quadros comia moscas. **Revista Idéias**, Curitiba, ano II, n. 20, p.1-19, mar. 2005.

GARCEZ, Luiz Armando. **Curitiba – Evolução Urbana**. Rio de Janeiro, Curitiba, 2006.

GNOATO, Luis Salvador. **Curitiba, cidade do amanhã**: 40 depois. Algumas premissas teóricas do Plano Wilhelm-IPPUC. Arquitextos, São Paulo, ano 06, n. 072.01, Vitruvius, maio 2006. Disponível em: <<http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/06.072/351>>. Acesso em: 18/03/2017.

GODOI, Marcillo. **São Paulo, Cidade Invisível**: uma reportagem afetiva. São Paulo: Bom Texto/Letras e Expressões, 2003.

INSTITUTO PRÓ-LIVRO. **Retratos da leitura no Brasil**: 4ª edição. 142 p. São Paulo, 2016. Disponível em:

<http://prolivro.org.br/home/images/2016/Pesquisa_Retratos_da_Leitura_no_Brasil_-_2015.pdf>. Acesso em: 01/06/2017.

JACOBS, Jane. **Morte e vida de grandes cidades**. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

KARAM, Manoel Carlos. A cidade sem mar. In: **Revista Leite Quente**. n. 4. Curitiba: Fundação Cultural de Curitiba, 1989.

LACERDA, Maria Thereza Brito de. As mocinhas da cidade. In: **Revista Leite Quente**. n. 7. Curitiba: Fundação Cultural de Curitiba, 1991.

LEFEBVRE, Henri. **O direito à cidade**. 5. ed. São Paulo: Centauro, 2008.

LEMINSKI, Paulo. Nossa linguagem. In: **Revista Leite Quente**. n. 1. Curitiba: Fundação Cultural de Curitiba, 1989.

MARCHIORI, Raphael. Desculpas injustificáveis para evitar o Passeio Público. **Gazeta do Povo**, Curitiba, 17 de agosto 2013. Disponível em: <<http://www.gazetadopovo.com.br/vida-e-cidadania/especiais/ocupe-o-passeio-publico/desculpas-injustificaveis-para-evitar-o-passeio-publico-bkqiqwhunpr9kqweq41fnp0su>>. Acesso em: 20/03/2017.

MARCHIORI, Raphael. Passeio é popular, mas pouco visitado. **Gazeta do Povo**, Curitiba, 06 de maio 2013. Disponível em: <<http://www.gazetadopovo.com.br/vida-e-cidadania/especiais/ocupe-o-passeio-publico/passeio-e-popular-mas-pouco-visitado-00xbydvqrc3vdh9lziwj0tw0e>>. Acesso em: 20/03/2017.

MARINS, Paulo Roberto. Noite quente. In: **Revista Leite Quente**. n. 10. Curitiba: Fundação Cultural de Curitiba, 1992.

MARSHALL, Berman. **Um século em Nova York**: espetáculos em Times Square. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

MARTINS, Wilson. **Um Brasil diferente**: Ensaio sobre fenômenos de aculturação no Paraná. 2. ed. São Paulo: T.A. Queiroz, 1989.

MEDEL, Manuel Ángel Vázquez Medel. Discurso literário e discurso jornalístico: convergências e divergências. In: CASTRO, Gustavo de; GALENO, Alex (Org.). **Jornalismo e literatura**: a sedução da palavra. 2. ed. São Paulo: Escrituras, 2005. p. 15-28.

MELO, José Marques de Melo. A crônica. In: CASTRO, Gustavo de; GALENO, Alex (Org.). **Jornalismo e literatura**: a sedução da palavra. 2. ed. São Paulo: Escrituras, 2005. p. 139-154.

MELO, José Marques de. **Jornalismo opinativo**. 3 ed. São Paulo: Mantiqueira, 2003.

MONGIN, Olivier. **A Condição Urbana**: A cidade na era da globalização. São Paulo: Estação Liberdade, 2009.

MOSER, Sandro. No olho da Rua XV. **Gazeta do Povo**, Curitiba, 06 de dezembro 2015. Disponível em: <<http://www.gazetadopovo.com.br/caderno-g/no-olho-da-rua-xv-6a2yp4wsm4zhjvs7y71i5s927>>. Acesso em: 22/03/2017.

MOSER, Sandro. Onde foram parar os cinemas de rua de Curitiba?. **Gazeta do Povo**, Curitiba, 20 de agosto 2016. Disponível em: <<http://www.gazetadopovo.com.br/caderno-g/onde-foram-parar-os-cinemas-de-ruas-de-curitiba-f05z94a2discrb8darahro1na>>. Acesso em: 22/03/2017.

MOURA, Rosa. Curitiba: construção e desconstrução de um mito. Curitiba, 2014

NASCIMENTO, Alexandre Costa. Burocracia adia ocupação do Passeio. **Gazeta do Povo**, Curitiba, 12 de outubro 2013. Disponível em: <<http://www.gazetadopovo.com.br/vida-e-cidadania/especiais/ocupe-o-passeio-publico/burocracia-adia-ocupacao-do-passeio-3rnj6wdri1felkx078d0cc2fi>>. Acesso em: 20/03/2017.

NOGAROLLI, Aparecida de Fátima Gonçalves Machado. **Comunicação e ressignificação do espaço urbano**: O caso da Praça de Bolso do Ciclista e seu entorno no centro histórico de Curitiba. 2016. 212 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Comunicação Social, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2016. Disponível em: <<http://www.acervodigital.ufpr.br/bitstream/handle/1884/45309/R%20-%20D%20-%20APARECIDA%20DE%20FATIMA%20GONCALVES%20MACHADO%20NOGAROLLI.pdf?sequence=1&isAllowed=y>>. Acesso em: 22/03/2017.

NOGUEIRA, Daliane. Passeio Público, o mais central. **Gazeta do Povo**, Curitiba, 15 de maio 2010. Disponível em: <<http://www.gazetadopovo.com.br/imoveis/passeio-publico-o-mais-central-0mcqzg7usk2ybk1z4lvxlogni>>. Acesso em: 20/03/2017.

NOVAES, Aline da Silva. **João do Rio e seus cinematographos**: o hibridismo da crônica na narrativa da belle époque carioca. Rio de Janeiro: Mauad, 2015.

PAMUK, Orhan. **Istambul**: memória e cidade. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

PAVIANI, Jayme. O ensaio como gênero textual. In: SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE ESTUDO DE GÊNEROS TEXTUAIS, 5., 2009, Caxias do Sul. **Ensino em Foco**. Caxias do Sul: Siget, 2009. p. 1 - 6. Disponível em: <https://www.escrevendoofuturo.org.br/EscrivendoFuturo/arquivos/65/o_ensaio_como_genero_textual.pdf>. Acesso em: 13 maio 2017.

PERUZZO, Cicilia Maria Krohling. Observação participante e pesquisa-ação. In: BARROS, Antonio; DUARTE, Jorge (Org.). **Métodos e técnicas de pesquisa em comunicação**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2011. p. 125-144

PIRES, Paulo Roberto. **O lugar do ensaio no jornalismo cultural**. Revista Alceu, v. 14, n. 27, p. 185-190, jul./dez. 2013. Disponível em: <<http://revistaalceu.com.puc-rio.br/media/14alceu27.pdf>>. Acesso em: 13/05/2017.

RIBEIRO, Diego. Curitiba registra aumento de assassinatos no primeiro levantamento do ano. **Gazeta do Povo**, Curitiba, 25 de maio 2016. Disponível em: <<http://www.gazetadopovo.com.br/vida-e-cidadania/curitiba-registra-aumento-de-assassinatos-no-primeiro-levantamento-do-ano-21f01c3st2g3p2pgq5x3zgp3d>>. Acesso em: 18/03/2017.

RODRIGUES, Janelize Marcelle. **Em busca de modernização**: o legado do arquiteto Donat Alfred Agache para a cidade de Curitiba. Monografia apresentada como requisito para a obtenção do grau de Bacharel em História pela Universidade Federal do Paraná. Curitiba, 2010. Disponível em: <http://www.historia.ufpr.br/monografias/2010/2_sem_2010/janelize_marcelle_diok_rodri-gues.pdf>. Acesso em: 22/03/2017.

SÁ, Jorge de. **A crônica**. São Paulo: Atica, 1999.

SANTOS, João Cândido Martins de Oliveira. **Plano Wilhelm-Ippuc**: conflitos e soluções para a Curitiba de 1966. Câmara Municipal de Curitiba, 2015. Disponível em: <http://www.cmc.pr.gov.br/ass_det.php?not=25692#&panel1-1>. Acesso em: 19/03/2017.

SARLO, Beatriz. **Tempo Passado**: Cultura da memória e guinada subjetiva. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.

SARLO, Beatriz. **Tempo Presente**: Notas sobre a mudança de uma cultura. Rio de Janeiro: José Olympio, 2004.

SCLIAR, Moacyr. Jornalismo e literatura: a fértil convivência. In: CASTRO, Gustavo de; GALENO, Alex (Org.). **Jornalismo e literatura**: a sedução da palavra. 2. ed. São Paulo: Escrituras, 2005. p. 13-14.

SECO, Raquel. Curitiba, 'cidade modelo', busca novas referências: "Ao menos não somos São Paulo". **El País**, Curitiba, 03 de julho 2016. Disponível em: <http://brasil.elpais.com/brasil/2016/06/30/politica/1467311191_496018.html>. Acesso em: 15/03/2017.

SILVA, Deonísio da. Os catarinas do Paraná. In: **Revista Leite Quente**. n. 3. Curitiba: Fundação Cultural de Curitiba, 1989.

SILVA, Deonísio da. Imprensa e literatura. In: CASTRO, Gustavo de; GALENO, Alex (Org.). **Jornalismo e literatura: a sedução da palavra**. 2. ed. São Paulo: Escrituras, 2005. p. 115-120.

SILVA, Juremir Machado da. O que escrever quer calar? Literatura e jornalismo. In: CASTRO, Gustavo de; GALENO, Alex (Org.). **Jornalismo e literatura: a sedução da palavra**. 2. ed. São Paulo: Escrituras, 2005. p. 47-52.

SOARES, Marcus Vinicius Nogueira. **A crônica brasileira do século XIX: Uma breve história**. São Paulo: É Realizações, 2014.

SOUZA, Nelson Rosário de. **Planejamento urbano em Curitiba: Saber técnico, classificação dos cidadãos e partilha da cidade**. Revista de Sociologia e Política, Curitiba, v. 7, n. 16, p.107-122, jun. 2001.

STAROBINSKI, Jean. Pode-se definir o ensaio?. In: **Revista Serrote**. n. 10. São Paulo: Instituto Moreira Salles, 2012. p. 7-56.

SUTIL, Marcelo. **O espelho e a miragem: Ecletismo, moradia e modernidade na Curitiba do início do século 20**. Curitiba: Travessa dos Editores, 2009.

TEZZA, Cristovão. **Um olhar de Curitiba**. Texto apresentado no auditório da Biblioteca Mário de Andrade, em 11 de setembro de 2003, em São Paulo, no ciclo de palestras "Viagem pelas metrópoles brasileiras: arte, história, política e cultura", coordenado pelo professor Francisco Foot Hardman. Sem paginação. Disponível em: <http://www.cristovaotezza.com.br/textos/palestras/p_olharcuitiba.htm>. Acesso em: 01/05/2017.

TRAVANCAS, Isabel. Fazendo etnografia no mundo da comunicação. In: BARROS, Antonio; DUARTE, Jorge (Org.). **Métodos e técnicas de pesquisa em comunicação**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2011. p. 98-109.

TRINDADE, Etelvina Maria de Castro. **Clotildes ou Marias: Mulheres de Curitiba na primeira república**. Curitiba: Farol do Saber, 1996.

WOLTON, Dominique. **Internet, e depois? Uma teoria crítica das novas mídias**. Porto Alegre: Sulina, 2003.

YAMAWAKI, Yumi; DUARTE, Fábio. Shopping centers e recuperação urbana: estudo empírico de uma contradição teórica. **Redes**, Santa Cruz do Sul, v. 15, n. 1, p.32-51, jan./abr. 2010.